



**Câmara Municipal
de Oeiras**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DEZEMBRO DE 2023

ATA NÚMERO TRINTA E TRÊS /DOIS MIL E VINTE E TRÊS

ÍNDICE

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA**
- 3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS**
- 4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**
- 5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**
- 6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO**
- 7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO**
- 8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR**
- 9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES**
- 10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO**
- 11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO**
- 12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA**
- 13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE**
- 14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA**
- 15 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE**
- 16 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE**
- 17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES**
- 18 - PROPOSTA Nº. 1018/23 - DPIUM - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS À REDE DE CIDADES E VILAS QUE CAMINHAM**
- 19 - PROPOSTA Nº. 1087/23 - DOT - MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E O INSTITUTO DE HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, I.P., PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO ACESSÍVEL**

**ALGÉS/LINDA-A-VELHA, NOS TERRENOS DA EX-ESTAÇÃO RADIONAVAL
“COMANDANTE NUNES RIBEIRO”**

**20 - PROPOSTA Nº. 1091/23 - UPGO - Pº. 2021/112-DGEP - REVISÃO DE PREÇOS
(DEFINITIVA) RELATIVA À “ROTUNDA NORTE DE BARCARENA”**

**21 - PROPOSTA Nº. 1092/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DE
BOMBEIROS DO CONCELHO PARA APOIO A AÇÕES DE
MANUTENÇÃO/PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARBÓREO DO MUNICÍPIO DE
OEIRAS**

**22 - PROPOSTA Nº. 1093/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 33ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL
PERMUTATIVA**

**23 - PROPOSTA Nº. 1094/23 - DRU - EMPREITADA “04/DRU/2021 - HABITAÇÃO JOVEM -
ATLÉTICO CLUBE DE PORTO SALVO” - APROVAÇÃO DA 5ª. REVISÃO DE PREÇOS
PROVISÓRIA**

**24 - PROPOSTA Nº. 1095/23 - UJ - FIXAÇÃO DOS VALORES PARA O PROJETO
“EXPERIMENTA-TE 2024**

**25 - PROPOSTA Nº. 1096/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS
ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALGÉS,
PROGRESSO BARCARENENSE, DO DAFUNDO E DE OEIRAS PARA
COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE LOGÍSTICA EM AÇÕES DE EMERGÊNCIA**

**26 - PROPOSTA Nº. 1097/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS
ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALGÉS, DO
DAFUNDO E DE OEIRAS PARA REPARAÇÃO DE VIATURAS E EQUIPAMENTOS**

**27 - PROPOSTA Nº. 1098/23 - DBPL - ADESÃO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE OEIRAS
À REDE DE BIBLIOTECAS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA**

28 - PROPOSTA Nº. 1099/23 - DPE - Pº. 03/DPE/2021 - PALÁCIO DOS ACIPRESTES - PÁTIO



**Câmara Municipal
de Oeiras**

DAS AMENDOEIRAS - ADAPTAÇÃO A ESPAÇO MULTIUSOS - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO PELO SR. PRESIDENTE

- 29 - PROPOSTA Nº. 1100/23 - DRU - EMPREITADA “28/DRU/2021 - REFORMULAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL - LAJE” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES, TRABALHOS A MENOS E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA**
- 30 - PROPOSTA Nº. 1101/23 - DCA - CEDÊNCIA DE SALAS NO CENTRO CULTURAL DA RIBEIRA DA LAGE, EM REGIME DE COMODATO A ASSOCIAÇÕES CULTURAIS LOCAIS**
- 31 - PROPOSTA Nº. 1102/23 - DMAG - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A FAVOR DA AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**
- 32 - PROPOSTA Nº. 1103/23 - DMEDSC - CONTRATO Nº. 581/2023 - 1º. ADICIONAL AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS “IN HOUSE”, Nº. 370/2023, DE 31 DE MAIO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A “OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.”, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS, RECREATIVOS E DESPORTIVOS - RATIFICAÇÃO-SANAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE**
- 33 - PROPOSTA Nº. 1104/23 - GMA - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 3º. TRIMESTRE DE 2023, DA MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.**
- 34 - PROPOSTA Nº. 1105/23 - DGP - REGULAMENTO INTERNO RELATIVO À APLICAÇÃO DA PRÉ-REFORMA**
- 35 - PROPOSTA Nº. 1106/23 - DMOGAH - MINUTA DO CONTRATO**

INTERADMINISTRATIVO PARA A GESTÃO PARTILHADA DE ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A., NO MUNICÍPIO DE OEIRAS, NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO DO ESTACIONAMENTO E ZONA ENVOLVENTE DO PASSEIO MARÍTIMO DE ALGÉS

36- PROPOSTA Nº. 1107/23 - UPGO - Pº. 05188/UPGO/20 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DIREÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA OBRA DO FÓRUM MUNICIPAL “SERVIÇOS COMPLEMENTARES E CORRESPONDENTE PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL

37 - PROPOSTA Nº. 1108/23 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE VERBA A ENTIDADES PARCEIRAS

38 - PROPOSTA Nº. 1109/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO POMBAL XXI, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO BAIRRO FELIZ, EM 2024

39 - PROPOSTA Nº. 1110/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DE CARNAXIDE, APOIO PARA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR ROUPA E MÁQUINA DE SECAR ROUPA

40 - PROPOSTA Nº. 1111/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JULIÃO DA BARRA, PARA CELEBRAÇÃO DE CEIA DE NATAL 2023

41 - PROPOSTA Nº. 1112/23 - DCA - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE PROGRAMAÇÃO DO TEATRO DRAMA X, ASSOCIAÇÃO - PROGRAMAÇÃO TEATRAL NO AUDITÓRIO MUNICIPAL EUNICE MUÑOZ

42 - PROPOSTA Nº. 1113/23 - UGPE - CONTRATO Nº. 1081/2021, DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - PROTOCOLO ADICIONAL AO



**Câmara Municipal
de Oeiras**

**PROTOCOLO Nº. 36/2020 (PROTOCOLO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS
DAS TECNOLOGIAS DA MOTRICIDADE HUMANA E DO DESPORTO) -
MODIFICAÇÃO OBJETIVA PARA REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

- 43 - PROPOSTA Nº. 1114/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO
GOMES LEAL, Nº. 9, R/C ESQº., BAIRRO DE SÃO MARÇAL**
- 44 - PROPOSTA Nº. 1115/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA INFANTE
SANTO, Nº. 32, R/C FTE., NO BAIRRO CASAL DA MEDROSA**
- 45 - PROPOSTA Nº. 1116/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA AV. DIOGO LOPES
SEQUEIRA, Nº. 82, 1º. DTº., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES**
- 46 - PROPOSTA Nº. 1117/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA ALBERTO
OSÓRIO DE CASTRO, Nº. 5, 1º. B, NO BAIRRO DE SÃO MARÇAL**
- 47 - PROPOSTA Nº. 1118/23 - DGSH - VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL T4, SITA NA
RUA DA MADEIRA, Nº. 1, R/C ESQº., NO BAIRRO DA MEDROSA**
- 48 - PROPOSTA Nº. 1119/23 - DGSH - VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL T2, SITA NA
RUA DA LIBERDADE, Nº. 22, 3º. ESQº., NO BAIRRO ENCOSTA DA PORTELA**
- 49 - PROPOSTA Nº. 1120/23 - DP - CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE - NOVO
QUARTEL DOS BOMBEIROS DE OEIRAS**
- 50 - PROPOSTA Nº. 1121/23 - DP - CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE - ANTIGO
QUARTEL DOS BOMBEIROS DE OEIRAS**
- 51 - PROPOSTA Nº. 1122/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS CANDIDATURAS DO
PROJETO AQUI HÁ HORTA, PARA O ANO LETIVO 2023/2024, DESTINADO À
DINAMIZAÇÃO DE HORTAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS**
- 52 - PROPOSTA Nº. 1123/23 - DDPE - LISTA DEFINITIVA DE BOLSAS DE ESTUDO PARA
DOCENTES - ANO LETIVO 2023/2024**
- 53 - PROPOSTA Nº. 1124/23 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À**

**FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E À UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA -
INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA ANTÓNIO XAVIER (ITQB
NOVA) - 2º. SEMESTRE 2023 - EOCT 2020-2025**

- 54 - PROPOSTA Nº. 1125/23 - DGREAE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO
FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE OEIRAS**
- 55 - PROPOSTA Nº. 1126/23 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À
SOCIEDADE PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SPEF, PARA
DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COADJUVACÃO DA
EDUCAÇÃO FÍSICA NO 1º. CICLO - 2024**
- 56 - PROPOSTA Nº. 1127/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À
ASSOCIAÇÃO ANTÓNIO RAMALHO BOXING SPIRIT, PARA DESENVOLVIMENTO
DO PROJETO MULTIMÉDIA**
- 57 - PROPOSTA Nº. 1128/23 - DCA - ATRIBUIÇÃO COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO
RANCHO FOLCLÓRICO OS MINHOTOS DA RIBEIRA DA LAGE E FOLKZITAS
ASSOCIAÇÃO DE DANÇA POPULAR**
- 58 - PROPOSTA Nº. 1129/23 - DPOC - TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS
URBANOS PARA 2024**
- 59 - PROPOSTA Nº. 1130/23 - DPOC - RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS
DURANTE O ANO DE 2023**
- 60 - PROPOSTA Nº. 1131/23 - UPGO - Pº. 2023/79-DCAD - PEQUENAS INTERVENÇÕES EM
PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS E PEDONAIS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO
CONCELHO DE OEIRAS - DECISÃO DE CONTRATAR E ABERTURA DE
PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO
PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DO RESPETIVO JÚRI**
- 61 - PROPOSTA Nº. 1132/23 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - CONSTRUÇÃO DO FÓRUM**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

MUNICIPAL, EM OEIRAS” - REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS Nº. 17

- 62 - PROPOSTA Nº. 1133/23 - UPAG - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESASSOREAMENTO DAS LINHAS DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTINUO - DECISÃO DE CONTRATAR**
- 63 - PROPOSTA Nº. 1134/23 - DPGRE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA “O PINGOLÉ”, EQUIPAMENTO SOB GESTÃO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OEIRAS**
- 64 - PROPOSTA Nº. 1135/23 - DE - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “LEÕES NA TUA ESCOLA”, EM ALGUMAS ESCOLAS BÁSICAS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE SÃO BRUNO, AQUILINO RIBEIRO, PAÇO DE ARCOS E CARNAXIDE-PORTELA**
- 65 - PROPOSTA Nº. 1136/23 - DGD - PROTOCOLO DE DEPÓSITO DO ESPÓLIO ARQUIVÍSTICO DE IGREJAS CAEIRO**
- 66 - PROPOSTA Nº. 1137/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO AQ-VS-2022 ESPAP CELEBRADO COM A ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I. P. (ESPAP), PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PARA AS INSTALAÇÕES DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA - ANOS 2024 A 2027 - PD Nº. 263/SIMAS/2023**
- 67 - PROPOSTA Nº. 1138/23 - SIMAS - CPI 56/2022/178 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, COM DIVISÃO EM LOTES, DESTINADO AO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE DIVERSO MATERIAL DE ARMAZÉM - AUTORIZAÇÃO PARA O REESCALONAMENTO E RECAPIMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DE ADENDAS DOS CONTRATOS - PD Nº.**

275/SIMAS/2023

- 68 - PROPOSTA Nº. 1139/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, COM CONSULTA A 1 ENTIDADE, EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATÉRIAS, PARA A EMPREITADA DESTINADA À “REPARAÇÃO DE COLAPSO PARCIAL NO TROÇO CANALIZADO DA RIBEIRA DE ALGÉS, NO LARGO COMANDANTE AUGUSTO MADUREIRA EM ALGÉS” - PD Nº. 276/SIMAS/2023**
- 69 - PROPOSTA Nº. 1140/23 - SIMAS - CPI 20215/2020 - RATIFICAÇÃO-SANAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À EXPEDIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS ORIGINÁRIOS NO “PRINTING & FINISHING” - PR Nº. 2/SIMAS/2023**
- 70 - PROPOSTA Nº. 1141/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 34ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 71 - PROPOSTA Nº. 1142/23 - GMA - PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024-2025 DA PARQUES TEJO, E.M., COM O PARECER DO FISCAL ÚNICO**
- 72 - PROPOSTA Nº. 1143/23 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 480/2020 - RENOVAÇÃO Nº. 244/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - 5º. BIMESTRE DE 2023**
- 73 - PROPOSTA Nº. 1144/23 - GAF - JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - AUTO DE TRANSFERÊNCIA Nº. 390/2021 - RENOVAÇÃO Nº. 147/2022 - TRANSFERÊNCIA INTER-RUBRICAS - RETIFICAÇÃO DA PD Nº. 933/2023**
- 74 - PROPOSTA Nº. 1145/23 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 481/2020 - RENOVAÇÃO Nº. 158/2022,**



**Câmara Municipal
de Oeiras**

JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO - 5º. BIMESTRE DE 2023

- 75 - PROPOSTA Nº. 1146/23 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 683/2020 - RENOVAÇÃO Nº. 146/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - 5º. BIMESTRE 2023**
- 76 - PROPOSTA Nº. 1147/23 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 698/2020 - RENOVAÇÃO Nº. 142/2022, JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - 5º. BIMESTRE DE 2023**
- 77 - PROPOSTA Nº. 1148/23 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 485/2020 - RENOVAÇÃO Nº. 154/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS - 5º. BIMESTRE DE 2023**
- 78 - PROPOSTA Nº. 1149/23 - DPERU - AQUISIÇÃO DE TERRENO PELA CMO - QUINTA DO FILINTO, EM TERCENA - BARCARENA**
- 79 - PROPOSTA Nº. 1150/23 - DOT - NOVA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DO DAFUNDO E DISCUSSÃO PÚBLICA DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) ENQUADRADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU)**
- 80 - PROPOSTA Nº. 1151/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A APSEC - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA, PARA IMPLEMENTAÇÃO DA 3ª. EDIÇÃO DO PROJETO “UP- PEQUENOS GIGANTES”, NO ÂMBITO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA DE OEIRAS**
- 81 - AGENDAMENTO DE PROPOSTAS**
- 82 - PROPOSTA Nº. 1152/23 - DHM - OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES**

AO ABRIGO DO AVISO Nº. 01/CO2-I01/2021, INVESTIMENTO RE-C02-I01, PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO, COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO, DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

- 83 - PROPOSTA Nº. 1153/23 - UPGO - Pº. 05188/UPGO/20 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DIREÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA OBRA DO FÓRUM MUNICIPAL - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES E CORRESPONDENTE PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL**
- 84 - PROPOSTA Nº. 1154/23 - DMOGAH - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DA INFORMAÇÃO INT-CMO-2023/24130 - NOVOS PREÇOS DOS PRODUTOS VILLA OEIRAS**
- 85 - PROPOSTA Nº. 1155/23 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - “CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS” - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DA REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS - AUTO Nº. 17**
- 86 - PROPOSTA Nº. 1156/23 - - DOT - MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E O INSTITUTO DE HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA I.P., PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO ACESSÍVEL ALGÉS/LINDA-A-VELHA, NOS TERRENOS DA EX-ESTAÇÃO RADIONAVAL “COMANDANTE NUNES RIBEIRO” - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DA MINUTA**
- 87 - PROPOSTA Nº. 1157/23 - GATPI - PRR Nº. 04/C03-I01/2022 - NOVA GERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS - RESCISÃO DE CONTRATO**
- 88 - PROPOSTA Nº. 1158/23 - DDS - CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA - 3ª. EDIÇÃO DO PROJETO “OEIRAS TEM KICK” - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À KMT - ASSOCIAÇÃO MOREIRA TEAM**



Câmara Municipal
de Oeiras

- 89 - PROPOSTA Nº. 1159/23 -DPOC - RATIFICAÇÃO DA 35ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 90 - PROPOSTA Nº. 1160/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 36ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA**
- 91 - PROPOSTA Nº. 1061/23 - DP - DESANEXAÇÃO DE 3 PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO E DESAFETAÇÃO DE 1 PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO SITAS EM TALAÍDE E SUA ANEXAÇÃO**
- 92 - PROPOSTA Nº. 1062/23 - DGRU - PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL DO PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS URBANOS (PAPERSU) - REMESSA À APA PARA EMISSÃO DE PARECER**
- 93 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE DEZEMBRO DE 2023 ---

----- ATA NÚMERO TRINTA E TRÊS/DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência inicial do Senhor Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves estando presentes os Senhores Vereadores Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha e ainda presentes embora entrados no decurso da reunião o Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais e os Senhores Vereadores Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar e Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo.-----

1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Às dez horas e dez minutos, o **Senhor Vice-Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha e Susana Duarte. -----

2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA: -----

-----Foi presente o balancete de tesouraria, relativo ao período de dezoito de dezembro de dois mil e vinte e três a vinte e quatro de dezembro de dois mil e vinte e três, tendo o **Senhor Vice-Presidente** informado da disponibilidade orçamental, previsão de tesouraria, compromissos em aberto e execução do orçamento de dois mil e vinte e três, constatando-se um saldo orçamental positivo de vinte milhões quinhentos e vinte e seis mil trezentos e oitenta e quatro euros.-----

3 - ASSUNTOS DO C.A. DOS SIMAS: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara tomou conhecimento dos principais assuntos tratados na reunião do Conselho de Administração dos SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos Municípios de Oeiras e Amadora realizada no passado dia catorze de dezembro, os quais são: -----

-----“- Apresentação: -----

-----Proposta de tarifário para dois mil e vinte e quatro. -----

----- Informações:-----

-----Tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria à data.-----

----- Propostas de ratificação: -----

-----Procedimento por ajuste direto, em função de critérios matérias, para a prestação de Serviços de estudo, projeto, produção e montagem da sinalética da nova Loja da Amadora, na modalidade de tarefa - Adjudicação à empresa “TKS - Thinkinetics, Innovation Agency”, pelo valor de vinte e oito mil seiscientos e catorze euros, acrescidos de IVA, à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de trinta dias - Foi ratificado, por unanimidade, o despacho de autorização exarado pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, doutor João Serrano no dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e três; -----

-----Ratificação-sanação da minuta do contrato para aquisição de serviços destinados à expedição de objetos postais originários no “Printing & Finishing” - CPI vinte mil duzentos e quinze/dois mil e vinte - Foi ratificado, por unanimidade, o despacho de autorização exarado pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, doutor João Serrano no dia seis de dezembro de dois mil e vinte e três.-----

----- Propostas de deliberação:-----

-----Reclamação - Rua Angra do Heroísmo, Queijas - Fatura de vinte e um de abril de dois mil e vinte e dois, no valor de trinta e nove mil duzentos e oitenta euros e doze cêntimos



Câmara Municipal
de Oeiras

(Adiada do Conselho de Administração de vinte de novembro dois mil e vinte e três, (Adiada do Conselho de Administração de vinte e sete de novembro dois mil e vinte e três) - Adiada; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a empreitada destinada à “execução de obras pontuais não programadas de reparação de colapsos de coletores e ramais, substituição de tampas e reparação de caixas de visita em redes de águas residuais domésticas e pluviais no Concelho da Amadora”, estimando-se para o efeito uma despesa no valor total de um milhão e noventa e oito mil euros, acrescido de IVA, valor a suportar pelos SIMAS, enquanto entidade adjudicante, nos termos da alínea j), do número um, do artigo segundo, do CIVA (inversão do sujeito passivo), montante este proposto para preço base do procedimento a executar num prazo máximo de mil e noventa e cinco) dias (Adiada do Conselho de Administração de vinte e sete de novembro dois mil e vinte e três) - Adiada; -----

----- Abertura de procedimento por concurso público para a empreitada destinada a “trabalhos gerais de manutenção de infraestruturas de abastecimento de água - acessórios, ramais, caixas e outros, no Concelho da Amadora - anos de dois mil e vinte e quatro a dois mil e vinte e sete”, pelo preço base de setecentos e sessenta e oito mil euros, acrescido de IVA, a executar num prazo máximo de mil e noventa e cinco dias (Adiada do Conselho de Administração de vinte e sete de novembro dois mil e vinte e três) - Adiada; -----

----- Abertura de procedimento por consulta prévia ao abrigo do Acordo-Quadro AQ-VS- dois mil e vinte e dois ESPAP, celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, Instituto Público (ESPAP), para a prestação de serviços de Segurança e Vigilância para as instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora - Anos de dois mil e vinte e quatro a dois mil e vinte e sete, pelo preço base de um milhão cento e dezasseis mil euros, para a globalidade do contrato - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Revisão de preços ordinária no âmbito da empreitada para reparação de coberturas no edifício sede em Oeiras e nos Serviços Técnicos da Brandoa, na Amadora - CP vinte e um mil

cento e quarenta e quatro, de dois mil e vinte e um - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;

-----Revisão de preços ordinária no âmbito da empreitada para execução de mezanines, de escadas metálicas e de outros trabalhos diversos, nas Oficinas dos Serviços Técnicos dos SIMAS, em Leceia - CP vinte mil cento e setenta e seis, de dois mil e vinte - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Revisão de preços ordinária no âmbito empreitada destinada à reparação e conservação de várias instalações dos SIMAS nos Concelhos de Oeiras e Amadora - CP setenta e três, de dois mil e dezoito - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Revisão de preços ordinária no âmbito da empreitada de reparação de colapsos de coletores e ramais, substituição de tampas e reparação de caixas de visita nas redes de águas residuais e pluviais, no Concelho da Amadora - Anos dois mil e dezanove/dois mil e vinte - CP duzentos e quarenta e quatro, de dois mil e dezoito - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;

-----Aplicação da multa contratual ao empreiteiro por incumprimento do prazo de execução da obra à “Mafragua, Limitada”, destinada à remodelação das redes de abastecimento de água de fibrocimento na Quinta do Paizinho, em Carnaxide e Queijas, no Concelho de Oeiras - Contrato número quarenta e sete, de dois mil e vinte e dois - Adiada;-----

-----Aprovação da ordem de supressão de trabalhos previstos no contrato de empreitada de substituição de condutas e ramais existentes na Estrada de Alfragide e ruas adjacentes, Freguesia de Alfragide, Concelho de Amadora - CP cinquenta, de dois mil e vinte e dois/cinco - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto;-----

-----Aprovação do pedido de indemnização por redução do preço contratual da empreitada de substituição de condutas e ramais existentes na Estrada de Alfragide e ruas adjacentes, Freguesia de Alfragide, Concelho de Amadora - CP cinquenta, de dois mil e vinte e dois/cinco - Adiada;-----

-----Consulta pública do projeto de Regulamento de Drenagem de Águas Residuais e



Câmara Municipal
de Oeiras

Industriais dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e da Amadora - artigos centésimo e centésimo primeiro, do Código do Procedimento Administrativo - Adiada; -----

----- Décima primeira Alteração Orçamental Permutativa da Despesa Corrente, Capital, PPI de dois mil e vinte e três e anos seguintes - Retirada; -----

----- Abertura de procedimento por consulta prévia a cinco entidades para a aquisição de serviços de Fisioterapia Preventiva, pelo preço base de quarenta mil novecentos e vinte e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos, para um prazo de execução de trinta e seis meses, a decorrer nos anos de dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis - Retirada;

----- Procedimento por concurso público destinado à prestação de serviços de manutenção preventiva, dos seis módulos que constituem o equipamento, analisador por “Fluxo Segmentado SAN++Plus”, da marca “SKALAR” - CP vinte e sete, de dois mil e vinte e três/oitenta e três - Não adjudicação e revogação do ato de abertura do concurso público (da decisão de contratar) - Adiada; --- -----

----- Procedimento por concurso público internacional, com divisão em lotes, destinado ao fornecimento contínuo de diverso material de armazém - Autorização para o reescalonamento e recabimentação do procedimento e aprovação de adendas dos contratos. CPI cinquenta e seis, de dois mil e vinte e dois/cento e setenta e oito - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Empreitada destinada à “Reparação de colapso parcial no troço canalizado da ribeira de Algés, no Largo Comandante Augusto Madureira, em Algés”. Autorização de abertura de procedimento por ajuste direto com consulta a uma entidade com carácter de urgência. Nomeação de gestor de execução do contrato - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

----- Procedimento por ajuste direto, em função de critérios matérias, para a prestação de Serviços de Geo Localização de oitenta e quatro viaturas da frota do SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora, por um período de doze meses - Adjudicação à empresa “Municípi - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima”,

pelo valor de doze mil e noventa e seis euros, (a que corresponde doze euros, por viatura por mês), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por um período de doze meses - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto; -----

-----Procedimento por ajuste direto ao abrigo dos critérios materiais, para a prestação de serviços destinada ao “desassoreamento da saída da Ribeira de Algés, no Concelho de Oeiras - Fase dois - Adjudicação à empresa “Submarit, Subempreitadas e Trabalhos Marítimos, Limitada”, pelo valor de cento e dezasseis mil euros, acrescido de IVA, pelo prazo de execução de trinta dias - Foi aprovado, por unanimidade, o proposto.” -----

4 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

-----Conforme artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, o **Senhor Vice-Presidente** deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios: -----

-----Número seiscentos e oitenta e um, dando conhecimento que na reunião de doze de dezembro de dois mil e vinte e três, apreciou a proposta de deliberação número novecentos e setenta e um, de dois mil e vinte e três - GMA - Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, do Município de Oeiras, relativo a dois mil e vinte e dois. -----

-----Número seiscentos e oitenta e dois, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número novecentos e oitenta e dois, de dois mil e vinte e três - DCS - Atribuição de comparticipação financeira às Uniões/Juntas de Freguesia para apoio às respostas alimentares, na qual deliberou, por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar



Câmara Municipal
de Oeiras

Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira, para reforço das respostas sociais Banco Alimentar e Mercearia Social, no montante global de quarenta e sete mil e quinhentos euros, distribuído da seguinte forma: -----

----- União/Junta de Freguesia - Comparticipação:-----

----- Barcarena - Dez mil euros; -----

----- Carnaxide e Queijas - quinze mil euros;-----

----- Oeiras, Paço de Arcos e Caxias - doze mil e quinhentos euros; -----

----- Porto Salvo - dez mil euros.-----

----- A minuta de Contrato que enquadrará este apoio; -----

----- De modo a acompanhar permanentemente a sua execução, a nomeação do técnico José Tomás Almeida da Divisão de Coesão Social, como gestor do contrato.-----

----- Número seiscientos e oitenta e três, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número novecentos e oitenta e cinco, de dois mil e vinte e três - DCS - Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões de Freguesia e à Junta de Freguesia de Porto Salvo para funcionamento dos estabelecimentos de infância - Terceiro trimestre de dois mil e vinte e três, na qual deliberou, por unanimidade, com trinta e oito votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar que seja solicitado à União das Freguesias de

Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas e à Junta de Freguesia de Porto Salvo que procedam à reposição dos montantes abaixo indicados uma vez que a comparticipação financeira atribuída no terceiro trimestre de dois mil e vinte e três foi superior ao montante por elas suportado: -----

-----Juntas das Uniões de Freguesia e Freguesias - Valor:-----

-----Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - quatro mil cento e quarenta e três euros e cinquenta e um cêntimos; ----- \

-----União de Freguesias de Carnaxide e Queijas - seis mil novecentos e vinte e dois euros e sessenta e quatro cêntimos; -----

-----União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias - mil seiscentos e oitenta e sete euros e setenta e nove cêntimos. -----

-----Junta de Freguesia de Porto Salvo - onze mil setecentos e vinte e cinco euros e trinta e um cêntimos; -----

-----Total - vinte e quatro mil quatrocentos e setenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos. -- -----

-----Número seiscentos e oitenta e quatro, remetendo cópia da deliberação sobre proposta C.M.O. número novecentos e oitenta e oito, de dois mil e vinte e três - DCS - Acertos relativos ao processo de comparticipação financeira às Uniões e à Junta de Freguesia para funcionamento dos estabelecimentos de infância - ano de dois mil e vinte e dois, na qual deliberou, por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar



Câmara Municipal
de Oeiras

Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras, Paço de Arcos e Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a atribuição da comparticipação financeira à União das Freguesias de Carnaxide e Queijas, à União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e à Junta de Freguesia de Porto Salvo, uma vez que há valores em défice face ao montante atribuído em dois mil e vinte e dois: -----

----- União e Junta de Freguesia - Valor:-----

----- União das Freguesias de Carnaxide e Queijas - setenta e um mil trezentos e oitenta euros e quarenta e sete cêntimos; -----

----- Junta de Freguesia de Porto Salvo - quarenta e cinco mil cento e vinte e seis euros e trinta e cinco cêntimos;-----

----- União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias duzentos e três euros e trinta cêntimos. -----

----- Total - cento e dezasseis mil setecentos e dez euros e doze cêntimos.-----

----- A reposição, pela União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, do valor abaixo indicado, uma vez que o montante transferido excedeu o gasto no ano de dois mil e vinte e dois: -----

----- União e Junta de Freguesia - Valor:-----

----- União das Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo - onze mil oitocentos e trinta e cinco euros e vinte e dois cêntimos. -----

5 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** declarou aberto o período para intervenção do público, tendo usado da palavra os seguintes munícipes:-----

----- O **Primeiro Munícipe** que disse: -----

----- “Habito no Concelho há trinta e nove anos e há vinte e três anos na Quinta da Moura

e venho dar conta de uma situação que se vive no Município, e decorre do erro de loteamento na urbanização em que o escoamento das águas que vem de um terreno que comunica com Vila Fria, não foi previsto e como não foi previsto o que acontece é que as vivendas que estão no limite com a Quinta da Moura ergueram um muro com cerca de um metro, todas elas menos a minha, também tinha erguido esse muro, mas a Câmara para aprovar o projeto, forçou-me a cortar o muro, em cerca de vinte centímetros do terreno.-----

-----O que acontece é que em chuvas muito intensas, a água como não tem escoamento acumula-se, faz pressão nos muros e em alguns casos invade os terrenos.-----

-----O assunto tem-se repetido há vinte anos. -----

-----Os episódios mais graves ocorreram em dezembro passado com duas inundações, a casa do meu vizinho foi inundada, na minha foi destruído o logradouro, felizmente não entrou água em casa, a Proteção Civil esteve no local, os Bombeiros e a Câmara também, a Proteção Civil aconselhou-me a sair de casa, porque o muro ameaçava ruir. A Câmara na altura, disse que ia tratar da situação. -----

-----Foi-me dito pelo engenheiro Neves do Departamento de Gestão Urbanística, que elaborou um plano de um canal de drenagem.-----

-----O plano foi aprovado pela arquiteta Paula Cabral, do Departamento de Gestão Urbanística, pelo arquiteto Luís Serpa, da Direção Municipal e foi apresentado ao Senhor Presidente em data que desconheço, mas que deduzo seja de janeiro deste ano, mas as coisas não avançaram. -----

-----Escrevi um email aos Senhor Presidente e ao Senhor Vice-Presidente em dezembro, não tive resposta, em outubro vim à Câmara e como não tive resposta insisti em novembro, e como continuava sem resposta inscrevi-me para esta reunião, e, nessa altura, disseram que iam marcar uma reunião com o Senhor Vice-Presidente. -----

-----A reunião aconteceu dia vinte e três, estava marcada para as dezasseis horas e trinta



Câmara Municipal
de Oeiras

minutos, mas teve lugar às dezoito horas e trinta minutos, estavam presentes duas pessoas na sala que não sei quem eram, que não me foram apresentadas, que me disseram que estavam a par da situação, conheciam os filmes e os vídeos que eu tinha enviado, mas entendiam que a situação não era da solução da Câmara, que era um problema entre privados, e que os privados deviam construir um canal de drenagem para ultrapassar o tal lapso que terá havido no loteamento. -----

----- Na altura questioneei se construíssemos o canal de drenagem para onde ia a água e disseram que a água ficaria nos terrenos. -----

----- Ora, se a água ficasse nos terrenos era exatamente a mesma coisa, continuar a fazer pressão nos muros e a invadir as casas. -----

----- Perante isso considerei que não valia a pena continuar na reunião, perguntaram-me se estava esclarecido, respondi que sim quanto ao que eu penso ser a solução, porque a solução proposta, não era uma solução para o problema e saí. -----

----- A ideia de vir aqui, foi para dar conhecimento do que é que acontece. -----

----- A Proteção Civil já lá estive este ano novamente, porque embora lhe tenham dito que era uma coisa rara, não é rara, e neste ano já voltou a acontecer, no dia trinta de novembro e venho alertar que se nada for feito, que o meu caso eu vou resolver, mas se nada for feito continuará lá a haver acumulação de água, com risco de inundações, com risco de desmoronamento de muros e com o risco que a Proteção Civil avisou de poder haver danos pessoais e danos patrimoniais, que podem ser graves.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** disse o seguinte:-----

----- “Como disse e como sabe, eu conheço a questão, aliás, permita-me que lhe diga que a reunião começou mais tarde, porque o Vice-Presidente esteve noutras reuniões antes que se prolongaram, naturalmente eu não mando ninguém embora do meu gabinete quando está a expor um assunto e as pessoas não lhe foram apresentadas porque o Senhor não deu muito tempo para isso, todavia permita-me que lhe diga que já falei com o Senhor Presidente sobre o assunto,

porque também eu não estou muito confortável com a situação. -----

-----E tinha dito ao Senhor Presidente que iríamos fazer uma segunda leitura no início de janeiro da situação. -----

-----Como deve entender, não é fácil também para quem decide ver as imagens e os vídeos, que eu também conheço, naturalmente que o que eu lhe transmito é aquilo que os Serviços me dizem. -----

-----É possível fazer uma segunda leitura, é importante que se faça e até manda o bom senso que seja feito, portanto, na primeira/segunda semana de janeiro, o meu gabinete irá entrar em contacto consigo e com os vizinhos, provavelmente, para verificarmos a situação.-----

-----O que se passou é que numa situação de emergência, foi proposto fazer uma intervenção. -----

-----Disseram-nos os Serviços na altura que não havia condições de fazer aquela, porque estávamos a acudir a outras ainda mais prementes e quando passa a emergência, o que me transmitem é que não sendo mais situação de emergência é um problema dos privados. Só que a história não começou em dezembro de dois mil e vinte e três como o Senhor sabe, como eu sei, porque conheço o assunto, mas em janeiro vamos voltar a falar sobre este assunto. -----

-----Permita-me que lhe diga que eu também não estou confortável com a situação.” -----

-----Volveu o **munícipe**:-----

-----“Compreendo o atraso e até compreendo que eu talvez tenha saído da reunião precipitadamente, confesso que estava enervado por estar duas horas à espera.” -----

-----Acrescentando o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Eu agradeço por ter esperado.” -----

-----Continuou o **munícipe**:-----

-----“O Senhor agradeceu na altura.-----

-----Espero conseguirmos resolver a situação, em articulação os privados, o público, o



Câmara Municipal
de Oeiras

que for preciso.”-----

----- O **Segundo Município** disse o seguinte:-----

----- “Tenho tido o cuidado de ler a nossa Revista e apreciado tudo o que têm feito pelo Concelho.- -----

----- Relativamente aos pombos, foram feitas diligências, eu vi, mas os pombos têm memória, fugiram da coruja, mas como têm memória, voltaram aos lugares que é costume estarem e gostam de fazer aquilo que os humanos fazem, reproduzem-se, portanto, quando chegar a primavera, os sítios onde eles estão e são muitos, vão voltar a aparecer muitos mais.-----

----- Sobre este assunto estamos falados e os Senhores farão o que melhor entenderem.----

----- No entanto, em Lisboa, na Avenida da Liberdade, na Praça do Comércio, na Praça da Figueira desapareceram, alguma coisa se fez. -----

----- Agora são assuntos meus, particulares, que esperava nunca vir tratar aqui. -----

----- Eu tenho um cão pequenino que pesa dois quilos, que é a minha companhia do dia à dia e foi atacado por um cão de porte médio, que só não o matou porque como é pequeno eu consegui agarrá-lo ao colo, mas mesmo assim mordeu-lhe uma coxa e fiquei cheia de sangue. ----

----- Enquanto o veterinário tratava o meu cão eu fiz a participação na PSP, onde me disseram que este cão se chama Panda e é conhecido, por atacar vários cães, porque anda solto e não tem açaime. -----

----- Eu fiz participação à PSP e aqui na Câmara à UBEAFS em nove de novembro, eu não tenho respostas, eu não quero que adormeçam o cão, o cão é vítima como foi o meu, porque consta e eu não tenho maneira de o provar, que a dona é toxicodependente, uma pessoa dependente das drogas não tem uma vida comum, felizmente não convivo com ninguém de perto.

----- O agente disse-me que esta Senhora já foi detida e autuada várias vezes, mas parece que não é o suficiente.-----

----- Vamos esperar que ele mate um animal, ou que agrida uma pessoa? -----

-----A minha sugestão aos Serviços é retirar o cão Panda aos donos e domesticá-lo, porque os cães transmitem a maneira como os tratamos em casa.-----

-----Outro assunto tem a ver com o facto de estar imobilizada, como veem, porque em determinada altura eu vim à reunião pedir para requalificarem o passeio do meu quarteirão, porque havia duas idosas no meu prédio que não saiam à rua por a calçada não estar regular, nada foi feito, eu sei que os Senhores têm outras prioridades e muitas preocupações, mas requalificaram outra rua com a camada antiderrapante, e não a que pedi, um dia caí, porque tropecei num relevo da calçada numa rua que tem um prédio circular com uma barbearia, e fiz quatro fraturas no ombro, estive internada doze dias, sofri horrores, tenho feito várias despesas, a minha vida modificou-se bastante. -----

-----Participei à Câmara, ao Departamento de Gestão e Organização e mandei vários emails, de modo que gostava de saber se existe algum seguro, que me ajude face às despesas que eu tive.”-----

-----Esclarecendo o **Senhor Vice-Presidente:** -----

-----“Há um seguro de responsabilidade civil.” -----

-----Volvendo o **munícipe:**-----

-----“Então por que é que eu não tive resposta?-----

-----Eu tenho todos os comprovativos, eu primeiro dirigi-me ao Hospital da Luz, como o Hospital da Luz não tinha bloco operatório para me operar com urgência, vim para casa com analgésicos muito fortes.” -----

-----Interrompendo o **Senhor Vice-Presidente:** -----

-----“Está ali o doutor André Rica que toma nota dos seus contactos para verificar se é caso para acionar o seguro de responsabilidade civil do Município, porque vamos contactar o Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico para perceber se é para acionar o seguro, se for caso disso.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Não recebeu resposta ao email em como foi recebido?” -----

----- Respondeu o **munícipe**: -----

----- “Recebi mensagem em como foi recebido, mas não tenho respostas, a única entidade que me telefonou foi a Polícia Municipal.” -----

----- Volveu o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Irei verificar o andamento que foi dado à sua reclamação.” -----

----- Acrescentando o **munícipe**: -----

----- “Deve estar num gabinete para despacho, trabalhei durante quarenta e quatro anos como funcionária e sei como as coisas são, também me passaram processos pelas mãos, na ótica de trabalho e há assuntos que não são para hoje ou para amanhã, são para ontem e eu estou com muitas dificuldades e tenho que ter quem me ajude em casa. -----

----- Entretanto, gostava de fazer um elogio e quase de lágrimas nos olhos. -----

----- Quando fui transportada para o Hospital, foi numa ambulância de Bombeiros e é aqui que faço um grande elogio aos Bombeiros e gostava que registassem bem as minhas palavras, eu ia muito mal, iam dois Bombeiros à meia noite a começar o turno, ia um Bombeiro ao meu lado a acabar o turno e eu só pedi que conduzissem a ambulância muito devagar, porque o estremecer da ambulância fazia-me dores horríveis, e isto é um elogio, os Bombeiros que iam à frente a conduzir tiveram o cuidado de procurar caminhos mais longe para ir num piso mais certinho.-----

----- O Bombeiro que ia ao meu lado a acabar o turno ia ser deixado em casa, e eu perguntei se não paravam e responderam: “A Senhora está primeiro.” -----

----- Isto caiu-me muito bem, porque eles dão a vida por nós e estavam preocupados com o meu bem estar e eu comecei a falar com eles.” -----

----- Interrompeu o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Esse é outro assunto, esse assunto não é para nós.” -----

----- Volveu a **munícipe**: -----

-----“Acho que é, porque são vocês que pagam uma parte do ordenado aos Bombeiros” --

-----Interrompeu o **Senhor Vice-Presidente:** -----

-----“Mas não é assunto para aqui, aqui é para ouvir as suas reclamações, as suas questões, e não cabe ao Município suportar os ordenados das Corporações dos Bombeiros. -----

-----O Município atribui muitos subsídios, provavelmente é o Município que proporcionalmente mais subsídios atribui aos Bombeiros, suportando sete Corporações.-----

-----O Senhor Vereador Armando Soares é Presidente dos Bombeiros do Dafundo e os nossos Bombeiros combatem fogos florestais em todo o País, nós temos carros de combate a incêndios suportados pelos cofres do Município de Oeiras, esse esforço é feito pelo Município, as ambulâncias são suportadas pelo Município, a maior parte dos ordenados é pago pelo Município, mas temos que fazer no limite do que a lei permite e não mais do que isso e digo-lhe isto porque é um assunto que extravasa a esfera do Município.” -----

-----Continuou a **munícipe:** -----

-----“Eles pedem um euro de contribuição e falavam numa inscrição e eu perguntei como é que guardavam essas quantias, porque há pessoas que dão muito mais, e eles responderam que era para comprar garrafas de oxigénio, para fazer melhoramento dentro das ambulâncias quando é preciso e para mudar pneus. -----

-----Eu entrei no Hospital a chorar pelas dores e a chorar pelos Bombeiros. -----

-----Decidi não contribuir com um euro, mas com mais e vou-me inscrever. -----

-----Como é possível eles esperarem pelas contribuições que as pessoas dão para substituir pneus, garrafas de oxigénio e melhorar as ambulâncias?” -----

-----Respondeu o **Senhor Vice-Presidente:** -----

-----“Não é verdade.” -----

-----Salientou o **munícipe:** -----

-----“É verdade, que eu sei.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Observou o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “Não é verdade. -----

----- Pode ter sido dito pelo Bombeiro, nada disso é verdade, a Câmara suporta tudo em relação aos Bombeiros, ainda há pouco tempo inauguramos um novo quartel para os Bombeiros de Oeiras, um investimento de cerca sete milhões de euros, há dois anos demos dois milhões e meio de euros para as sete Corporações de Bombeiros para usarem na compra de equipamento, manutenção de equipamento, para tudo, nós suportamos tudo nos Bombeiros de Oeiras, as Corporações estão todas sobredimensionadas.” -----

----- Salientou o **munícipe**: -----

----- “Entrei no Hospital a chorar com dores e pelos Bombeiros.” -----

----- Observou o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “Pode ficar aliviada dessa dor e até vou passar a palavra ao Senhor Vereador Armando Soares, que é o Presidente dos Bombeiros do Dafundo, não está nessa função, mas conhece o caso.”-----

----- O **Senhor Vereador Armando Soares** argumentou o seguinte:-----

----- “Muito telegraficamente dizer-lhe que cada Bombeiro veste naturalmente as cores da sua corporação e veste também as dores que possa eventualmente sentir internamente, mas tal como disse o Senhor Vice-Presidente, tudo isso não corresponde à verdade, aliás, dou-lhe a minha posição pessoal, eu acho uma vergonha como é que ainda Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários neste Concelho ainda fazem peditórios, acho uma vergonha e digo-lhe porquê, porque no Município com tão poucos quilómetros quadrados, como é o nosso caso, que tem sete Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, que compra equipamentos, que subsidia bastante com milhões de euros todos os anos para que os Bombeiros possam ao fim ao cabo estar perfeitamente apetrechados para aquilo que é o exercício em teatro de operações dentro do seu território, por maioria de razão, e até fora do seu território, se há coisa que a

Câmara Municipal de Oeiras desde sempre, não é de agora, desde há décadas, que sempre entendeu, é que a ação humanitária não deve ter fronteiras geográficas, portanto, ao não ter fronteiras geográficas apoia indiscriminadamente as associações humanitárias mesmo para muitas coisas que elas fazem fora das fronteiras geográficas do Concelho, portanto, se me diz que todas as pessoas deveriam ser associadas de uma associação de bombeiros e pagarem quotas de um euro, eu acho que enquanto cidadão toda a gente devia ser associada da sua Associação de Bombeiros, mas isso é apenas uma opinião, não é porque seja necessário essa quota para poder pagar a sua despesa. -----

-----Não fique preocupada, sem dúvida que esse bombeiro que lhe deu nota disso fê-lo na melhor das boas intenções, possivelmente, ele não tem a mínima noção como é que se administra a casa, porque a casa naturalmente tem órgãos sociais, tem uma Direção, uma Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, tem Comando do Corpo Ativo, naturalmente que ao Corpo Ativo aquilo que lhe é pedido é que faça bem as suas funções. -----

-----Ele certamente que será um bombeiro perfeitamente apetrechado e preparado para poder salvar vidas, mas não tem a mínima noção como é que se administra a casa, porque se o soubesse não dizia isso, o que estou a dizer é que nenhuma Direção deste Município poderia vir aqui dizer, nunca, jamais, em tempo algum, que era preciso pedir dinheiro para o que quer que fosse, nem que seja para comprar os tais pneus.” -----

-----Acrescentou o **munícipe**:-----

-----“Foi o que o rapaz disse.” -----

-----Volvendo o **Senhor Vereador Armando Soares**:-----

-----“Oiça, mas isso é uma coisa que não faz qualquer sentido, independentemente de ele o ter dito e não acredito que tenha mentido, ele disse, porque ele verdadeiramente acredita naquilo que disse, não tenho dúvidas que ele acredita, eu não tenho dúvidas que ele acreditou naquilo que estava a dizer, o que estou a dizer é que é falso.” -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Acrescentou o **munícipe**:-----

----- “Então não é precisa a colaboração dos cidadãos.”-----

----- Observou o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “É sempre, mas estamos a extravasar a esfera desta reunião de Câmara, eu tenho que continuar a reunião de Câmara, tenho aqui muitas propostas.”-----

----- Observou o **munícipe**:-----

----- “Pode dar uma resposta relativamente ao cão quem tem o pelouro dos animais?”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** esclareceu:-----

----- “Sobre esse cão é do conhecimento da Câmara Municipal que existe uma cidadã que tem um cão e que não cumpre as regras.”-----

----- É uma situação de polícia.-----

----- Fez o que já outras pessoas fizeram e o que deve ser feito, que é apresentar a competente participação na Polícia de Segurança Pública.-----

----- A Câmara Municipal tem competências de verificação de três coisas:-----

----- - o bem-estar do animal;-----

----- - o cumprimento da legalidade no que respeita a documentação do animal;-----

----- - o cumprimento da legalidade no que respeita a situação em que o animal se encontra, às instalações.-----

----- Já fizemos essas visitas, acompanhamos várias vezes, pessoalmente, eu também entendo que aquele animal não devia estar com aquela pessoa, mas a Câmara Municipal não pode entrar dentro da casa da pessoa e retirar o animal.-----

----- Temos tentado sensibilizar a Senhora que tem esse cão para o entregar para nós podermos fazê-lo adotar depois de alguma sociabilização, é isso que estamos a tentar fazer agora, não podemos forçar o proprietário do animal a entregar, mas estamos a tentar sensibilizar.”-----

----- Observou o **munícipe**:-----

-----“Vamos esperar que ele ataque alguém?”-----

-----Argumentou o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“Eu não quero pedir aos Serviços para lhe tirar o microfone, a Senhora coloca questões, nós respondemos, nós não podemos continuar num diálogo durante uma hora, depois de ter a resposta, se a Senhora não gosta da resposta, a resposta que o Senhor Vereador lhe deu, é que não cabe ao Município ultrapassar as instâncias corretas para tratar esse assunto, o Município não vai tirar o cão a um cidadão independentemente de nós acreditarmos, e eu não estou a dizer que eu acredito, que esse cidadão possa ou não ter um cão. -----

-----Esse é um assunto para o Tribunal determinar e da polícia, não é nosso, mas a Senhora terá a sua razão em função do que assistiu e do seu medo, não nos cabe a nós ultrapassar o Tribunal e tirar um cão a uma pessoa.”-----

-----Volveu a **munícipe**: -----

-----“Só quis dar conhecimento a entidades que eu achava e nós como Câmara cuidar do bem-estar das pessoas.”-----

-----Salientando o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“E fazemo-lo.”-----

-----Salientando a **munícipe**: -----

-----“Se me permite só mais uma nota. -----

-----Acho de bom tom vocês na Revista que eu leio e vejo o que se faz, fazerem referência à colaboração que têm dado aos Bombeiros.”-----

-----Concluindo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

-----“E tem saído notícias nesse sentido.”-----

-----Nesta altura entraram na sala as **Senhoras Vereadoras Joana Baptista, Ana Filipa Laborinho, Teresa Bacelar, Carla Castelo** e o **Senhor Presidente**, tendo este assumido a presidência da reunião.-----



**Câmara Municipal
de Oeiras**

6 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA CASTELO: -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** informou a Câmara do seguinte: -----

----- “Antes de mais lamentar estas alterações sucessivas de data das reuniões sem sequer consultarem a Vereadora da oposição, porque na realidade, todos os outros Vereadores certamente são consultados, as datas são sistematicamente alteradas, bem como as horas.-----

----- Geralmente as reuniões públicas em que há a presença do público são no final do mês às quinze horas e esta reunião foi já marcada para segunda-feira às dez horas, depois quarta-feira às quinze horas, depois quarta-feira às dez horas, eu própria hoje estava convencida que seria às quinze horas e é agora às dez horas.-----

----- Peço que comece a ser tido em conta o horário e o dia, eu não sou trabalhadora da Câmara, tenho outra atividade profissional, tenho de gerir a minha vida para poder estar aqui e poder prestar este serviço público que presto. -----

----- Começando pela questão das creches públicas, sabemos que a educação e o acolhimento para as crianças com menos de três anos não faz parte do sistema educativo em Portugal, sendo considerado uma resposta social, isto foi a resposta a um requerimento que fiz recentemente, na realidade, parece-nos importante que o Município estude a criação de uma rede de creches municipais para dar resposta às necessidades das famílias mais carenciadas com os filhos até três anos de idade e que não tenham uma resposta na sua localidade.-----

----- O Município aposta, e é sabido, no apoio às Instituições Privadas de Solidariedade Social com a rede solidária de creche, mas parece-nos importante perceber se a oferta é realmente suficiente em todas as localidades do Concelho, porque havendo bebés, crianças até aos três anos em lista de espera, pensamos que fará sentido o Município, que se orgulha de um elevado nível de desenvolvimento económico, ponderar esse passo importante para apoiar as famílias com os filhos mais pequenos.-----

----- Relativamente às reparações na Ribeira de Algés e inspeção estrutural, as pessoas

que residem junto à secção encanada da Ribeira de Algés, incluindo pessoas idosas e famílias que têm filhos pequenos têm-nos revelado preocupações com a sua própria segurança, dos seus familiares e também dos seus bens. -----

-----Perante a situação que foi conhecida e até mediatizada do colapso daquela parte do caneiro, eu recebi a resposta ao meu requerimento via SIMAS, em que coloquei algumas questões e retive a afirmação de que ainda não solicitaram o apoio ou a intervenção do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, o que lamentamos, pois é um laboratório de Estado com competência reconhecida e faria sentido, parece-nos a nós, e seria certamente uma mais-valia a avaliação do LNEC para propor medidas, não apenas paliativas ou momentâneas para responder àquele colapso, àquele abatimento, mas também estruturais.-----

-----É mencionada uma inspeção estrutural e eu gostaria de saber quando é que está prevista e quem será envolvido, se apenas os SIMAS e o Município ou se poderão ser chamadas outras entidades, designadamente o LNEC.-----

-----Relativamente ao parque de saibro na antiga Estação Agronómica Nacional, verificámos, felizmente, que o parque de estacionamento de saibro que tinha sido criado na Quinta de Cima foi removido, é uma boa notícia, mas gostaríamos de saber o que levou a que fosse retirado, quem é que mandou remover o parque de estacionamento e voltamos a insistir porque é muito importante termos um Plano de Pormenor de Salvaguarda daquele espaço patrimonial, nós apresentámos uma proposta e estarão recordados que foi chumbada, mas entendemos que existe risco do Município estar a fazer obras e a desperdiçar dinheiro em obras que depois têm de ser removidas. -----

-----Fomos alertados também por moradores para uma situação de ruído na Rua Major Afonso Pala, número um, os moradores queixam-se do ruído e vibração de um sistema de extração de fumo do restaurante. -----

-----Não querendo, evidentemente prejudicar o restaurante, os moradores têm solicitado



Câmara Municipal
de Oeiras

fiscalização e correção da situação do ruído que dizem ser constante, impedindo o descanso dos moradores nos prédios circundantes, incluindo pessoas de idade e também crianças muito pequenas. - -----

----- Eu não sei se os Serviços já tiveram conhecimento desta situação, se tiveram alguma queixa, se tomaram alguma medida, porque a informação que nos chegou é que há muita trepidação e o ruído deste sistema. -----

----- Relativamente à segurança de quem anda a pé e hoje até temos uma proposta da Rede de Vilas e Cidades que Caminham, se falamos em mobilidade urbana sustentável, a segurança, o conforto de quem anda a pé, deve ser a prioridade. -----

----- Ora, o que temos visto no Município é que a mobilidade pedonal continua a ser o parente pobre, isto nos investimentos e nas medidas que são adotadas. -----

----- Eu chamei a atenção para o risco de atropelamento na Avenida Infante Dom Henrique, em Tercena há vários meses, responderam-me que iam pôr em prática medidas de acalmia de tráfego, o risco continua ali muito elevado, as pessoas dizem-nos que há situações em que as pessoas têm de correr para não ser atropeladas, só que ali vivem também muitas pessoas idosas, é uma situação que gostaria de saber se vão ser postas em prática estas medidas, porque a intervenção é urgente. -----

----- Finalmente, o Estádio Mário Wilson, o Senhor Vice-Presidente há umas reuniões atrás, disse que o Senhor Presidente já tinha feito o despacho para o início das obras de reparação do piso, gostaria de saber quando é que começa essa reparação para os jovens atletas que ali praticam desporto terem mais segurança, porque podem cair como aquilo está. -----

----- Como entrei assim a rompante e de chofre, espero que todos tenham tido Boas Festas e também desejo a todos um ótimo ano e que as reuniões passem a ser comunicadas a data e a hora articulada também com esta Vereação.” -----

7 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA ANA FILIPA LABORINHO: -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** usou da palavra para dar apenas uma nota:-----

-----“Espero que todos tenham tido um excelente Natal. -----

-----Eu não tenho informações, mas queria dar apenas uma nota acerca daquilo que aqui foi dito pela Senhora Vereadora Carla Castelo. -----

-----Eu também não fui consultada relativamente a esta reunião, aliás, até estava de férias, mas de acordo com aquilo que eu sei esta reunião foi alterada precisamente a pedido da Vereação do Evoluir Oeiras, por ter entendido que as propostas que tinham sido adicionadas não tinham vindo em tempo, portanto, é só para repor aqui também esta questão quando diz que estas reuniões são articuladas com todas as Vereações, exceto com a da Senhora Vereadora, não é assim, e aquilo que eu sei, é que estamos hoje aqui precisamente a pedido do Evoluir Oeiras, se não estaria de férias em casa com a minha família.” -----

8 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA TERESA BACELAR:-----

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** informou a Câmara do seguinte: -----

-----“No dia onze, estive na festa de Natal da Nova Atena e demos também início às atividades com os idosos no Natal, no Palácio Encantado. -----

----- - Relativamente às atividades com os idosos distribuímos também dois mil e quinhentos cabazes.-----

----- - Fomos ao Teatro ver a peça da Vida da Laura Alves, no Politeama e fomos também ver as luzes de Natal em Oeiras e Lisboa.-----

----- - No dia doze, estive na festa de Natal do Coração Amarelo e estive num “cocktail” no Lagoas Park com a Associação Moinho em Movimento. -----

----- - No dia catorze, estive na entrega de cabazes aos arrendatários municipais e estive na primeira reunião do Conselho Local de Saúde Mental, em Lisboa.-----

----- - No mesmo dia estive na festa de Natal da APOIO. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - Ainda no mesmo dia ocorreu a cerimónia de inauguração do edifício de habitação jovem.-----

----- - Ainda durante este dia, estive num jantar de Natal do Projeto Mãos Dadas para a Vida, da Santa Casa Misericórdia com população sem-abrigo. -----

----- - No dia quinze, teve lugar o Baile de Natal Sénior, em Carnaxide.-----

----- - Ainda nesse dia compareci ao no “cocktail” de confraternização dos dirigentes da Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- - No dia dezasseis, estive numa sessão do Café Memória integrada no Natal Encantado onde se realizou uma oficina de culinária dirigida a pessoas com demência e cuidadores, onde encontrei a Vereadora Carla Castelo, no Moinho das Rolas, na Casa de São Bento, no Bairro Sá Carneiro, Paróquia de Nossa Senhora das Dores. -----

----- - No dia dezassete, estive presente na festa dos funcionários.-----

----- No dia dezoito, assisti à entrega das chaves, que é sempre um momento maravilhoso e extraordinário no Município.-----

----- - No dia vinte, estive presente na inauguração da exposição dos trinta e cinco anos da habitação e assinatura do protocolo do IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Instituto Público.-----

----- Nesse mesmo dia estive na Assembleia da CNAF - Confederação Nacional das Associações de Família.-----

----- - No dia vinte e um, assisti à missa de Natal no Centro Nuno Belmar da Costa. -----

----- - Nesse mesmo dia acabei as atividades com a inauguração da Exposição “World Press Photo dois mil e vinte e três”.-----

9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARMANDO SOARES: -----

----- O Senhor Vereador Armando Soares iniciou o seu período de informações, dando conta do seguinte: -----

-----“Espero que todos tenham passado um feliz Natal com as vossas famílias, vossos amigos e que possamos, de alguma maneira, estar todos imbuídos do espírito de paz, que é verdadeiramente aquele espírito que importa no Natal e esquecermos interiores mais amargos que devem de todo ser afastados, pelo menos nesta data.-----

----- - No dia doze de dezembro, estive presente em representação do Senhor Presidente e com alguns Vereadores na tradicional sessão de acolhimento aos novos trabalhadores do Município de Oeiras, setenta e um novos trabalhadores que têm a oportunidade de entrar naquele que é o melhor Município do País, certamente com uma boa margem de progressão, porque há sempre muito a fazer, há sempre muito a melhorar, a verdade, é que as condições que temos internas são condições verdadeiramente excecionais. -----

----- - Estive presente no convívio de Natal dos trabalhadores do Município de Oeiras, também destacar isso porque tenho o pelouro dos recursos humanos, dizer que foi bastante aprazível registar o espírito de convivência e fraternidade que se vive entre os trabalhadores do Município, não obstante, às vezes, as dificuldades e querelas que existem aqui e ali, a verdade é que a esmagadora maioria dos trabalhadores do Município são uma massa coesa que trabalha com alegria e que sabe perfeitamente que muitas das coisas que não funcionam tão bem, a começar pelo montante dos salários que não são competência do Município, tenta-se garantir as melhores condições, naturalmente que não acerta em tudo, mas acerta em mais do que naquilo em que falha. -----

----- - No dia dezoito de dezembro, visitei a empresa “Locarent” que irá completar duas décadas de atividade já no ano que vem, é uma empresa de “Renting” cem por cento portuguesa mais ou menos na linha da “LeasePlan”, mais pequena, e que endereçou também a todos os votos de boas festas. -----

----- - Ainda nesse dia, assisti à cerimónia de entrega das vinte e nove chaves de fogos de habitação municipal.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - De dezoito a vinte e dois de dezembro, a Câmara entregou dois mil novecentos e sessenta e nove cabazes de Natal aos seus trabalhadores e mais novecentas e quarenta e uma prendas, o que significa que, pelo menos aqui no Município de Oeiras temos muitas crianças e muitas delas dentro dos quadros do Município, pois são filhos de funcionários, foi bastante animador verificar também toda essa alegria.-----

----- - No dia vinte de dezembro, assisti à inauguração da Exposição dos Trinta e Cinco Anos de Políticas de Habitação do Município de Oeiras que contou com a presença do Senhor Primeiro-Ministro doutor António Costa, a Ministra da Habitação e penso que também uma Secretária de Estado e o Presidente do IHRU. -----

----- Aquilo que foi verdadeiramente incrível naquela exposição, foi primeiro que tudo, o bom gosto com que ela foi feita, a qualidade e a modernidade que se consegue dar a um tema que, lamentavelmente continua a ser atual, ou seja, para Oeiras era um tema premente, quando o Senhor Presidente Isaltino Morais ganhou pela primeira vez as eleições autárquicas, mas lamentavelmente, esse problema que Oeiras detetou e que entendeu que era possível e urgente resolver, continua a ser o grande problema dos dias de hoje também no nosso Município, menos certamente do que em muitos dos demais, mas em termos nacionais e somos um Município de Portugal também sofremos as mesmas coisas que o resto do País, mas só um Município como Oeiras é que podia fazer uma exposição daquelas, porque só o Município de Oeiras é que tem um legado como aquele e tem uma história como aquela.-----

----- De forma que, quer pelo brilhantismo da organização da própria exposição, quer pelos discursos e as intervenções do Senhor Presidente da Câmara e a intervenção do Senhor Primeiro-Ministro, que demonstrou, estando num território oeirense que, de facto, em Oeiras é diferente, aquilo que se faz cá é diferente dos demais Municípios e ele como Primeiro-Ministro tem que ter uma visão nacional, foi muito enriquecedor para mim e de grande orgulho aquele momento. - -----

-----Acredito que todos os que estiveram presentes não se irão esquecer dele nos próximos tempos e eu também não, o que me galvanizou e me deu ainda mais orgulho servir este Município como Vereador desta casa. -----

----- - No dia vinte e dois de dezembro, já estávamos nas vésperas de Natal, mas quer eu, o Senhor Presidente da Câmara, a Vereadora Joana Baptista e os dirigentes responsáveis fomos às oficinas de Vila Fria partilhar uma ceia de Natal com os trabalhadores do turno da noite da recolha de resíduos urbanos e com isto dizer que é uma máxima que nos segue a todos, aqui ninguém fica para trás, aqui nós lembramo-nos de toda a gente e os trabalhadores do Município como de todos os Municípios trabalham todos os dias, esforçam-se todos os dias para muitas das pessoas estarem em casa na ceia de Natal calmas e pacificadas.-----

-----Houve bombeiros que estiveram ao serviço, houve polícias que estiveram ao serviço, houve funcionários da Autarquia que estiveram ao serviço, é de destacar isso, porque só com comunidades assim conscientes das suas responsabilidades e coesas que estão disponíveis em momentos em que outras não estão é que nós conseguimos que o nosso País avance, em Oeiras certamente temos sido o exemplo, acredito que vamos continuar a sê-lo.” -----

10 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR PEDRO PATACHO: -----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** informou a Câmara do seguinte: -----

-----“Na certeza de que terão tido um Natal agradável com as vossas famílias, espero que continue umas boas festas e que tenham uma excelente passagem de ano e votos de um próspero dois mil e vinte quatro.-----

-----Nos dias vinte e dois e vinte e três de novembro, ocorreu a segunda edição do Evento “Inovação e Modernização Tecnológica no Exército”, no Taguspark.-----

----- - No dia vinte e três de novembro, assisti à cerimónia do vigésimo segundo aniversário da Polícia Municipal de Oeiras, na Fábrica da Pólvora. -----

----- - No dia vinte e quatro de novembro, comemorou-se o Dia Nacional da Cultura



Câmara Municipal
de Oeiras

Científica, na Quinta de Cima do Marquês de Pombal. -----

----- - No dia vinte e seis de novembro, participei nas Festas em Honra de Santa Catarina, na Outurela. -----

----- - No mesmo dia, assisti ao espetáculo de Natal do Estúdio de Dança de Carnaxide, no Auditório Ruy de Carvalho.-----

----- - No dia vinte e sete de novembro, participei nas comemorações do quadragésimo aniversário da Escola Vieira da Silva, em Carnaxide. -----

----- - No dia trinta de novembro, teve lugar a audiência com Sua Santidade o Papa Francisco, na sequência da Jornada Mundial da Juventude dois mil e vinte e três, na Cidade do Vaticano. - -----

----- - No dia dois de dezembro, assisti ao Concerto de Natal do Coro de Santo Amaro de Oeiras, na Igreja Matriz de Oeiras. -----

----- - No dia quatro de dezembro, teve lugar a avaliação externa das escolas - IGEC dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro - Sessão de apresentação na Escola Secundária Camilo Castelo Branco.-----

----- - No dia quatro de dezembro, compareci à cerimónia de encerramento do Programa Tempo Jovem dois mil e vinte e três, no Templo da Poesia. -----

----- - No dia cinco de dezembro, comemorou-se o Dia da Democracia na Escola Secundária Camilo Castelo Branco, com o doutor Henrique Monteiro, na Escola Secundária Camilo Castelo Branco. -----

----- - No dia seis de dezembro, teve lugar a atribuição do prémio “Câmara Municipal de Oeiras - Arqueologia Professor Doutor Octávio da Veiga Ferreira”, da Academia Portuguesa da História à Obra “O Povoado Pré-histórico de Leceia: cinquenta anos de trabalhos arqueológicos (mil novecentos e setenta e dois-dois mil e vinte e dois)”, publicado pela Câmara Municipal de Oeiras no volume trinta e um dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, em representação do

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, em Lisboa.-----

----- - No dia sete de dezembro, ocorreu o aniversário da Parques Tejo, com o Senhor Presidente, no Mercado de Algés.-----

----- - No mesmo dia, teve lugar o lançamento do livro “Guardião do Mar” - cento e vinte e cinco anos de história do Aquário Vasco da Gama, com o CEMA - Chefe de Estado Maior da Armada, Almeida Gouveia e Melo e o Senhor Presidente, no Aquário Vasco da Gama.-----

----- - Ainda no mesmo dia, ocorreu a “Winter Gala”, da “International Sharing School”, no Estoril. - -----

----- - No dia oito de dezembro, teve lugar a visita inaugural ao Natal no Palácio Encantado, com o Senhor Presidente, no Jardim do Palácio Marquês de Pombal.-----

----- - No dia nove de dezembro, participei no “Best Padel Awards” dois mil e vinte e três, em Lisboa. -----

----- - No dia dez de dezembro, ocorreu o décimo torneio António Monge Dias, organizado pela SIMPS, no Pavilhão da Escola Secundária Aquilino Ribeiro. -----

----- - No dia onze de dezembro, celebrou-se o Dia da Democracia na Escola Secundária Quinta do Marquês, com o Professor António José Seguro, na Escola Secundária Quinta do Marquês. -- -----

----- - No dia treze de dezembro, ocorreu a apresentação dos resultados da monitorização do Projeto Mochila Leve vinte e dois-vinte e três, no Auditório da Escola Secundária Camilo Castelo Branco. -----

----- - No dia catorze de dezembro, teve lugar o Natal da Escola, na Escola Básica São Bruno. -----

----- No mesmo dia, ocorreu a inauguração do edifício de habitação jovem, com a Senhora Ministra da Habitação e o Senhor Presidente, em Paço de Arcos. -----

----- - No dia dezasseis de dezembro assisti ao Sarau de Natal da União Recreativa do



Câmara Municipal
de Oeiras

Dafundo, no Pavilhão Celorico Moreira. -----

----- - No mesmo dia, assisti ao Concerto de Natal Orquestra Geração Oeiras, na Escola Básica Gonçalves Zarco. -----

----- - Ainda no mesmo dia, estive presente na primeira edição Festa de Natal da CAF, na Escola Básica Alto de Algés. -----

----- - No dia dezassete de dezembro, teve lugar o quadragésimo primeiro Troféu CMO - Corrida das Localidades, organizado pela SIMECQ - Sociedade de Instrução Musical e Escolar Cruz Quebradense, na Cruz Quebrada. -----

----- - No mesmo dia, participei na festa de Natal dos filhos dos funcionários da CMO no Jardim do Palácio Marquês de Pombal.-----

----- - Ainda no mesmo dia, assisti ao Sarau de Natal Sport Algés e Dafundo, no Pavilhão Celorico Moreira. -----

----- - No dia dezoito de dezembro, ocorreu a cerimónia de entrega de chaves de habitação municipal, no Jardim do Palácio Marquês de Pombal. -----

----- - No dia dezanove de dezembro, participei na Gala “La Vuelta vinte e quatro”, em representação do Senhor Presidente, em Madrid. -----

----- - Gostava de fazer uma breve referência à questão que a Senhora Vereadora Carla Castelo suscitou e que me chegou por escrito a determinada altura e que foi respondido nos termos em que a Senhora Vereadora indicou e agora referiu novamente o tema a propósito da questão das creches. -----

----- Senhora Vereadora esta questão, como muitas que nós temos aqui discutido, é mais uma que evidencia que há um débil conhecimento daquilo que é a história deste Concelho e das políticas deste Concelho e que é um débil conhecimento do território, quando se formulam questões dessa natureza.-----

----- Há muito tempo, há muitas décadas, que o Município de Oeiras investe numa rede de

creches para os cidadãos, por exemplo, a instituição que tem mais creches ao serviço da população, que é a Santa Casa Misericórdia de Oeiras e apenas um desses equipamentos não é propriedade municipal, todos os outros foram construídos pelo Município e disponibilizados à Santa Casa de Misericórdia. -----

-----As outras instituições, como é o caso da Nossa Senhora das Graças ou de muitas outras, o património é edificado municipal, portanto, há muitas décadas que o Município de Oeiras tem uma política ativa de construção de creches e de entrega às IPSS para sua gestão e provisão do serviço de educação em creches para a nossa população. -----

-----É uma política que não é de hoje é de há muitos anos, hoje continua, aliás, prova disso é esta ordem de trabalhos que vem aqui à Câmara, com um apoio ao Centro Social e Paroquial de Oeiras, precisamente no âmbito do investimento municipal de perto de meio milhão de euros de alargamento da creche que passou de quarenta e cinco vagas para oitenta vagas e que agora vem aqui à votação um apoio para relançamento do seu projeto educativo e ampliação da sua atividade, portanto, não é uma política de hoje é de há muitas décadas, que hoje continua e que certamente vai continuar no futuro. -----

-----Na nova Carta Educativa, que foi votada nesta Câmara Municipal havia vastas referências às necessidades de educação em creches do nosso Concelho e às necessidades de educação pré-escolar no nosso Concelho e nessa Carta Educativa está muito clara a orientação política local relativamente à educação na primeira infância. -----

-----E aí é claro que Oeiras pretende continuar este esforço de investimento na construção do edificado, que coloca à disposição dos agentes para a provisão do serviço de creche, que hoje está a ser apoiado pelo Programa Cresce Feliz, do Governo, que garante o não pagamento das famílias e frequência gratuita, portanto, o que é preciso é alargar a rede de equipamentos, isso é uma política de Oeiras há muitos anos e que vai continuar, assim houvesse outros Municípios que construíssem tanto equipamento como Oeiras tem construído nos últimos anos. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Relativamente à creche a estratégia é essa, continuar esta política de décadas de investimento em equipamento e colocar ao serviço das IPSS que o Governo está a financiar, frequência gratuita das famílias. -----

----- Nessa Carta Educativa também é claro que, relativamente ao pré-escolar, o que queremos fazer é uma coisa que não está a ser feita em lado nenhum, mas que nos parece também importante, que é o Município posicionar-se como entidade parceira das instituições não apenas na provisão de edificado, de equipamento, mas também na comparticipação em iniciar uma experiência de comparticipação da componente paga nas famílias para generalização da frequência gratuita da educação pré-escolar, no nosso Concelho, que aí é competência própria da Câmara Municipal em articulação com o Ministério da Educação.” -----

11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR NUNO NETO: -----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto** iniciou o seu período de informações dando conta do seguinte: -----

----- “Cumprimento todos desejando que tenham tido um feliz Natal e que continuem as boas festas, porque, eu mais tradicional, só termino no Dia de Reis e, portanto, as boas festas continuarão até lá. -----

----- Dizer que foi aquele primeiro Natal que há muito se esperava, porque, finalmente, nos pudemos esquecer das pandemias, dos Covid, de todas essas confusões e à parte da situação internacional, mais complicada, nós por cá, tivemos um Natal como merecíamos e foi um prazer voltar a todos os convívios de Natal que se proporcionaram. -----

----- Gostava de destacar, só dois, pelo seu simbolismo. -----

----- Um, a festa de Natal dos funcionários e das famílias e dizer ao Senhor Vereador Armando Soares, que foi uma alegria ver a alegria das crianças que brincavam no nosso Palácio Encantado. -----

----- As crianças, as famílias, todos em convivência, todos iguais no Natal, porque é assim

que deve ser. -----

-----Uma segunda festa de Natal, que é sempre especial é a festa de Natal da Habitação e a festa de Natal da Habitação começou com vários itens este ano:-----

----- - a entrega de cabazes a moradores que participei com a Vereadora Carla Rocha e com todos os que se juntaram depois nos vários espaços onde estavam a ser entregues; -----

----- - a inauguração de mais um edifício de habitação jovem, em Paço de Arcos, um edifício que está fantástico, no melhor que se pode fazer em termos de requalificação urbana e que vai trazer esperança de nova vida a cinco novas famílias jovens de Oeiras; -----

----- - a entrega de vinte e nove chaves a famílias carenciadas com renda apoiada, que vai trazer também uma nova vida a estas famílias, outra forma de vida diferente dos jovens, outra perspetiva por parte do Município, mas o cumprimento do vetor de política de habitação que há muito damos resposta neste Município. -----

----- - Teve lugar a assinatura do protocolo de cooperação do Município com o IHRU. ---

-----Se as casas que falei antes são uma realidade executada da política deste Município sobre este protocolo, eu recuperava as palavras do Senhor Vereador Armando Soares, só em Oeiras é que se pode fazer isto. A nossa história só nos orgulha, o nosso presente deixa-nos confiantes no futuro, é isto que traduz aquela exposição, é isto que pensam os nossos parceiros, o IHRU, o Governo de Portugal ao confiar em Oeiras como confia na execução das políticas públicas. --- -----

-----A Estação Rádio Naval vai ser o melhor empreendimento habitacional de Oeiras pela localização, pelo parque urbano, pela alegria, pela vida que vai ter, vai ser também o grande empreendimento habitacional do PRR em Portugal. -----

-----Serão no total cerca de setecentas e setenta novas casas. Arranca agora a primeira fase dentro de um parque urbano de qualidade superior, naturalizado, com equipamentos, com vida, para dar vida a muitas pessoas.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - Dar também nota aqui, porque no fim de ano é também época de fazer balanços. Eu gostava de falar sobre a ação do Departamento e está aqui na primeira fila a Diretora de Departamento da Habitação, a arquiteta Patrícia Santos e na pessoa da arquiteta Patrícia Santos eu quero começar por agradecer tudo o que faz para que o que eu acabei de falar seja possível e agradecer tudo o que faz o Departamento para que o dia a dia de muitas famílias seja também possível. -- -----

----- Dizer que na ação quotidiana do Departamento e é uma coisa que escapa muitas vezes aqui na reunião de Câmara, falamos de atribuição de casas, falamos de grandes empreendimentos, não falamos que temos uma média de três mil pedidos de manutenção por ano. -----

----- Destes três mil pedidos, depois de analisados, realizámos este ano até agora, mil oitocentas e duas intervenções de manutenção e estamos só a falar dentro de habitações municipais. -----

----- São intervenções como pintura, arranjos de portas, correção de canalização, correção de instalação elétrica, instalações sanitárias, mas também adequação das casas à condição específica de cada família, porque com o avançar do tempo as nossas famílias vão mudando. -----

----- Agora é só para chamar a atenção para a necessidade de colocação de ajudas técnicas que tem sido o nosso grande desafio nos últimos tempos e eu farei chegar um quadro com toda a informação sobre esta atividade quotidiana. -----

----- Volto a renovar os meus parabéns à arquiteta Patrícia Santos que fará o favor de os transmitir a todo o Departamento. -----

----- Desejo a todos nesta época mais calma a reflexão necessária para que o próximo ano possa ser mais tranquilo e mais harmonioso entre todos nesta nossa missão que é de serviço público.”-- -----

12 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA CARLA ROCHA:-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Rocha** teceu as seguintes informações: -----

-----“Espero que o Natal tenha sido muito bom e que o ano novo seja ainda melhor.-----

----- - No dia treze de dezembro assisti à cerimónia de inauguração de um edifício de habitação jovem, na Avenida Patrão Joaquim Lopes, em Paço de Arcos.-----

----- - No mesmo dia, teve lugar a entrega de cabazes de Natal nos Bairros Municipais.---

----- - No dia catorze de dezembro, ocorreu a entrega de cabazes na Unidade Residencial Madre Maria Clara. -----

----- - No dia quinze de dezembro, participei no almoço solidário, na Associação Lage em Movimento, no Bairro da Lage, Porto Salvo. -----

----- - No dia dezoito de dezembro, teve lugar a cerimónia de entrega de chaves de habitação municipal, nos Jardins do Palácio do Marquês de Pombal - Tenda junto à Cascata do Neptuno.--- -----

-----No dia dezanove de dezembro, teve lugar a inauguração da exposição “Trinta e cinco anos de habitação”, tendo-se seguido a cerimónia de assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Município de Oeiras e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Instituto Público, na Estação Rádio Naval.-----

-----Gostaria de salientar um pequeno pormenor para pensarmos em final de ano, tem a ver com a entrega das casas, que são sempre momentos únicos, são momentos de renovada esperança e o Presidente diz muitas vezes, que é aquele momento em que nós sentimos efetivamente que o nosso trabalho tem impacto na vida das pessoas, mas deixem-me dizer, para quem não sabe, para quem esteve na entrega de casas e para quem não esteve, isto diz respeito a todos, nós que entregamos casa a vinte e nove famílias.-----

-----Estas vinte e nove famílias tinham trinta e oito menores. -----

-----Dos trinta e oito menores, quinze famílias destas vinte e nove famílias eram monoparentais e destas quinze famílias monoparentais todas estavam com a mãe. Não havia uma



Câmara Municipal
de Oeiras

família monoparental com o pai, todas estavam com a mãe. -----

----- Destas quinze famílias monoparentais em que a mãe suporta esta família. Menos de metade destas famílias tinham apoio do pai. O máximo de apoio do pai destas quinze famílias monoparentais são cem euros por mês. Destas quinze famílias monoparentais em que a mãe suporta a família cinco miúdos são deficientes. -----

----- Isto para vos dizer que o trabalho começa acima de tudo daqui para a frente, vamos ter que ter um apoio maior, a sociedade ainda pesa muito sobre estas mães, e a verdade é esta, é que ao mesmo tempo que damos estas casas, eu sei que nós temos condições para continuar a apoiar estas mães e é isto que efetivamente me dá gozo.-----

----- Isto depois mete-se com aquela exposição. Nós só conseguimos continuar a apoiar destas vinte e nove famílias, estas quinze famílias monoparentais, todas em cima das mães e com filhos deficientes, porque temos trinta e cinco anos de política. E isto dá vontade de continuar aqui, continuarmos a fazer o nosso caminho. -----

----- A todos um bom ano.” -----

13 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA SUSANA DUARTE: -----

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** informou a Câmara do seguinte: -----

----- “À semelhança de todos, espero que tenham tido um ótimo Natal e que as festividades que se seguem, como diz o Senhor Vereador Nuno Neto, até ao Dia de Reis, sejam também ótimas e que dois mil e vinte e quatro traga um ano muito próspero para todos. -----

----- Acompanhei a cerimónia de inauguração de habitação jovem, em Paço de Arcos juntamente com o Senhor Presidente e vários Vereadores aqui presentes e gostaria de louvar estas iniciativas não são só apenas pelo arrendamento acessível a jovens em início de vida, mas também por aquilo que é a reabilitação destes centros históricos do nosso Concelho e, por isso, dar aqui nota desta importância. -----

----- - No dia dezoito, teve lugar a cerimónia de entrega de chaves da habitação e não

poderei acrescentar mais do que aquilo que o Vereador Nuno Neto e a Vereadora Carla Rocha referiram e dizer que é uma honra poder estar presente nessa entrega de chaves e ver a alegria das famílias nesta época. -----

----- - No dia vinte, à semelhança daquilo que também já falaram aqui, estive presente na inauguração da exposição dos trinta e cinco anos de habitação e na cerimónia de assinatura do protocolo de cooperação com o IHRU. -----

-----Na altura, falei com a Vereadora que é fundamental que todas as pessoas pudessem ver a exposição pela importância que ela tem e por aquilo que ela representa do desenvolvimento de Oeiras nos últimos anos, por isso, julgo que seria importante que, não sendo o sítio central para todas as pessoas poderem aceder à exposição, que houvesse divulgação até porque há àquela brochura que faria sentido chegar a todos. -----

----- - No dia vinte e um, também estive presente com o Senhor Vice-Presidente e as Vereadoras Teresa Bacelar e Ana Filipa Laborinho, na inauguração da exposição “World Press Photo”, onde expomos aquilo que é a maior exposição de fotojornalismo do mundo e exposta para todos de livre acesso no Parque dos Poetas. -----

----- Até dia seis, Dia de Reis, teremos a exposição da coleção de presépios Rei Pereira, no primeiro andar do Mercado de Oeiras, que poderão visitar. -----

----- - Apesar de não ter visto a conclusão da obra, porque os Serviços estão a tratar disso, gostaria de dar os parabéns à Vereadora Joana Baptista, porque foi colocado o abrigo na paragem, que falei na última reunião, portanto, não basta dizer quando falta, é importante dizer quando é colocado, porque logo no dia recebi fotos dos moradores a agradecer. -----

-----Gostaria de agradecer também aos Serviços sobre uma intervenção que não falei em reunião de Câmara, mas que tinha enviado aos Serviços, que teve a haver, junto aos antigos bombeiros de Oeiras, uma reparação do passeio, que estava em muito mau estado e que também nos últimos dias conseguiram recuperar, apesar de com os carros não vai ser fácil, mas os



**Câmara Municipal
de Oeiras**

moradores, alguns mais idosos, estavam com medo de atravessar o passeio para sair e voltaram a ter passeio para o Natal e por isso também agradecer.” -----

14 - INFORMAÇÕES - SRA. VEREADORA JOANA BAPTISTA: -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** deu conhecimento à Câmara das suas informações: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Vereadores, demais público, estrutura técnica e dirigente, Festas Felizes, recheadas de alegria, entusiasmo, motivação e até motivação para estarmos hoje todos aqui nesta reunião de Câmara que implica a atividade pujante que é exercida ao longo do ano desta Câmara. -----

----- E eu não poderia deixar de realçar e se calhar, porventura, todos que estão aqui presentes nesta reunião vão pensar: “Mais um Vereador a falar de habitação”. Já três ou quatro Vereadores falaram de habitação, mais um a falar, porquê? -----

----- Porque efetivamente tem que se falar. -----

----- Temos trinta e cinco anos de políticas públicas municipais contínuas, sem interrupção, porque existe uma liderança que nunca abdicou de habitação para os Oeirenses para todos aqueles que precisavam e na realidade ter três eventos de habitação no mês de dezembro, só é possível em Oeiras, em mais lado nenhum é possível, sabe-nos bem à alma, ao coração, a todos aqueles que se envolvem desde a estrutura política, à estrutura dirigente, técnica, todos, tenho aqui a Carla ao pé da porta a sorrir, porque só é possível sorrir quando todos reconhecem o nosso trabalho. -----

----- O Governo, assinámos o protocolo com o IRHU e esteve connosco dias antes do Natal, só é possível ter assinado aquele protocolo e termos a construção de setecentas e setenta casas em Oeiras, é a diferenciação das nossas políticas, porque se em algum momento nos últimos trinta e cinco anos tivéssemos feito um corte ou abdicado dessas políticas não era possível o Governo estar a apostar em Oeiras, conforme está e daí também a diferenciação de

termos cinco por cento em Oeiras de habitação pública do País para os demais dois por cento que se verificam nos restantes Concelhos por este País fora e, portanto, dar os parabéns a quem lidera estas políticas, mas também a toda a estrutura técnica e dirigente que tem acompanhado, alguns dos quais já o acompanham nos últimos trinta anos, e é sempre bom dar vinte e nove casas e a Vereadora Carla Rocha, mencionou trinta e oito menores, imaginem trinta e oito miúdos que não tinham casa, crianças que este Natal foi possível passarem com conforto, tranquilidade, paz de espírito, muito mais do que a materialidade do Natal, paz de espírito, que só é possível se conseguirem quatro paredes, com conforto, portanto, estes três momentos foram claramente diferenciadores e por serem diferenciadores, faz todo o sentido que sejam enaltecidos, valorizados para que dois mil e vinte e quatro nós continuemos também motivados naquilo que são políticas que têm que prosseguir e, de facto, o trabalho é muito para os próximos anos. -----

-----Dar conta que é também de enaltecer, muitas vezes, dizem: “Mas está sempre a enaltecer”, mas tem que ser enaltificado.-----

-----Nós tivemos nos últimos meses greves dos funcionários da recolha e da limpeza urbana. Mas é preciso enaltecer todos aqueles que tendo direito à greve, não compareceram ao serviço, mas é preciso enaltecer aqueles que compareceram e disseram sim perante aquilo que é a importância do território, a importância do seu trabalho, porque ainda ontem, eu estava a dar uma volta pelo Concelho, certamente o Senhor Presidente e demais Vereadores também deram, aliás, até me encontrei com o Encarregado Pereira José, que também estava a dar uma volta pelo Concelho e a ver qual era o ponto de situação dos locais críticos e, portanto, dizer que há muitos trabalhadores que têm consciência da importância do seu trabalho, que têm consciência da importância desta época natalícia, daquilo que é o volume na produção de resíduos absolutamente excecional, também consciência daquilo que é, às vezes, a falta de cidadania por parte dos munícipes que nem sempre depositam da melhor forma, mas compareceram ao trabalho e fizeram um trabalho espetacular naquilo que era a limpeza possível. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- As áreas envolventes que é aquilo que tem mais impacto visual para todos aqueles que circulam no espaço público, portanto, não posso, tendo o Pelouro da Área do Ambiente, deixar de enaltecer todos aqueles que, de facto, percebem aquilo que é a importância de termos a excelência no nosso território.-----

----- - No dia treze de dezembro, tive uma reunião com o Senhor Presidente, com o Secretário de Estado do Ambiente. Eu tenho dado sempre conta de todas as informações das reuniões, no que respeita àquilo que é a pretensão do Município de Oeiras quanto à Ribeira de Algés. Aliás, é por demais conhecido aquilo que é a intenção do Presidente Isaltino, no que respeita à reabilitação da Ribeira de Algés, que tem mais de duas décadas, a intenção deste Presidente em avançar para uma intervenção estrutural na Ribeira de Algés, onde se comprometeu também a disponibilizar cinquenta por cento do custo da obra, mas também foi sempre condição” sine qua non” que esta obra não pode ser realizada tão só pelo Concelho de Oeiras. ----

----- A Ribeira de Algés está localizada na bacia hidrográfica onde constam também outros dois territórios: Lisboa e Amadora e, portanto, é necessário uma concertação política de três territórios, Oeiras que está a jusante, Lisboa e Amadora, juntamente com a Agência Portuguesa do Ambiente e com a Tutela, naturalmente, o Ministério do Ambiente e essa reunião, é importante mencioná-la, porque mais uma vez, a Tutela, o Governo, reforçou a sua responsabilidade, portanto, se algumas vozes, mencionam que Oeiras não assume a sua responsabilidade, não, assume, há mais de duas décadas que assume a sua responsabilidade. -----

----- Mas essa reunião foi importante porque, mais uma vez, a APA e a Tutela dizem que também são responsáveis e vão encontrar uma solução. -----

----- Qual é a derivação da última reunião para agora? -----

----- Com a construção do viaduto da CRIL entre dois mil e três/dois mil e quatro foi ampliada a Secção da Galeria da Ribeira de Algés entre a zona do mercado e o caminho de ferro,

mas para jusante, para a Foz, não foi feita essa intervenção e, portanto, há seis meses atrás, o troço prioritário para todas as entidades envolvidas seria o troço entre o caminho de ferro e a Foz, no Rio Tejo, para evitar o refluxo e o retorno que acontece para a baixa de Algés. Como temos uma secção ampliada e depois a dada altura a partir do caminho de ferro, volta a afunilar significa que há retorno das águas para a baixa de Algés e, portanto, foi entendido entre as várias entidades que aquele troço seria o troço prioritário. -----

-----O que é que nos faz derivar agora o nosso entendimento? -----

-----Porque estamos a constatar que o troço que está com maiores fragilidades na sua estrutura é entre o Largo Comandante Augusto Madureira e o Mercado de Algés, daí a razão do colapso, mas também explicar o que é que é a Ribeira de Algés. -----

-----Há setenta anos atrás, a Ribeira de Algés eram muros em pedra, conforme vemos aqui na Ribeira da Laje, não há derivação nenhuma. -----

-----O que foi feito há setenta/oitenta anos atrás? -----

-----Terem construído uma cobertura, uma laje em betão, que foi consolidada em duas paredes em pedra. -----

-----O que é que aconteceu? -----

-----Decorridos que foram setenta anos de ausência de obras de manutenção, as paredes, por baixo, ficaram descalças, houve o abatimento das paredes e por sua vez da cobertura da laje, portanto, é fundamental avançar com obras neste troço que entrou em colapso no Largo Comandante Augusto Madureira e, portanto, o Secretário de Estado da Tutela juntamente com o Vice-Presidente da APA, o engenheiro Pimenta Machado chegámos à conclusão de que temos que avançar agora com a reabilitação deste troço. -----

-----Em meados de janeiro vai ser assinado um protocolo que estabelece exatamente esse mesmo compromisso, compromisso de que três territórios, três Concelhos juntamente com a APA e a Tutela vão-se comprometer a reabilitar aquele troço e, portanto, esperemos que com o



Câmara Municipal
de Oeiras

novo Governo e com o novo Secretário de Estado e o Ministro do Ambiente, essas obras possam prosseguir. -----

----- Respondendo à Vereadora Carla Castelo, que a dada altura menciona que existem residentes designadamente pessoas idosas que residem ali na envolvente do Largo Comandante Augusto Madureira, que estão desconfortáveis, dizer que o Presidente Isaltino, eu própria, o Serviço Municipal de Proteção Civil, os Bombeiros de Algés, estamos, permanentemente, no local, a ouvir as pessoas e ainda não senti desconforto, ou melhor, nos primeiros dias é normal sentir desconforto, mas o desconforto é sanado com informação, sanado com esclarecimentos e os esclarecimentos estão a ser prestados todos os dias até porque temos os Serviços posicionados exatamente na zona colapsada e que está a ser agora intervencionada, portanto, não existe falta de informação e também agradeço a todos aqueles que porventura estejam imbuídos ou desinformados que acedam ao local devido e obtenham os necessários esclarecimentos, assim como a Vereadora Carla Castelo que me está a solicitar esclarecimentos, está a ser devidamente informada neste Fórum. -----

----- A intervenção do LNEC, para já, a Câmara Municipal não tem qualquer tipo de problema em solicitar a intervenção do LNEC até porque o Departamento de Obras recorre ao LNEC sempre que é necessário, por agora e até porque estamos devidamente capacitados internamente, por via dos técnicos do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal, mas também do Departamento de Obras dos Serviços Intermunicipalizados não vimos para já necessidade em solicitar a intervenção do LNEC.-----

----- No que respeita à inspeção da estrutura da galeria entre o Mercado de Algés e o Largo Comandante Augusto Madureira logo que hajam condições meteorológicas favoráveis, a conduta será inspecionada, até lá, não vamos colocar nenhuma pessoa em risco na conduta, porque a todo o momento podem haver enxurradas e a segurança das pessoas acima de tudo. -----

----- Outra questão colocada pela Vereadora Carla Castelo é a necessidade de termos um

Plano de Salvaguarda para a Quinta de Cima.-----

-----Eu gosto sempre de falar das coisas com uma atitude positiva, porque é essa a missão, porque se tivéssemos aqui para destruir, não fazia, ou não termos uma atitude positiva ou favorável para com o nosso futuro, não fazia sentido estarmos a ocupar estas funções, a Vereadora Carla Castelo, porventura, ainda não teve o tempo e a tranquilidade suficiente para ir fazer um passeio à Quinta de Cima e perceber que este Município que em toda a transversalidade das políticas tem esta atitude de construir, de valorizar, de termos um território coeso e com pessoas felizes, também tem valorizado a Quinta de Cima desde outubro de dois mil e dezanove, data que o Governo, graças a Deus, cedeu e transferiu a gestão para o Município de Oeiras e que o Município, paulatinamente, tem recuperado, tem construído, tem valorizado, vejam a minha preocupação de utilização destes três vocábulos, sempre positivos, portanto, não tem reposto, não tem removido, não tem destruído, não temos necessidade de nenhum Plano de Salvaguarda, porque a salvaguarda tem sido executada pelo próprio Município de Oeiras, e mais, sempre com a presença da Direção-Geral do Património Cultural, com visitas constantes do próprio Diretor-Geral que enaltece aquilo que tem sido a intervenção do Município de Oeiras.-----

-----A Casa da Pesca.-----

-----Tem ido à Casa da Pesca Senhora Vereadora?-----

-----Tem visto o trabalho notável que tem sido feito na Casa da Pesca?-----

-----No tanque em frente à Cascata do Taveira?-----

-----Coisa espetacular, sempre que se sentirem stressados, em que a hormona do stress, o cortisol, aumenta, vão para aquela zona, para a Casa da Pesca ouvir a água, há uma dimensão espiritual naquela zona, mas é fundamental termos a tranquilidade suficiente para fazermos esse passeio e obter esse ânimo, agora que estamos no final do ano e no início do próximo, eu convido todos, mas todos, a fazerem esse percurso, porque vão fazer uma viagem espiritual a que o Vereador Armando devia ser o tutor desse “tour”.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A Senhora Vereadora fica convidada para lá ir e perceber aquilo que de positivo estamos a fazer um pouco por toda a Quinta de Cima. -----

----- No que respeita ao saibro, o saibro foi lá colocado, nós fazemos vários eventos nos jardins da Quinta do Marquês e, portanto, o saibro obedece a determinada funcionalidade, sempre que não é necessário, é removido, mas Senhora Vereadora se for necessário é novamente colocado, porque o saibro é fundamental para ser colocado naquela zona de viaturas, ou “street food” e, portanto, não é na zona onde temos o prado que vamos colocar o “street food,” ou as viaturas, portanto, colocámos o saibro para responder a terminada funcionalidade, se não é necessário é removido, mas se for necessário é novamente introduzido, portanto, aqui não há um vai e volta, à coerência e consistência naquilo que fazemos, e não há desperdício de erário público. --- -----

----- No que respeita ao sistema de extração de fumos o Senhor Vice-Presidente responderá, no que respeita à Rua Major Afonso Pala.-----

----- Mobilidade urbana sustentável, mobilidade pedonal, diz a Vereadora Carla Castelo, é o parente pobre, mas há algum parente pobre nesta Câmara? -----

----- Não há Senhora Vereadora, não há, nem a própria Vereadora é um parente pobre para esta Câmara, é importante a Senhora Vereadora perceber como é confortada aqui nesta Câmara. A Senhora Vereadora pode nesta reunião solicitar todos os esclarecimentos e todas as informações, mas também pode, a todo o momento, sem ter que ser para a ata, naturalmente, eu percebo a obediência dos partidos em falar para a ata, mas fora das reuniões de Câmara pode questionar, consultar, porque as próprias GOP são esclarecedoras, nas GOP consegue-se perceber aquilo que é o investimento municipal para as medidas de acalmia de tráfego, medidas de acalmia de tráfego em função de ter por diversas vezes solicitado essas mesmas medidas para a Avenida Infante Dom Henrique, em Tercena, ora para além das empreitadas generalistas que o Senhor Presidente tem o cuidado sempre de aprovar para todo o Concelho, há obras específicas

que fazemos.-----

-----Fizemos agora no centro histórico de Barcarena, fizemos no Jardim do Ultramar, havemos de fazer em Tercena, muitas vezes fazemos a instalação de cruzamentos semaforicos, algumas vezes fazemos passadeiras alteadas, a introdução de lombas, passadeiras e esse investimento é um investimento que não é só na Avenida Infante do Henrique, eu até fico boquiaberta de me falar só na vida Infante do Henrique, há tantas ruas e avenidas que necessitam de medidas de acalmia de tráfego, que eu digo Senhora Vereadora tem mesmo de passear, não só pela Quinta de Cima, mas por todo o Concelho. -----

-----Estamos a falar de um Concelho até pequeno, com quarenta e seis quilómetros, percorra-o até ao final do ano e na primeira reunião de Câmara do próximo ano, estou à espera que lhe diga outras medidas de acalmia de tráfego para outras ruas e avenidas, mas essa já está perfeitamente sinalizada pelos nossos Serviços. -----

-----Quanto ao Estádio Mário Wilson, o Senhor Vereador Pedro Patacho já respondeu, também já foi respondido, mas a Vereadora se quiser, é uma questão de consultar o doutor André Gattini, é uma questão de consultar o procedimento de contratação pública para perceber que há de ver, logo que seja a adjudicação, a reposição do relvado em três, é o Mário Wilson, Carlos Queiroz e o de Vila Fria, portanto, são três relvados. -----

-----Senhora Vereadora repare daquilo que eu já falei.-----

-----Ribeira de Algés, relvados, mobilidade urbana sustentável, não há parentes pobres nesta Câmara Senhora Vereadora.-----

-----Se a Senhora Vereadora quisesse falar de transporte público, também era o parente pobre. -----

-----Senhora Vereadora, estamos no final do ano, vamos fazer uma reflexão, discursos construtivos.”-----

15 - INFORMAÇÕES - SR. VICE-PRESIDENTE: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- O **Senhor Vice-Presidente** prestou à Câmara as seguintes informações:-----

----- “Desejando a todos continuação de votos de boas festas.-----

----- - Estive presente, no início do mês de novembro, na Assembleia Geral do Taguspark, para aprovação do orçamento e do plano do ano seguinte, em representação do Senhor Presidente. -----

----- - No fim de semana de dezembro, compareci à inauguração do Natal no Palácio Encantado, que é um evento muito interessante que as famílias do Concelho de fora do Concelho muito apreciam. -----

----- - No dia doze de dezembro, acompanhei o Senhor Presidente numa visita ao Parque dos Cisnes, em Miraflares, para verificar algumas situações que precisavam de outro tratamento por parte da Polícia Municipal, acompanhando alguns abusos cometidos pelos promotores, que deu azo ao levantamento de alguns autos e à aplicação de coimas.-----

----- - No dia treze de dezembro, estive presente como Presidente da Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento na Assembleia Geral da Rede para aprovação do plano para o ano seguinte. -----

----- - No dia catorze, estive presente no Conselho Metropolitano da AML para aprovação do plano e o orçamento para o ano seguinte.-----

----- - No mesmo dia, salientar a inauguração do novo edifício de habitação jovem em Paço de Arcos. Uma iniciativa que apenas cabe ao Município de Oeiras, costumamos referir que não há nenhum outro Concelho do País que esteja a fazer habitação jovem. -----

----- - No dia quinze, teve lugar a assinatura de três protocolos de cooperação com três Municípios Brasileiros, Tarumã, São Bento do Sul e Viana, no Estado do Espírito Santo, são municípios que nos procuraram no âmbito do Programa Inova Juntos com o apoio da Comissão Europeia e que procuraram o Município de Oeiras, no âmbito da cooperação municipal para desenvolvimento económico.-----

----- - No mesmo dia, tive uma reunião com o Diretor Nacional da PSP acompanhando o Senhor Presidente, para articulação de algumas questões de cooperação interdepartamental com a PSP. -----

----- - No dia dezoito, estive presente numa sessão privada numa aula de populismos, na Escola Secundária Sebastião e Silva, que foi dada pelo Professor Eduardo Vera Cruz, numa sessão bastante esclarecedora como os populismos evoluíram nas últimas décadas, particularmente com o exemplo da Itália e como é que os outros países europeus estão a lidar com isso. -- -----

----- - Ainda no dia dezoito, estive presente na entrega de fogos. O tema da habitação estará mais que esgotado, faltando apenas o Senhor Presidente intervir que é quem tem mais propriedade para falar sobre ele. -----

----- - No dia vinte, estive presente como os outros Vereadores na inauguração da exposição trinta e cinco anos habitação e assinatura do protocolo do IRHU para a construção de mais setecentos fogos na zona da Estação Rádio Naval, em Linda-a-Velha -----

----- - No dia vinte e um, compareci à cerimónia de inauguração da exposição “World Press Photo dois mil e vinte e três”, no Parque dos Poetas. -----

----- - A questão que a Senhora Vereadora trouxe sobre as creches, questão particularmente importante, mas olhando para a questão do prisma errado, como disse o Senhor Vereador Pedro Patacho, a questão é conhecida, está a ser tratada pelo Município e a questão central, verdadeiramente, nem sequer é das creches, como a habitação também não é a habitação. A questão central é uma questão que incomoda muita gente em Portugal, que tem a ver com a criação de riqueza. -----

-----Hoje mesmo é noticiado que dois terços dos salários em Portugal são abaixo dos mil euros, com o custo da habitação que nós conhecemos, com o custo das creches que nós conhecemos, mesmo aquelas que têm o apoio, ou que são construídas por Municípios, como o



Câmara Municipal
de Oeiras

Município de Oeiras e tudo isto se congrega para uma sociedade na qual os políticos não conseguem cumprir o contrato mínimo que é esperado por parte da população. -----

----- Não é por acaso que quando nós ficamos muito felizes de inaugurar o “World Trade Center” ou de aprovar o Plano para a Construção do Parque “China State Construction”, em Caxias, não falta quem nos diga que estamos a fazer mais betão, por trás daquele betão, estão os postos de trabalho. Tal como do betão de habitação municipal estão as casas para as pessoas que são sacrificadas pela pobreza e que não têm condições para ter uma casa digna se não for o Estado a intervir, também nós quando aprovamos um plano para a construção “World Trade Center” com três mil postos de trabalho, ou para o parque empresarial “China State Construction” com mais cerca de três mil postos de trabalho, achamos que são muito importantes, porque contribuem para a criação de riqueza em Portugal e para a criação de condições de vida melhores para os portugueses, criando empregos não apenas empregos para a população qualificada, mas empregos indiferenciados para quem não tem qualificação, que permite a essas pessoas ter melhor qualidade de vida e dar um futuro com melhor qualificação para os seus filhos, criando um ciclo de criação de riqueza e de quebra da eternidade da pobreza em que as famílias pobres portuguesas estão condicionadas a viver, lembrando que OCDE diz que se demora cerca de cinco gerações a quebrar o ciclo da pobreza.-----

----- Ora, tudo isto está fora da esfera de algumas forças políticas. Se está fora da esfera das preocupações nunca mais se quebra um ciclo de pobreza e continuamos eternamente e alegremente a falar destes assuntos sem verdadeiramente dar condições às pessoas para saírem deles. -----

----- Em Oeiras isto é uma questão que está fora do quotidiano, porque o quotidiano da maior parte das pessoas é verificarem se a rua está limpa, se a estrada está bem cuidada, se o jardim está tratado e todas estas questões parecem muito exteriores e verdadeiramente não fazem parte da questão das preocupações do quotidiano e não fazem parte particularmente das questões

do quotidiano dos privilegiados, dos que sentem que já não têm que se preocupar com essas coisas. Agora, os políticos têm que se preocupar com essas coisas ou não estou aqui a fazer verdadeiramente nada. O “guichet” tem que ser tratado, mas se nós não tratamos das questões profundas e as questões profundas têm a ver com o desenvolvimento e o desenvolvimento não é apenas preocuparmos com as questões ambientais futuras, é preocuparmo-nos com a vida das pessoas no futuro, onde é que as pessoas vão trabalhar, que empregos vão ter, que tipo de sociedade ou de comunidade estamos a construir? -----

-----Nós podemos pôr-nos fora disso e preocupar-nos apenas com as abelhas e os pássaros, que têm o seu papel, têm a sua importância, mas não é a questão central do futuro da vida das pessoas, a questão central do futuro da vida das pessoas é que os decisores consigam cumprir o contrato de expectativa mínimo que essas pessoas têm para connosco.-----

-----Era importante que nós discutíssemos isto algumas vezes, mas está fora das cogitações de algumas forças políticas.-----

-----É triste, mas toda a glória do mundo é efémera, termino como comecei, desejando continuação de boas festas a todos e que estas preocupações com a vida dos outros entre no nosso quotidiano para além das abelhas e dos pássaros.”-----

16 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE: -----

-----O **Senhor Presidente** iniciou o seu período de informações dizendo o seguinte: -----

-----“No dia sete de dezembro, estive no Aquário Vasco da Gama, no lançamento do livro dos cento e vinte e cinco anos, com a presença do CEMA - Chefe de Estado Maior da Armada, Almeida Gouveia e Melo. -----

-----Um livro patrocinado pela Câmara Municipal de Oeiras e que, de alguma forma conta a história do Aquário Vasco da Gama, que está a passar por uma fase neste momento de grande requalificação e de divulgação pelo atual Diretor, o Comandante Leitão que, indiscutivelmente está a fazer um trabalho excelente na gestão do Aquário Vasco da Gama. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- - Nesse mesmo dia, tive oportunidade de estar presente no Casino Estoril, na "Winter Gala International Sharing School", que é uma escola profissional que está no Taguspark e neste momento tem alunos de setenta e tal nacionalidades. -----

----- - No dia oito, foi a abertura do Palácio Encantado - Visita Inaugural, que comparativamente com anos anteriores viu aumentar o afluxo de pessoas, mas, sobretudo, pelas diferentes realizações que ali aconteceram, desde a visita dos seniores, a festa de Natal das empresas municipais, a festa de Natal dos filhos dos funcionários, portanto, foram vários eventos que ali se realizaram e nos vieram demonstrar o potencial enorme que aquele espaço e este evento, tem, que pode ser desenvolvido e aprofundado do próximo ano. -----

----- Foi uma das conclusões a que chegámos e, portanto, digamos que este evento - Palácio Encantado, pode ultrapassar as fronteiras do nosso Concelho e ter impacto a nível metropolitano. -----

----- - No dia doze, fiz uma visita com os técnicos da Câmara ao Parque dos Cines, em Miraflares, para verificar alguns dos trabalhos na sequência de constatações "in loco" que eu próprio verifiquei até porque moro lá na zona, no sentido de haver mais cuidado no tratamento dos espaços adjacentes. -----

----- Foram tomadas algumas medidas que se traduziram na notificação aos promotores imobiliários no sentido de um maior cuidado com a realização daquelas obras. -----

----- - No dia treze, estive numa reunião com o Secretário de Estado do Ambiente e com a Agência Portuguesa do Ambiente, reunião a que me irei referir um pouco mais adiante. -----

----- - No dia catorze, iniciou-se a entrega dos cabazes em vários dos bairros municipais. São sempre momentos de grande proximidade com os moradores dos nossos bairros e é uma oportunidade para verificarmos de alguma forma os progressos das famílias, porque se é verdade que muita gente ainda precisa do cabaz, também é verdade que elas próprios reconhecem que talvez outra família precisasse mais, mas há aqui um aspeto simbólico, ou seja, esta é a

demonstração da singularidade do nosso Município, porque que na realidade, nós somos talvez o Município com maior coesão social a nível nacional, aliás, os indicadores do desenvolvimento económico-social, oficiais, são disso muito claros.-----

----- - No dia quinze, ocorreu o almoço com o Diretor Nacional da PSP, no sentido de acordarmos algumas das medidas de cooperação entre a PSP e a Polícia Municipal designadamente a designação de quadros da Polícia de Segurança Pública para a Polícia Municipal.- -----

----- - No dia dezoito, teve lugar a entrega de Casas de Habitação Municipal, nos Jardins do Palácio, já aqui referida. Estas cerimónias são sempre cerimónias carregadas de uma emoção muito grande, mesmo para pessoas como eu, para quem isto parece uma rotina, porque já estive em centenas de cerimónias dessas, acreditem que o sentimento e a emoção que sinto é sempre a mesma. ---- -----

-----É dos aspetos mais gratificantes que um Autarca pode ter, é sentir que está a transformar a vida das pessoas e das famílias. Dificilmente haverá outra ação qualquer, outra iniciativa, outra política pública, que tenha o impacto que tem a entrega de casas.-----

-----Nós sabemos que há Municípios à nossa volta que têm mais de uma centena de milhões de euros no banco, mas também têm milhares de barracas ainda.-----

-----É interessante que na maior parte desses Municípios ninguém vai à Câmara pedir casa. Aqui toda a gente vem pedir casa quando precisa de casa e normalmente não se fecham as portas a ninguém, temos que ser rigorosos no sentido de, considerando a escassez das casas e as necessidades das famílias, há que estabelecer aqui justiça social. -----

-----Mas essa entrega de casas é emotiva, quer para nós, que entregamos as casas, mas muito particularmente para quem recebe, porque, às vezes, pode haver uma certa tendência para desvalorizar o facto, mas na realidade as famílias não desvalorizam. E é interessante verificar a transformação sociológica das pessoas que recebem casa. Realmente há décadas atrás o nosso



Câmara Municipal
de Oeiras

objetivo, e é isso que eu realmente estranho, a falta de rigor de alguns políticos, designadamente locais, que não têm a noção, nem a perceção, do que está a acontecer e as grandes transformações sociais que assistimos no nosso Município. -----

----- É lamentável, mas tem a ver com o desconhecimento das pessoas. -----

----- Na verdade, se há décadas atrás, as famílias, até pela sua origem vinham todas de bairros de barracas e isso foi realmente muito importante, hoje em dia, nós começamos a satisfazer pessoas e famílias que não vêm de bairros de barracas. Estamos a falar de famílias, algumas delas, por exemplo, pessoas isoladas com oitenta anos, que nunca viveram numa casa boa e finalmente, nesta idade têm uma casa. Crianças que nunca tiveram quarto para si, agora têm um quarto, ou seja, cada vez mais estamos a entrar na classe média e as construções que estamos a fazer são destinadas, na sua essência, à classe média e podemos dizer que começamos pela classe média baixa, vamos subindo em estratos sociais, e isso também é outro aspeto que me causa alguma confusão, porque ainda um destes dias um grupo de moradores de Oeiras esteve presente na Assembleia Municipal ainda a propósito das Torres do Espargal e um dos munícipes que interveio, a dada altura, não tendo argumentos de natureza legal, referiu que aquelas Torres era para ricos, não sei qual é a noção de rico. -----

----- Ontem, alguém me dizia que os ricos vivem todos em Cascais. -----

----- Eu acho que não, algumas pessoas ricas vivem aqui em Oeiras também, mas admito pelo ponto de vista do montante de riqueza que haja mais milionários em Cascais do que em Oeiras. Agora, o que eu não tenho dúvidas é que em Oeiras vivem mais doutorados, mais investigadores, mais gestores, mais pessoas que integram a classe média nos seus diferentes níveis, classe média baixa, classe média e classe média alta e isso vê-se até pelo nível do IRS. ----

----- Oeiras tem a classe média mais forte a nível nacional e, portanto, é natural que as pessoas que vêm viver para Oeiras e que têm capacidade para comprar apartamentos a preços proibitivos, Oeiras tem o terceiro preço mais caro do País, é Lisboa, Cascais, Oeiras, é

interessante que as pessoas retirem a sua ilação, isto não acontece por acaso, porque há trinta anos, não era assim. Oeiras destaca-se hoje justamente pela sua qualidade de vida, pela qualidade do espaço urbano.-----

-----O que é que valoriza uma casa? -----

-----O que valoriza uma casa é o ambiente onde a casa se situa e se o espaço urbano tem qualidade, naturalmente que o imobiliário valoriza-se e, portanto, é essa razão, porque as casas sobem, tendo em conta também a escassez, há aqui também o princípio da oferta e da procura, mas havendo oferta para quem tem capacidade para comprar ou arrendar, naturalmente que a Câmara Municipal. cumpre o seu papel ao fazer aquilo que mais nenhuma Câmara Municipal faz, com o nível que nós fazemos, que é preparar novamente, aliás nunca parámos, um programa de construção de casas destinadas a arrendamento para a classe média.-----

-----Na verdade, as mil e quinhentas casas que estão praticamente em curso cerca de mil e duzentas já são destinadas à classe média, apenas à volta de trezentas casas serão destinadas a famílias ditas de habitação indigna, portanto, estamos a falar de um número significativo, vamos contribuir para a resolução de problemas de mais de mil famílias deste Concelho, que poderão passar a ter rendas acessíveis de acordo com os seus ordenados baixos, como de resto o Vice-Presidente referiu.-----

-----A entrega de casas, nesta altura do Natal nós fazemos sempre questão de entregar casas no Natal e na realidade tem acontecido. Não me recordo de que não tivéssemos entregue casas no Natal, entregamos ao longo de todo o ano, este ano já entregámos mais de cem casas, não incluindo as de habitação jovem. -----

-----Como já foi referido na habitação jovem somos o único Município em Portugal que o faz, que se deve muito à nossa estratégia de décadas, como já foi referido, porque se há dinheiro, nós fazemos casas, se não há dinheiro fazemos projetos, enquanto que há muitos Municípios que nem fazem projetos, nem casas e depois surge um programa com a dimensão do PRR e a maior



Câmara Municipal
de Oeiras

parte dos Municípios não estão preparados, é razão porque estou convencido que nós chegaremos aos quinze por cento do PRR habitação aqui em Oeiras.-----

----- Quinze por cento, façam as contas, quer dizer que iremos investir aqui provavelmente mais de quatrocentos milhões de euros. Mais de trezentos milhões já estão alocados em Oeiras.-----

----- Este é um caso que em matéria de construção de habitação pública não há nenhum Município em Portugal, nem Lisboa, nem Porto, que façam no âmbito do PRR, podem fazer recuperação de casas, como nós também estamos a fazer, Lisboa tem um parque habitacional muito grande e naturalmente que está a requalificar casas que estavam abandonadas e precisam de ser requalificadas, mas construção nova não há hipótese, Oeiras está realmente a marcar posição e a habitação, é indiscutível, a bandeira deste Município e continuará a ser, porque não deixa de ser curioso como muitos, mesmo a nível de partidos políticos, que hoje falam em habitação, não deixa de ser até absurdo. -----

----- Há dias, o Primeiro-Ministro fez uma mensagem de Natal e é uma coisa surpreendente, uma quantidade de políticos a comentar, da extrema-esquerda à extrema-direita, que ele não tinha falado de habitação. -----

----- Curiosamente, a maior parte desses políticos só descobriram a habitação quando ela foi posta na agenda. Antes disso não se lembraram. -----

----- Na realidade se repararem antes de dois mil e dezoito ninguém falava de habitação, a não sermos nós, Oeiras falava de habitação, mais ninguém falava em habitação. Por uma razão, falavam no sentido contrário, porque, a partir de dois mil e oito até dois mil e dezasseis diziam que havia habitação a mais, portanto, obviamente que falavam na habitação, mas ao contrário, era no sentido de mais uma vez denegrir os autarcas, os Presidentes de Câmara, as câmaras municipais, no sentido em que libertavam terrenos, construíam casas, autorizavam a construção de casas que depois não eram vendidas, etc., de repente, caiu-lhes o teto em cima, mas só

descobriram isso quando o próprio Governo em dois mil e dezoito, avançou com o Primeiro Direito, até aí para eles a habitação não era problema e continua a não ser, porque há uma hipocrisia muito grande, porque continuam a achar que as casas devem ser construídas nas orelhas dos Presidentes de Câmara. -----

----- - No dia vinte, estive presente na assinatura do protocolo Estação Radionaval, com a presença do Primeiro-Ministro, a Ministra da Habitação, o Presidente do IHRU, o Presidente da nova empresa que substituiu a Parque Escolar, que vai colaborar porque é um instrumento do Governo nessa área. -----

-----Possivelmente vamos abrir a exposição à população designadamente à população escolar, questão que temos que articular com o Vereador Pedro Patacho e com o Departamento de Educação se será possível que os alunos das escolas secundárias pudessem visitar aquela exposição para terem uma ideia, porque eu próprio, às vezes, continuo a surpreender-me, porque o Correio da Manhã a propósito de uma reportagem que fizeram sobre habitação, a dada altura telefonaram para a Câmara para saber se a fotografia que lhes tinha sido enviada, era dos anos cinquenta, porque ali dizia que era dos anos noventa, vejam bem a falta de memória, de facto a fotografia era dos anos noventa, eram imagens do Alto de Santa Catarina e Alto de Algés, que era mesmo assim, mas hoje, quem tenha vindo para Oeiras há vinte anos, ou quem tenha nascido nos últimos vinte anos não tem a mínima noção do que era este território e essa exposição mostra exatamente o que eram os bairros de barracas. -----

-----Alguns até dirão que estes fulanos não se calam com as barracas, não podemos calar-nos, porque, na realidade foi a base de tudo o que somos e aquilo que temos neste Concelho e, portanto, temos que continuar a investir fortemente agora por outras razões, para resolver os problemas da classe média, mas é uma exposição extraordinária que surpreendeu o Primeiro Ministro, que confessou ter ficado surpreendido, as pessoas que viram aquela exposição, porque é uma exposição que tem o passado, tem o presente e tem o futuro e mostra como realmente tem



Câmara Municipal
de Oeiras

havido aqui uma grande continuidade, persistência, muita persistência e que os diferentes ciclos de habitação estão a traduzir-se também em saltos qualitativos no que diz respeito à própria qualidade dos empreendimentos, seja ao nível do ordenamento do território, dos loteamentos, seja ao nível da construção dos edifícios, ou dos projetos de arquitetura, na realidade é fácil de verificar essa evolução, até pelos projetos. -----

----- O Vereador Nuno Neto disse que poderá ser um dos melhores empreendimentos, mas eu acho que vai ser uma referência a nível nacional, não é só a nível de Oeiras, realmente vai ser um espaço extraordinário com mais de doze hectares de espaço urbano, a fruição dos cidadãos e portanto, vai ser muito solicitado. -----

----- - Hoje, à quinze horas e trinta minutos vai haver uma reunião sobre os resultados da candidatura ECOXXI - Edição dois mil e vinte e três com todos os Dirigentes da Câmara para os sensibilizar relativamente a estas matérias da sustentabilidade e particularmente ao fornecimento dos dados, no fundo a medição daquilo que é a evolução dos diferentes indicadores. -----

----- - Ainda uma nota aos trabalhadores da recolha do lixo, a Senhora Vereadora Joana Baptista já falou nisso, mas eu não posso deixar de dar aqui uma nota. -----

----- Eu ontem estava preocupado com a recolha do lixo, e desloquei-me pelo Concelho todo. -----

----- Fiz esse percurso entre as quinze e as dezoito horas, e verifiquei que um pouco por todo o Concelho, ao contrário do que eu esperava ver, não havia assim grandes montes de lixo acumulado junto às ilhas ou junto aos contentores, pelo contrário, havia já uma limpeza significativa e por volta das dezoito horas os maiores aglomerados de lixo estavam recolhidos, não ao nível do que estava dentro dos contentores, ou das ilhas ecológicas, mas de fora, portanto, significa que foi o pessoal de limpeza que fez esse trabalho extraordinário de recolha de resíduos de todo o Concelho. E a verdade é que à noite a generalidade do Concelho estava limpo. -----

----- Eu tive o cuidado de sair e falar com os trabalhadores em vários sítios, uns que

estavam a varrer, e outros a recolher e devo dizer que eles ficam sempre satisfeitos quando veem o Presidente da Câmara e notei naquele caso, que se a entrega das casas nos emocionam a verdade é que o direito à greve é um direito fundamental e o direito ao trabalho é igualmente um direito fundamental, portanto, nós não podemos censurar quem faz greve, porque tem esse direito, mas, naturalmente quem trabalha, porque quer trabalhar, porque não quer fazer greve, tem exatamente o mesmo direito e nessas circunstâncias, do ponto de vista do empregador, digamos assim, nós temos que reconhecer o esforço desses trabalhadores e vi vários a transpirar, não estavam a fazer um trabalho lento, vai-se fazendo, via-se que estavam mesmo empenhados em resolver aquele problema e pude notar na conversa que tive com eles, um orgulho extraordinário. Perfeitamente conscientes do papel que têm, da importância do seu trabalho e, por isso, eu não posso deixar de expressar aqui o meu maior reconhecimento e admiração, por esses trabalhadores que ganham pouco e que em determinadas circunstâncias têm que trabalhar muito e que em determinados momentos têm que se ultrapassar para substituir os colegas que estão em greve. Obviamente que não podem fazer o trabalho todo, que não podem fazer recolha dos contentores, etc., mas, pelo menos conseguem fazer um trabalho, que deixam o território limpo e é isso que os cidadãos exigem da Câmara. -----

-----E então nesta altura do Natal, como sabem há uma maior sobrecarga e, portanto, eu não pude deixar de transmitir aqui uma palavra de grande reconhecimento pelos nossos trabalhadores que fizeram um esforço e fazem, com grande orgulho daquilo que estão a fazer e eu só posso sentir orgulho por trabalhadores como estes.” -----

17 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: -----

-----Reportando-se às questões suscitadas pelos Senhores Vereadores o **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Relativamente à questão da alteração da data das reuniões. -----

-----Naturalmente que cada um tem que gerir a sua vida. Todos os Vereadores e o



Câmara Municipal
de Oeiras

Presidente da Câmara têm vida e todos nós temos que gerir a nossa vida. -----

----- As alterações da data das reuniões, são feitas, umas vezes pode-se contactar os Vereadores, por acaso nesta data para o dia vinte e sete eu não tive a oportunidade de contactar nenhum Vereador, por uma razão, não havia mesmo alternativa, porque a reunião foi marcada para a semana anterior e foi alterada, justamente porque a Senhora Vereadora Carla Castelo, fez uma nota para o meu gabinete ou para o NAOM-CM chamando a atenção para o facto de não estar a ser cumprido o regulamento, porque o edital não saiu a tempo. -----

----- Quando me transmitiram isso, que os Serviços não fizeram, o problema é que muitas vezes se pensa que o Presidente da Câmara é de facto o maquiavélico, eu gostaria que não pensassem isso, mas pensam que o Presidente da Câmara é maquiavélico, marca uma reunião e diz aos Serviços: “Não respeitem o prazo.” Não estou com isto a responsabilizar os Serviços, é a vida, quando nós trabalhamos, quando fazemos muita coisa, nem tudo corre bem e apesar de ter marcado a reunião com a devida antecedência, a verdade é que houve ali uma falha e o Edital não saiu, naquele caso concreto, segundo o meu Chefe de Gabinete isso terá sido responsabilidade dele, portanto, houve ali um problema, passou-lhe e, portanto, foi marcada fora do prazo e quando um Vereador chama a atenção que a reunião foi marcada fora do prazo, o melhor é não fazer a reunião com prazo ilegal para depois, alguém, poder, porventura, impugnar as deliberações que foram tomadas e, portanto, imediatamente alterei e para fazer uma reunião este ano, o único dia que tinha disponível e digo, eu, Presidente da Câmara, era hoje, não tinha que estar a pedir, é competência do Presidente da Câmara marcar as reuniões. -----

----- Eu ouço os Vereadores, sempre que é possível e esta terá sido a primeira reunião que eu não disse aos Vereadores, a reunião passa para o dia vinte e sete. -----

----- Em articulação com o meu Chefe de Gabinete e com os Serviços, não podendo ser então no dia que estava marcado, porque não estava dentro da lei, o Edital não saiu a tempo, então nesse caso, vamos ver qual é o dia e o dia era hoje. -----

-----Não tem nada de especial, não é para complicar a vida do Vereador A ou do Vereador B, se uns têm vida, todos temos vida, isto é um órgão político e como órgão político, obviamente também tem as suas vicissitudes, isto é uma grande organização e as coisas nem sempre correm bem, e apesar de eu dizer que não aceito mais propostas de deliberação, depois aparecem propostas de deliberação que eu penso: “Vamos deixar ficar mais quinze dias...”, depois trago-as em mão e, portanto, não é desorganização, não tem nada a ver com isso, pelo contrário, muitas vezes o aceitar uma proposta é uma forma de reconhecer a prestação de um serviço, reconhecer as pessoas que fizeram aquela proposta, claro que pode ficar mais quinze dias ou um mês, em política tudo é possível, mas as reuniões são marcadas neste molde. -----

----- - Eu não posso deixar de repetir aqui que o Município tem uma grande rede de creches municipais, que só não vê quem não quer, provavelmente, não há Município em Portugal que tenha a rede de creches que Oeiras tem, porque a maioria, oitenta por cento das creches deste Concelho, são municipais, seja as da Misericórdia, seja as dos centros paroquiais, seja das IPSS, neste momento, uma já arrancou a obra, são quase quatro milhões de euros, no Centro Paroquial de Tercena, a Sophia de Carvalho está o projeto praticamente pronto, e a Senhora Vereadora devia saber isso, porque é falado, está nas GOP, está nos projetos, estamos a falar de uma área que para nós é vital, continuamos apesar de não ser responsabilidade da Câmara Municipal. Não é responsabilidade da Câmara Municipal fazer creches, mas em Oeiras a maior parte das creches são do Município, portanto, nós temos uma rede de creches municipais. -----

-----Em termos políticos nós estamos a viver um tempo de muita demagogia e o populismo não está só nos partidos extremistas, o populismo hoje parece estar em todo o lado, isto é uma injeção que parece que muita gente levou, eu ouvi na Assembleia Municipal não foi só um dos grupos extremistas, mesmo partidos do centro, ou da direita se quiser, mas a intervenção de um deputado do PSD, que a dada altura dizia que o problema da Ribeira de Algés, aliás, a Senhora Vereadora Carla Castelo já o tinha dito aqui e os deputados do Evoluir, Bloco de



Câmara Municipal
de Oeiras

Esquerda, Livre e Volt, já o tinham referido na Assembleia Municipal, que a Câmara Municipal é que devia fazer aquela obra. -----

----- Pois se a Câmara faz centros de saúde, se a Câmara faz esquadras de polícia, substituindo-se ao Estado, por que é que não faz a Ribeira de Algés? -----

----- Como se uma coisa fosse comparada à outra. Um centro de saúde serve exclusivamente os munícipes do Concelho, uma esquadra de polícia serve exclusivamente os munícipes do Concelho da área territorial onde está situado, a Ribeira de Algés é intermunicipal, serve três municípios, tem uma bacia intermunicipal: Amadora, Lisboa e Oeiras.-----

----- A ignorância é tanta, e vejo alguns acenos de cabeça aqui de discordância com o Presidente da Câmara, tanta a ignorância, reparem nem sequer sabem por onde a Ribeira passa. A Ribeira de Algés depois do caminho de ferro não passa no Concelho de Oeiras, passa no Concelho de Lisboa. -----

----- Era a Câmara de Oeiras que iria fazer uma obra no Concelho de Lisboa? -----

----- Depois do caminho de ferro a Ribeira vai toda no território de Lisboa. -----

----- Por outro lado, surpreende-me pessoas que falam muito em sustentabilidade, alterações climáticas, na integração, nas políticas transversais e não vejam que o problema da Ribeira de Algés, não é apenas uma questão de secção, porque se porventura não forem tomadas medidas a montante, hoje podemos duplicar o caudal, não podemos duplicar a secção, mas se não forem tomadas medidas a montante, obviamente que, em breve, terá que ser duplicada outra vez e nessa altura já não cabe mesmo nada na Avenida dos Bombeiros Voluntários. É necessário um programa.- -----

----- Para o Palácio do Marquês, mais concretamente para a Quinta de Cima, era necessário um programa integrado, um plano, para a Ribeira de Algés não é preciso plano nenhum, não é necessária uma bacia de retenção na Amadora, não é necessária uma bacia de retenção em Lisboa.-----

-----A Ribeira de Algés: -----

----- - primeiro, é uma bacia intermunicipal. -----

----- - segundo, passa em três territórios. Numa primeira fase faz fronteira entre Lisboa e a Amadora, depois entra no território de Oeiras e depois entra no território de Lisboa.-----

-----O troço de quatrocentos/quinhentos metros da Foz, está no território de Lisboa.-----

-----Mas eu estou a dar uma surpresa aqui. As pessoas ignoram isto, se não ignorassem, como é que dizem que a Câmara é que faz a obra? -----

-----Depois há outra coisa que me surpreende, mas nós estamos aqui para defender o interesse público municipal ou o interesse público do Estado? -----

-----Nem sempre o interesse público municipal se compagina com interesse público do Estado, se é o próprio Estado que reconhece que tem responsabilidades nesta matéria e que entre dois mil e oito e dois mil e doze fez um projeto e que era na totalidade e eu já estava cá eleito, propus financiar com cinquenta por cento. Foi executado o projeto pelo INAG, portanto uma responsabilidade do Governo e nós vamos dizer agora, nós fazemos a obra toda, substituímo-nos ao Estado mais uma vez.-----

-----É claro que foi metido na gaveta em dois mil e doze, não deixa de ser curioso que foi um deputado do PSD que na última Assembleia Municipal perguntou: “Por que é que a Câmara não paga tudo, por que é que a Câmara não assume se se substituiu tantas vezes ao Estado?” -----

-----Fiquei a pensar e percebi, realmente foi um Secretário de Estado do PSD que meteu na gaveta o projeto e não se fez, só foi suscitado agora novamente, porque houve outra vez cheias. -----

----- - Relativamente a apoios do LNEC, fico sempre surpreendido, toda a gente dá receitas, sobretudo políticos que não percebem nada de engenharia, que não percebem nada disto, eu ao menos não me meto nisso, eu confio nos técnicos da Câmara Municipal e, portanto, se os engenheiros dos Serviços Municipalizados verificam as garantias de segurança dos edifícios do



Câmara Municipal
de Oeiras

Largo Comandante Augusto Madureira e têm competência para o efeito e entenderam que não era necessário recorrer a outra instituição, se quiserem recorrer, recorrem, isso é uma situação normal, o relacionamento que os Serviços Municipalizados ou a Câmara têm com o LENC é um relacionamento institucional em que as coisas funcionam e sempre que é necessário, com certeza que se recorre, não é preciso estarem a dizer aos Serviços como que a quererem impor que se faça isto. Vamos lá a ver, os técnicos da Câmara e dos Serviços Municipalizados têm competências nesta matéria e, portanto, eles próprios se entenderem que é necessário qualquer apoio técnico, consultadoria etc., requerem-no. -----

----- Por outro lado, não deixa de ser interessante, preferirem, e mais uma vez a ignorância, na realidade é falta de rigor e também na Assembleia Municipal dizem que nestas GOP não existe uma única verba para a Ribeira de Algés. Pois não, não tem que haver, porque a responsabilidade, quando ela se verificar é dos SIMAS não é da Câmara. -----

----- A verdade é que nós até já nos estamos a substituir ao Estado, na verdade a Ribeira colapsou e quem está a fazer a obra no Largo Comandante Augusto Madureira são os Serviços Municipalizados de Oeiras, é um investimento na ordem dos trezentos mil euros. -----

----- Quem é que está a pagar? -----

----- O Município de Oeiras. -----

----- Agora não está nas GOP, e já foi tudo dito aqui na Câmara e foi dito na Assembleia Municipal, por partidos diferentes, que não viam nada nas GOP sobre a Ribeira de Algés, é como as creches, não se conhece o território e apresenta-se uma proposta, como proposta que a Senhora Vereadora Carla Castelo eleita pela Coligação Evoluir e indicada pelo Bloco de Esquerda, a propósito da habitação, fez. -----

----- Nós temos habitação jovem, vem uma proposta para fazer casas com quarenta metros quadrados para jovens, o que é isso? -----

----- É o mesmo programa só com um nome diferente. -----

-----Somos mesmo o único Município em Portugal a fazer habitação jovem, eu desafio qualquer Vereador desta casa que me apresente um outro exemplo, a nível nacional. Um único. Nesse aspeto nós somos pioneiros.-----

-----Relativamente às medidas do ruído em restaurantes, Senhora Vereadora não é preciso vir para uma reunião de Câmara apresentar essas coisas, cada um faz o trabalho de casa, isso é o quotidiano, a rotina, no meu gabinete todos os dias recebo esse tipo de reclamações, são remetidas para a Polícia Municipal ou para os Serviços competentes para dar andamento às coisas, o quotidiano e o dia a dia faz-se com essas coisas. -----

----- - Relativamente às medidas amigas da mobilidade a Vereadora Joana já respondeu a isso, determinou que todas as reuniões passam a ser comunicadas a todos os Vereadores, mas isso sempre se fez, não é agora esta exceção.-----

----- - Eu terminava desejando a todos bom ano, porque o Natal já foi e esperava que todos chegassem aqui com melhor cara, dá impressão que está tudo com a ressaca do Natal, não percebo. --- -----

-----Para mim o Natal foi maravilhoso, porque consegui controlar-me não comi tanto, como era habitual, mas fiz um jantar fantástico. Eu é que cozi tudo, o bacalhau amarelo, está-se sempre a aprender, tenho a certeza absoluta que ninguém nesta sala sabe fazer o bacalhau amarelo, como é que se demolha o bacalhau amarelo, mas eu também não vou explicar, porque demora muito tempo, as rabanadas, comi filhoses transmontanos que um amigo, eu queixei-me que já não comia há muito tempo, porque não tinha braços para amassar, e ele trouxe na sexta-feira filhoses de Trás-os-Montes, e ainda hoje estão bons, de maneira que para mim o Natal é sempre uma festa, porque eu lembro-me de quando era miúdo e para mim o que era bonito no Natal não era o jantar, o jantar era bacalhau, o polvo, era depois da Missa do Galo, porque só comia naquela altura, que eram os frutos cristalizados, eram umas broas de milho com canela, que já não há, agora é só Castelar, mas era uma broa de milho saborosíssima e, portanto, vinha-se



Câmara Municipal
de Oeiras

da Missa do Galo à meia-noite e tinha-se a mesa com aquelas cores, que não havia durante o ano, por isso no Natal lembro-me sempre disso. -----

----- Agora vem aí o ano novo. -----

----- Eu e a Vereadora Joana Baptista comentávamos que olhávamos à nossa volta e estava tudo muitíssimo ensimesmado, não sei se foi com o tipo de intervenção que começou a fazer a Senhora Vereadora Carla Castelo, logo na história da marcação da reunião, mas acho que devemos estar bem dispostos porque esta é a altura de reconhecer aqui o trabalho do nosso pessoal, de todos os colaboradores da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, das empresas municipais, no fundo, de todos os colaboradores do Município, que ao longo do ano de dois mil e vinte e três fizeram um excelente trabalho e foi um excelente trabalho por uma razão, dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco vão ser anos únicos, vai ser um mandato muito bom, vamos ter entregas de casas, que vai ser uma festa, que é uma coisa lindíssima. -----

----- Temos muitos equipamentos, muita coisa em fase de conclusão, portanto, os cidadãos de Oeiras, vão ficar mais ricos no sentido em que vão ficar com mais acesso, mais qualidade, melhor espaço urbano, melhores equipamentos, melhores políticas sociais. Só há uma coisa que não consigo desfazer, o nosso deputado do PSD, Pracana falou muito nos afetos no mundo, na assembleia, eu tento dar abraços, eu adoro dar abraços, mas não consigo ainda abraçar todos os munícipes, mas gosto de dar abraços, porque os afetos são fundamentais e é um apelo que eu faço aos funcionários, sobretudo aqueles que trabalham mais diretamente com as pessoas que tenham esse cuidado com o carinho que as pessoas, sobretudo os mais idosos, precisam e merecem. - -----

----- Vai ser um bom ano e eu desejo a todos, por um lado o reconhecimento, mas relativamente a dois mil e vinte e quatro e do meu ponto de vista com saúde também, que é fundamental, porque olhamos para trás e vemos pessoas com cinquenta anos a morrer com ataques cardíacos e, por aí fora e ficamos sempre preocupados, porque pode acontecer a qualquer

um. -----

----- Fica aqui os votos de um excelente dois mil e vinte e quatro para toda a comunidade municipal.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** observou o seguinte: -----

-----“Gostaria de fazer um pedido ao Senhor Vice-Presidente, pois gostaríamos de ter acesso aos autos de notícia que referiu do Parque dos Cisnes.”-----

-----Concluiu o **Senhor Presidente**:-----

-----“Se é um pedido não preciso de dizer nada.”-----

18 - PROPOSTA Nº. 1018/23 - DPIUM - ADESÃO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS À REDE DE CIDADES E VILAS QUE CAMINHAM:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“O objetivo de garantir melhores condições para quem anda a pé, é um objetivo que nos é muito caro, consideramos que é realmente necessário, quem anda a pé no Concelho e eu faço-o regularmente, porque a minha forma de me deslocar habitual é a pé e em meios de transporte, verifica que entre localidades continuamos sem ter passeios, passeios que há muito foram prometidos e que inviabiliza que as pessoas se possam deslocar até em percursos extremamente curtos, porque não têm as condições de segurança para o fazer. -----

-----O objetivo da rede é positivo, mas esta rede suscita-nos várias dúvidas e parece-nos importante garantir que aderimos a uma rede que traz mais-valias para a mobilidade pedonal e que tem um trabalho reconhecido.-----

-----Ora, consultando o “site”, não percebemos, exatamente que trabalho é que tem sido feito. -----

-----O “site” é do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, é uma associação privada sem fins lucrativos, não se percebe quais são os órgãos sociais, não se percebe também trabalhos de referência é que têm realizado e que mais-valias trazem para uma quota de quatro mil e



Câmara Municipal
de Oeiras

quinhentos euros por ano, o que nos parece realmente excessivo e acima do habitual em redes deste tipo.- -----

----- A declaração do Registo Central do Beneficiário Efetivo está em nome apenas da Presidente da Associação, isso já sabemos que não pode acontecer, portanto, a requerente pode ser uma pessoa, mas a Associação, os beneficiários são os membros da Direção, portanto, serão vários.-----

----- Para nós também é importante garantir que o Município, efetivamente não faz este trabalho de garantia da segurança para as pessoas que andam a pé e não adere a uma rede só para dizer muito bem, estamos preocupados e queremos promover deslocações que não sejam em automóvel particular e não vemos essa preocupação. -----

----- A Senhora Vereadora Joana Baptista disse há pouco que estava nas GOP, etc., há percursos que são um perigo para as pessoas entre Caxias e Queijas, entre Caxias e Laveiras ou o edifício Impresa, eu que trabalhei no edifício Impresa só um ano, porque, entretanto saí, mas quando nos transferimos para Paço de Arcos fiz várias vezes o percurso, porque queria fazer o percurso entre Caxias onde vivia e o edifício Impresa, que é um percurso perigosíssimo, sem passeios onde os carros, infelizmente, vão a velocidades excessivas e não há ali qualquer segurança para quem anda a pé, para além disso, passei lá há muito poucos dias de autocarro, também há ali bastante espaço para pôr abrigo e não há abrigo na Rua Calvet de Magalhães, chama-se rua, mas ali já é uma estrada.-----

----- Portanto, o atual Executivo já está no segundo mandato e nós não temos visto esta preocupação, é claro que não nos permite votar favoravelmente esta proposta.”-----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** frisou:-----

----- “Eu vou tecer considerações de natureza política quanto àquilo que a Vereadora Carla Castelo apresentou. -----

----- As demais questões que ela apresenta relativamente a questões técnicas, parece-me

que são a maioria delas, mas depois o arquiteto Luís Baptista Fernandes ou alguém da DOTPU, caso o Senhor Presidente autorize, possam responder. -----

-----Ainda há pouco falávamos da mobilidade urbana sustentável e nas palavras da Vereadora Carla Castelo é um parente pobre no Município de Oeiras e eu acabei por confrontá-la com aquilo que são as evidências e as evidências Senhora Vereadora ultrapassam Caxias, eu convido-a a percorrer o Concelho, mas a sair de Caxias, porque os nossos quarenta e seis quilómetros não se reduzem a Caxias, há sempre uma progressão, nós não estamos satisfeitos, nós queremos mais, razão pela qual eu lhe disse que não é um parente pobre a mobilidade pedonal. --- -----

-----Além do projeto e da obra há obras e projetos um pouco por todo o Concelho, por acaso, o exemplo que dá é muito bom para eu focar não só na mobilidade pedonal, mas também na mobilidade do transporte individual, mas também na mobilidade que é tão importante, tão estratégica, tão prioritária para o Município de Oeiras, que é a mobilidade do transporte coletivo que são os percursos que estão projetados entre Caxias e o edifício do Grupo Impresa, que acabou de mencionar, mas a Senhora Vereadora esqueceu-se certamente de dizer que o Município de Oeiras, aliás, foi a sua bandeira na campanha eleitoral, já tem projetos concluídos no que respeita à Variante Longitudinal Sul. -----

-----Ora, se hoje em dia, a Estrada Calvet Magalhães não tem passeios, é verdade, que vai ser, entretanto, paliativamente corrigido, mas nós temos pronto um projeto que transforma aquilo que é a mobilidade do Concelho de Oeiras, que é uma avenida urbana que irá percorrer a sul da A Cinco, que permite uma alternativa à A Cinco, mas que permite, sobretudo, uma alternativa à mobilidade no interior das localidades, retirar tráfego do interior das localidades do Concelho entre a Laje e o nó do Estádio Nacional e isso a Senhora Vereadora não diz, o projeto está feito, foi a bandeira dela em dois mil e vinte e um e não diz que o trabalho de casa já está feito por parte do Município de Oeiras.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Temos ainda alguns constrangimentos para ultrapassar junto da Brisa e do IMT, designadamente, o nó que acaba por interferir com o nó das portagens, mas Senhora Vereadora, para perceber que a mobilidade de forma transversal é uma prioridade da qual o Município de Oeiras não abdica.-----

----- No que respeita à integração nesta Rede de Cidades e Vilas que Caminham é positiva esta integração, esta partilha de conhecimentos, porque é sempre louvável a partilha que podemos ter com outros concelhos, com outras boas práticas, porque temos que estar nestas associações de forma humilde para captar conhecimentos e captar boas práticas para o Município de Oeiras.- -----

----- No que respeita às questões mais técnicas eu não estou capacitada para responder, porventura, o arquiteto Luís Baptista Fernandes ou alguém da DOTPU, ou então depois respondemos.”-----

----- O **Senhor Presidente** disse: -----

----- “Não é necessário, não há aqui questões técnicas. -----

----- Só para dizer que a Senhora Vereadora tem toda a razão, Oeiras não é o céu, também não é o purgatório, não é o paraíso, quero eu dizer, é um Concelho onde se vive bem, com qualidade de vida, as pessoas gostam muito de viver aqui, mas ainda há coisas para fazer, se não houvesse coisas para fazer nós não estávamos cá. -----

----- Portanto, a ligação entre localidades que há uns anos atrás ainda estavam distantes entre umas e outras, cada vez mais a lógica é ligá-las mesmo pedonalmente. -----

----- Há meia dúzia de anos para vir de Porto Salvo para Cacilhas não havia passeios, a Medrosa para a Marginal não tinha passeios, Vila Fria/Leceia vai arrancar agora, está adjudicado e vai haver a ligação entre Vila Fria e Leceia. -----

----- Está prevista a ligação na Estrada Cento e Dezassete Um, de Carnaxide a Queluz de Baixo, mas é uma estrada extensa em que uma parte até está no território de Sintra, outra parte

está no território da Amadora, curiosamente apanha três concelhos. -----

-----Não é uma vergonha a Estrada da Costa que vai do Estádio Nacional até à Escola Dom Pedro Quinto, não é uma vergonha que não tenha passeios, já devia de ter passeios há muitos anos e não tem porquê? -----

-----Porque é do Estado e o Estado ainda não passou para a Câmara, estamos a negociar com o Estádio Nacional a possibilidade de eles nos autorizarem a fazer ali um rampeamento da encosta, porque tem ali uns muros, tem que se alargar uns dois metros, tem que se fazer um muro de suporte para se poder alargar e fazer os passeios. -----

-----Obviamente, que não está tudo feito neste Concelho, eu também digo que não há um papel no chão, mas há, se procurarmos muito bem há um papel no chão.-----

-----Não está tudo feito, pode-se fazer mais e melhor, claro, é isso que se está a fazer.” ---

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** mencionou: -----

-----“Acho que vale a pena dar aqui uma nota, até porque a Senhora Vereadora Carla Castelo já disse que ia votar contra, mas eu acho que devemos destacar aqui uma questão, nomeadamente os objetivos, porque, pelo menos a nós PSD, faz votar no sentido contrário, que é a favor da proposta e sendo os objetivos desta adesão à rede melhorar as condições de caminhabilidade na cidade, melhorar a qualidade de vida urbana, melhorar os parâmetros de saúde pública, universalizar a utilização de espaço público para todos, melhorar o comércio local através de centros comerciais ao ar livre, beneficiar a economia circular, diminuir a emissão de gases poluentes, contribuir para a igualdade de género, incrementar a intermodalidade, aumentar a segurança de circulação pedonal e viária, sensibilizar a população para os benefícios da caminhabilidade e cooperar com todas as entidades públicas e privadas para desenvolverem ações nesta matéria, isto obviamente, são para nós mais do que objetivos necessários para votar a favor, julgo que isto devia de ficar aqui referido.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** perguntou: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Já votámos?” -----

----- Respondendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Não foi votado porque eu interrompi, perguntei votos contra, não se chegou a votar, a Senhora Vereadora pediu a palavra.” -----

----- Dizendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

----- “Era para fazer uma declaração de voto se já tivermos votado.” -----

----- Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Faz a seguir à votação.”-----

----- Quando se adere a uma rede de municípios, seja ela de que natureza for, é ir de encontro aos objetivos dessa rede, não é que seja já um exemplo, mas é através dos objetivos dessa rede trabalhar, no sentido de atingir esses objetivos, no sentido de quem integra essa rede poder vir a ser o melhor aluno na matéria ou dos melhores alunos a par dos outros, é isso que nós pretendemos com esta situação.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal do Município de Oeiras do pedido de adesão à Rede de Cidades e Vilas que Caminham. -----

----- Submeter à fiscalização prévia do Tribunal de Contas. -----

----- A realização da despesa com o pagamento da quota anual de quatro mil e quinhentos euros, referente ao ano de dois mil e vinte e quatro, assim como o encargo a suportar anualmente, após a adesão, condicionado à concessão de Visto por parte do Tribunal de Contas. -----

----- A designação do Chefe da Divisão de Planeamento de Infraestruturas Urbanas e Mobilidade (DPIUM), engenheiro Nuno Graça, como gestor do contrato.-----

-----Nos termos das alíneas e), m) e p), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e da alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, conjugado com a alínea n), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Número um, do artigo quinquagésimo terceiro, número dois, do artigo quinquagésimo quarto, número dois, do artigo quinquagésimo sexto e artigo sexagésimo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e dos artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo, que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Artigos segundo a quinto e nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigo trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Nós, como eu comecei por dizer, concordamos com os objetivos e apesar de concordarmos com estes objetivos da Rede, não podemos avalizar uma adesão a uma rede de que não conhecemos o trabalho e não nos chegaram elementos que nos parecem essenciais para votar



Câmara Municipal
de Oeiras

favoravelmente. -----

----- Desde logo, o Senhor Presidente disse que não há nenhuma questão, há questões que foram colocadas, nomeadamente, dos órgãos sociais e da declaração de registo central de beneficiário efetivo.-----

----- Quando estamos a aderir a uma rede, mesmo que os objetivos dessa rede sejam perfeitamente de saudar, como é o caso, nós temos de perceber que se vai criar trabalho positivo para o Concelho, ainda por cima, tendo em conta este valor de quatro mil e quinhentos euros por ano, que é, como disse, acima daquilo que é habitual nestas redes. -----

----- Para nós, andar a pé, nomeadamente entre as localidades, é algo que a Câmara deve fazer ou permitir que as pessoas possam andar a pé entre as localidades, é algo que a Câmara deve fazer por todos os motivos e mais algum, desde logo, também o da igualdade de género, porque sabemos que as mulheres muitas vezes têm os filhos a cargo e até estão sozinhas como disse há pouco a Senhora Vereadora Carla Rocha e têm de se deslocar entre localidades, mas é importante termos os elementos essenciais para fazer esta adesão e não nos parece que estejam reunidos os elementos.” -----

----- Referindo o **Senhor Presidente**: -----

----- “A Senhora Vereadora põe aqui um problema que eu acho que tem razão, a questão dos órgãos sociais, porque isto é adesão, uma coisa é a criação da associação, o Município de Oeiras vai aderir e se vai aderir vai aderir a uma associação que já está constituída.”-----

----- Esclarecendo o **arquitecto Baptista Fernandes**: -----

----- “As questões que a Senhora Vereadora colocou na primeira vez que este assunto veio à Câmara, nós encaminhámos para o Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico e tanto quanto eu me lembro juntaram as peças todas, foi tudo junto para que esta proposta ficasse clarificada a esse nível.” -----

----- Observando o **Senhor Presidente**:-----

-----“Antes de ser remetido à Assembleia Municipal, porque isto tem que ir à Assembleia Municipal, tem que se juntar toda essa documentação.” -----

-----Perguntando o **arquiteto Baptista Fernandes**: -----

-----“Mas na proposta não foram entregues dados adicionais?” -----

-----Respondendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Não, o que consta nos anexos é o convite do ICBM, regulamento, carta de adesão a assinar pelo Presidente, ficha de cabimento, certidão e declaração emitidas pela Autoridade Tributária e Aduaneira e Segurança Social respetivamente, comprovativas da inexistência de dívidas junto desta entidade com provação da consulta eletrónica ao RCBE, declaração da inexistência de conflito de interesses conforme o modelo previsto no número dois do anexo treze ao CCP, aprovar a submissão à Assembleia Municipal, enviar ao Tribunal de Contas, aprovar a realização da despesa. -----

-----Não está aqui a referência à composição dos órgãos sociais.” -----

-----Mencionando a **doutora Sónia Carriço**: -----

-----“Foi enviado um email depois da reunião do dia seis com conhecimento da Vereação, precisamente, com as orientações, informações, a escritura pública, os estatutos e o RCBE, foi enviado e carregado no Salão Nobre.” -----

-----O **Senhor Presidente** perguntou: -----

-----“A Senhora Vereadora Carla Castelo não recebeu?” -----

-----Retorquindo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**: -----

-----“Aquilo que eu verifiquei, é que só estava em nome de uma pessoa, que é a Presidente da Associação.” -----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Só é remetido à Assembleia Municipal com toda essa documentação.” -----

19 - PROPOSTA N.º 1087/23 - DOT - MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE



**Câmara Municipal
de Oeiras**

O MUNICÍPIO DE OEIRAS E O INSTITUTO DE HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, I.P., PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO ACESSÍVEL ALGÉS/LINDA-A-VELHA, NOS TERRENOS DA EX-ESTAÇÃO RADIONAVAL “COMANDANTE NUNES RIBEIRO”: -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da ordem de trabalhos. -----

20 - PROPOSTA Nº. 1091/23 - UPGO - Pº. 2021/112-DGEP - REVISÃO DE PREÇOS (DEFINITIVA) RELATIVA À “ROTUNDA NORTE DE BARCARENA” :-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a revisão de preços definitiva no montante de dezassete mil quinhentos e cinquenta e sete euros e noventa e sete cêntimos, acrescido de IVA, no âmbito da empreitada número dois mil e vinte e um/cento e doze-DGEP - “Rotunda Norte de Barcarena”, conforme cálculo e o respetivo pagamento ao adjudicatário “Unikonstroi, Limitada”.-----

----- Nos termos dos artigos tricentésimo e tricentésimo octogésimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

21 - PROPOSTA Nº. 1092/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS DO CONCELHO PARA APOIO A AÇÕES DE MANUTENÇÃO/PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARBÓREO DO MUNICÍPIO DE OEIRAS: -----

----- I - Nesta votação não participaram os **Senhores Vereadores Armando Soares, Ana Filipa Laborinho e Susana Duarte** devido a ausência momentânea.-----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“A proposta refere aprovação do pagamento de subsídios às corporações de bombeiros pela rega de árvores, no valor global de quarenta mil e quinhentos euros. -----

-----Nesta proposta estamos também a aprovar o pagamento de reparações de viaturas. ---

-----A questão que fica é, por que é que a parte deliberativa não refere aprovar o pagamento de subsídios no valor global, subsídios mais reparações de setenta e nove mil seiscentos e oitenta e um euros e quarenta e quatro centimos. -----

-----Mais adiante depois as propostas mil e noventa e seis e mil e noventa e sete explicam a aprovação das restantes despesas, mas quanto a nós era preferível ter-se aglomerado as três propostas num bloco para ficar mais fácil de apreender.” -----

-----O **Senhor Presidente** perguntou: -----

-----“A qual proposta se refere, à mil e noventa e dois ou mil e noventa e três?”-----

-----Esclarecendo a **Senhora Vereadora Joana Baptista**: -----

-----“É a proposta mil e noventa e dois, que diz respeito à atribuição de comparticipação financeira para a rega.”-----

-----Inquirindo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Qual é a confusão?”-----

-----Respondendo a **Senhora Vereadora Joana Baptista**: -----

-----“Nenhuma, e nós temos propostas distintas para questões distintas.” -----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Claro, são propostas diferentes.”-----

-----Atalhando a **Senhora Vereadora Joana Baptista**:-----

-----“Não podemos colocar numa proposta assuntos diferentes.” -----

-----Concluindo o **Senhor Presidente**:-----

-----“E sempre assim foi.”-----

-----III - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do



Câmara Municipal
de Oeiras

Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar atribuição de subsídios no valor global de quarenta mil e quinhentos euros, sendo a distribuição pelas sete Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, a seguinte: -----

----- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Algés - cinco mil oitocentos e cinquenta euros; -----

----- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários “O Progresso Barcarenense” - oito mil duzentos e cinquenta euros; -----

----- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide - oito mil e quatrocentos euros; -----

----- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Dafundo - zero euros; -----

----- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora - quatro mil e cinquenta euros; -----

----- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras - seis mil quatrocentos e cinquenta euros; -----

----- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos - sete mil e quinhentos euros. -----

----- Nos termos da Lei número setenta e seis, de dois mil e dezassete, de dezassete de agosto. ---- -----

22 - PROPOSTA N.º 1093/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 33.ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e

abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o despacho de seis de dezembro de dois mil e vinte e três, da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/vinte e cinco mil e vinte e um, referente à trigésima terceira Alteração Orçamental Permutativa de dois mil e vinte e três, no valor movimentado de um milhão cinquenta mil quinhentos e quarenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos, na despesa. -----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----

-----Alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

23 - PROPOSTA Nº. 1094/23 - DRU - EMPREITADA “04/DRU/2021 - HABITAÇÃO JOVEM - ATLÉTICO CLUBE DE PORTO SALVO” - APROVAÇÃO DA 5ª. REVISÃO DE PREÇOS PROVISÓRIA: -----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a quinta revisão de preços provisória, no montante de oito mil quinhentos e setenta e sete euros e oitenta e oito cêntimos, a favor do adjudicatário “Ernesto Ribeiro Ferreira, Limitada”, acrescido de IVA no valor de quinhentos e catorze euros e sessenta e oito cêntimos, totalizando nove mil noventa e dois euros e sessenta e seis cêntimos, no âmbito da Empreitada de Habitação Jovem - Atlético Clube de Porto Salvo”.-----

-----Nos termos dos artigos tricentésimo, tricentésimo quadragésimo primeiro e tricentésimo octogésimo segundo, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro. -----

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Segundo o artigo sexto, do Decreto-Lei número seis, de dois mil e quatro, de seis de janeiro, os índices base devem reportar-se ao mês anterior ao da data limite fixada pra a entrega das propostas. -----

----- Como a data limite foi de catorze de junho de dois mil e vinte e um, os índices base dos salários e dos materiais devem reportar-se a maio de dois mil e vinte e um e não a junho de dois mil e vinte e um como consta nos cálculos.” -----

24 - PROPOSTA Nº. 1095/23 - UJ - FIXAÇÃO DOS VALORES PARA O PROJETO “EXPERIMENTA-TE 2024: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a fixação do preço de inscrição de dez euros, valor residual e igual para todas as atividades previstas para a Sexta Edição do Projeto “Experimenta-te”, a realizarem-se entre março e maio de dois mil e vinte e quatro, com o intuito de assegurar a acessibilidade da oferta à população alvo e, simultaneamente, promover a responsabilização e o estabelecimento de um compromisso por parte dos participantes. -----

----- Nos termos das alíneas d), e) e f), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea e), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigo vigésimo primeiro, número um, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Neste momento saíram da sala os **Vereadores Armando Soares, Ana Filipa**

Laborinho e Susana Duarte. -----

25 - PROPOSTA Nº. 1096/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALGÉS, PROGRESSO BARCARENENSE, DO DAFUNDO E DE OEIRAS PARA PARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DE LOGÍSTICA EM AÇÕES DE EMERGÊNCIA: -----

-----I - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar atribuição de apoios financeiros no montante global de mil quatrocentos e sessenta e um euros e cinquenta e quatro cêntimos, a entregar às seguintes entidades: -----

-----Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Algés - seiscentos e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos;-----

-----Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários Progresso Barcareense - trezentos e trinta euros; -----

-----Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Dafundo - quatrocentos euros;

-----Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Oeiras - cento e vinte e quatro euros; -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto.-----

-----II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Tenho que fazer declaração de voto relativamente a esta matéria, voto



Câmara Municipal
de Oeiras

favoravelmente, mas pelo menos até ontem à noite os documentos da Autoridade Tributária da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Algés e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Progresso Barcarenense estavam ambos caducados.” -----

----- O Senhor Presidente disse: -----

----- “Só recebem se tiverem tudo em dia.”-----

26 - PROPOSTA Nº. 1097/23 - SMPC - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALGÉS, DO DAFUNDO E DE OEIRAS PARA REPARAÇÃO DE VIATURAS E EQUIPAMENTOS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a atribuição de apoio financeiro no montante global de trinta e nove mil cento e oitenta e um euros e quarenta e quatro centímetros, a entregar às seguintes entidades:-----

----- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Algés - dez mil cinquenta e oito euros e cinquenta e oito centímetros; -----

----- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Dafundo - catorze mil novecentos e vinte e sete euros e noventa e sete centímetros; -----

----- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oeiras - catorze mil cento e noventa e quatro euros e oitenta e nove centímetros. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea j) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), pela Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo segundo, número um, da Lei número trinta e dois, de dois mil e sete, de dezoito de agosto e artigo sétimo, da Lei número noventa e quatro, de dois mil e quinze, de treze de agosto.- -----

-----Neste momento entraram da sala os **Senhor Vereadores Armando Soares, Susana Duarte e Ana Filipa Laborinho.**-----

27 - PROPOSTA Nº. 1098/23 - DBPL - ADESÃO DAS BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE OEIRAS À REDE DE BIBLIOTECAS DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou: -----

-----“Queremos saudar esta iniciativa que nos parece bastante importante e não podia deixar passar o momento de saudar e também o trabalho que as Bibliotecas de Oeiras fazem, por isso, deixo aqui os parabéns e a saudação.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** referiu:-----

-----“Queria salientar principalmente um dos objetivos presentes nesta proposta, que é a criação de um agregador de catálogos “online”, iniciativa da DGLAB que permitirá realizar pesquisas bibliográficas em todos os catálogos das bibliotecas municipais na Área Metropolitana de Lisboa. - -----

-----Isto é para mim, provavelmente, um dos mais importantes objetivos, eu defendo isto há mais de dez anos e é um caminho que todas as bibliotecas portuguesas devem de adotar, pois se as bibliotecas querem ser verdadeiramente um espaço de divulgação e promover a cultura de livre acesso devem pensá-lo no Século Vinte e Um, que já não se coaduna com o facto de cada biblioteca e arquivo em Portugal ter um catálogo diferente e isolado que, para quem faz investigação em Portugal obriga a uma consulta em média de mais de cem catálogos “online”, sendo que hoje e com a tecnologia que já dispomos é relativamente simples conseguir congregar a ligação entre catálogos e aquilo que eu sempre defendi, a criação do catálogo único nacional, encaminhando para cada acervo de cada biblioteca e de cada arquivo, facilitando assim a vida aos investigadores e a quem simplesmente quer pesquisar e ter acesso a essa informação. -----

-----Por isso, eu acho que é um importante passo para um longo processo que acredito ser nacional e fico muito contente que as Bibliotecas Municipais de Oeiras, deem este pequeno passo



Câmara Municipal
de Oeiras

para facilitar a investigação em Portugal.” -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** mencionou: -----

----- “Este é um projeto que nasce no seio da Área Metropolitana de Lisboa, mas na discussão com os colegas das Câmaras da Área Metropolitana de Lisboa e os vários Dirigentes da Área da Cultura e dos Serviços de Bibliotecas, também nos fomos apercebendo até este momento agora da adesão a este projeto, de que o nível de investimento municipal de Oeiras, no fundo, das suas bibliotecas e o rácio da sua coleção por habitante é muito superior àquilo que é a média da Área Metropolitana de Lisboa, portanto, sentimos também que a nossa missão neste grupo metropolitano, particularmente neste tema das bibliotecas é pressionar e sensibilizar as outras Câmaras Municipais da AML para se aproximarem daquilo que são os níveis de investimento por habitante que a Câmara Municipal de Oeiras faz no seu Serviço de Bibliotecas, no seu acervo e naquilo que disponibiliza ao seus munícipes.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a adesão ao acordo de cooperação com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e demais municípios que a integram com vista à constituição da Rede das Bibliotecas Públicas da AML. -----

----- A minuta de acordo de cooperação para constituição da referida Rede das Bibliotecas Públicas da AML e respetivo anexo. -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, números um e dois, alíneas d) e e), e trigésimo terceiro, número um, alíneas r), t) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Lei número cento e sete, de dois mil e um, de oito de setembro. -----

-----Número um, do artigo vigésimo segundo-A, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

-----Número um, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. -----

28 - PROPOSTA Nº. 1099/23 - DPE - Pº. 03/DPE/2021 - PALÁCIO DOS ACIPRESTES - PÁTIO DAS AMENDOEIRAS - ADAPTAÇÃO A ESPAÇO MULTIUSOS - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE APROVAÇÃO PELO SR. PRESIDENTE: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o despacho exarado na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/vinte e quatro mil trezentos e vinte e sete. -

-----A prorrogação solicitada pela empresa “Now XXI - Engenharia & Construções, Limitada”, com base no parecer da Fiscalização suportado pela indefinição da data da aprovação dos ramais de ligação da rede elétrica por parte da E-Redes, dilatando o prazo da obra por mais setenta e seis dias até ao dia treze de fevereiro de dois mil e vinte e quatro.-----

-----Os novos mapas de trabalhos, mão-de-obra, equipamento e pagamentos, bem como o novo cronograma financeiro.-----

-----A ratificação da adenda ao contrato.-----

-----Nos termos da alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Número um, do artigo trigésimo sexto, alínea c), do número um, do artigo tricentésimo décimo primeiro, com os fundamentos da alínea a), do artigo tricentésimo décimo segundo, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

-----Artigo décimo oitavo, do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e



Câmara Municipal
de Oeiras

nove, de oito de junho. -----

----- Número três, do artigo trigésimo quinto, do Regime Jurídico das Autarquias Locais conjugado com o artigo centésimo sexagésimo quarto, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

29 - PROPOSTA Nº. 1100/23 - DRU - EMPREITADA “28/DRU/2021 - REFORMULAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL - LAJE” - APROVAÇÃO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES, TRABALHOS A MENOS E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** alegou o seguinte:-----

----- “Esta proposta ao propor uma prorrogação do prazo, não indica se se trata de uma prorrogação legal, isto é, com efeitos sobre a revisão de preços e consequentemente com um agravamento de encargos ou se é uma revisão graciosa e, portanto, sem efeitos na revisão de preços. --- -----

----- Sabe se terá ou não efeitos na revisão de preços, porque é uma informação, que nos parece que devia constar das propostas de deliberação a propor as prorrogações de prazo.” -----

----- O **Senhor Presidente** questionou: -----

----- “Está alguém do Departamento de Projetos Especiais? -----

----- Se não está, vamos votar e os Serviços irão informar a Senhora Vereadora Carla Castelo depois de recolher essa informação.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a execução dos trabalhos complementares no valor de duzentos e setenta e seis mil seiscientos e sessenta e oito euros e trinta e dois cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- Os trabalhos a menos no valor de duzentos e dezanove mil oitocentos e quarenta

euros e setenta cêntimos, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.-----

-----A prorrogação do prazo para a execução da empreitada Reformulação do Campo de Futebol - Laje, em oitenta e nove dias, ou seja, até dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e quatro e a nova calendarização do Plano de Trabalhos. -----

-----A minuta da adenda ao contrato com a empresa “Alexandre Barbosa Borges, Sociedade Anónima.-----

-----Nos termos da alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Alínea c), do número um, do artigo tricentésimo décimo primeiro, nos casos previstos na alínea c), do artigo tricentésimo décimo segundo. -----

-----Números um, dois e quatro, do artigo tricentésimo septuagésimo, dos artigos números tricentésimo septuagésimo terceiro, tricentésimo septuagésimo quarto, tricentésimo septuagésimo oitavo e tricentésimo septuagésimo nono, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

30 - PROPOSTA Nº. 1101/23 - DCA - CEDÊNCIA DE SALAS NO CENTRO CULTURAL DA RIBEIRA DA LAGE, EM REGIME DE COMODATO A ASSOCIAÇÕES CULTURAIS LOCAIS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a ocupação de salas, no Centro Cultural da Lage, pelas seguintes entidades:-----

-----Sala um - Associação Irmão do Meio - Teatro Bastardo;-----

-----Sala oito - Associação Cultural e Recreativa da Ribeira da Lage;-----

-----Sala de Reuniões - Ermida, Associação Cultural; -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A celebração de contratos de comodato das salas do Centro Cultural da Ribeira da Lage com todas as associações residentes. -----

----- Nos termos das alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

----- Artigo quinto, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.- -----

----- Alíneas c), do número dois, do artigo quarto e c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos.-----

31 - PROPOSTA Nº. 1102/23 - DMAG - TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A FAVOR DA AMTRES - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE CASCAIS, MAFRA, OEIRAS E SINTRA PARA O TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência financeira a favor da AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento dos Resíduos Sólidos, no montante de quinhentos e seis mil e cinquenta euros, nos termos do deliberado na Assembleia Intermunicipal da AMTRES, de trinta de outubro de dois mil e vinte e três.-----

----- Submeter à Assembleia Municipal a proposta de deliberação e documentos anexos, para conhecimento. -----

----- Nos termos da alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e artigos

trigésimo segundo e centésimo décimo, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigo quadragésimo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

32 - PROPOSTA Nº. 1103/23 - DMEDSC - CONTRATO Nº. 581/2023 - 1º. ADICIONAL AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS “IN HOUSE”, Nº. 370/2023, DE 31 DE MAIO, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A “OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.”, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOGÍSTICA E APOIO À REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES E EVENTOS CULTURAIS, RECREATIVOS E DESPORTIVOS - RATIFICAÇÃO-SANAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE: -----

-----I - A Senhora Vereadora Carla Castelo mencionou o seguinte: -----

-----“Esta proposta suscitou-nos um série de dúvidas, desde logo, por que é que só aparece agora nesta última reunião do ano, além disso, também não se compreende por que é que o processo só foi desencadeado a vinte e oito de julho de dois mil e vinte e três com a informação de dezasseis mil seiscentos e vinte e um, sendo certo que há muito se sabia do envolvimento da Câmara na Jornada Mundial da Juventude e, portanto, não haveria necessidade de recurso ao regime de exceção previsto no artigo trigésimo quinto, número três, da Lei setenta e cinco, de dois mil e treze. -----

-----Parece-nos estranho que na informação referida se afirme que a despesa de cinquenta e cinco mil setecentos e setenta e dois euros já se encontrava prevista na dotação das GOP de doze de abril de dois mil e vinte e dois, contrato “In House” com a Oeiras Viva, não deixa de ser estranho isto.-----

-----A ratificação do despacho do Presidente deveria ter sido feita na reunião de seis de setembro de dois mil e vinte e três, com tantas ratificações de despachos ocorridas desde essa



Câmara Municipal
de Oeiras

altura, não percebemos como é que esta escapa, não sei se foi um lapso, enfim, mais de três meses e só se dá conta nesta última reunião do ano, é uma questão que não compreendemos. -----

----- Na tal informação dezasseis mil cento e vinte e um, de dois mil e vinte e três, consta que o valor orçamentado é de cinquenta e cinco mil setecentos e setenta e dois euros, com IVA a vinte e três por cento incluído. -----

----- Na cláusula segunda do contrato diz que o valor dos serviços complementares é de cinquenta e cinco mil setecentos e setenta e dois euros, acrescido do IVA, dado que o valor dos serviços foi determinado pela aplicação das tabelas, cujos valores unitários incluíam o IVA, parece-nos a nós que há aqui um erro na cláusula segunda do contrato e esse erro poderá custar à Câmara mais doze mil oitocentos e vinte e sete euros e cinquenta e seis cêntimos. -----

----- Realmente, os valores estão de acordo com as tabelas em vigor, mas parece-nos haver aqui umas discrepâncias, as nossas dúvidas são estas.” -----

----- O **Senhor Vereador Pedro Patacho** teceu o seguinte comentário: -----

----- “Porquê só em julho é que este assunto foi suscitado? -----

----- Porque só em julho é que houve uma perceção mais clara daquilo que eram os índices de ocupação dos equipamentos e em quais os equipamentos e, por isso, também uma perceção mais clara dos serviços necessários. -----

----- A questão não é bem essa, a questão que suscita mais perplexidade é como a Senhora Vereadora questionou, por que razão é que estamos agora em dezembro a aprovar esta minuta. ---

----- A Senhora Vereadora questionou se não seria um lapso, pois claro que é, leu certamente a proposta de deliberação e é isso que está cá escrito, tudo foi preparado, fez-se a avaliação dos serviços necessários, obteve-se o despacho do Senhor Presidente, ter-se-ia que ratificar o ato em setembro na primeira reunião de Câmara e diz na proposta de deliberação que isso não aconteceu, por lapso. -----

----- Houve aqui um problema de comunicação entre os Serviços e o assunto acabou por

não ser tratado como devia ter sido em setembro e, por isso, é essa a razão de vir agora, não devia ter vindo, é verdade, devia ter vindo em setembro, mas houve aqui um lapso, o que interessa agora é corrigir.” -----

-----Acrescentando o **Senhor Presidente**: -----

-----“Ficam registadas as preocupações da Senhora Vereadora Carla Castelo e os Serviços não farão o pagamento enquanto não for verificado se há algum fundamento naquilo que disse.” -

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a ratificação-sanação, com efeitos retroativos da autorização da aquisição à “Oeiras Viva, Empresa Municipal” de serviços complementares ao contrato de prestação de “In House” número trezentos e setenta, de dois mil e vinte e três, de trinta e um de maio, nos domínios de logística e apoio à execução das ações decorrentes do envolvimento do Município nas Jornadas Mundiais da Juventude, no montante de cinquenta e cinco mil setecentos e setenta e dois euros e aprovou a respetiva minuta de contrato a outorgar, praticado por despacho de vinte e oito de julho de dois mil e vinte e três, aposto na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/dezasseis mil cento e vinte e um, de vinte e oito de julho. -----

-----Nos termos da alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, número três, do artigo trigésimo quinto, do Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

-----Números um, três, seis, do artigo quinto-A e artigo quinto-B, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Números dois e três, do artigo trigésimo sexto, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais. -----

-----Artigos centésimo sexagésimo quarto, centésimo sexagésimo oitavo, centésimo



Câmara Municipal
de Oeiras

sexagésimo nono e centésimo septuagésimo, do Código do Procedimento Administrativo. -----

33 - PROPOSTA Nº. 1104/23 - GMA - RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 3º. TRIMESTRE DE 2023, DA MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte:-----

----- “Na realidade, não tive tempo para fazer uma leitura mais atenta, mas parece-me importante, até porque no relatório trimestral é dito: “...Este ano de dois mil e vinte e três, a empresa tem vindo a apresentar resultados trimestrais negativos, sendo que neste período o resultado líquido agravou-se...” -----

----- Acho que é importante saber em que pé é que está a auditoria, se já foi entregue o relatório para termos um quadro geral sobre a gestão desta empresa e também as suas relações com o Município.” -----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**:-----

----- “Eu não posso dar nenhum ponto de situação da auditoria, porque ela ainda está a decorrer, quando estiver concluída e, julgo que neste momento está numa fase de contraditório, será enviado um relatório ao Município, neste momento, como já disse, está numa fase de contraditório e está a decorrer no tempo. -----

----- Da minha parte o que tenho feito é, de alguma forma, mostrar que é preciso acelerar esse processo e cumprir os prazos que estavam estabelecidos na auditoria, logo que ela esteja pronta, a Câmara Municipal terá conhecimento da mesma e quais as medidas que serão preconizadas.” -----

----- II - Por proposta subscrita pelo **Senhor Presidente** a Câmara tomou conhecimento do Relatório Trimestral de Execução Orçamental referente ao terceiro trimestre de dois mil e vinte e três, da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, tendo em vista o acompanhamento e controlo da atividade da

entidade participada.-----

-----Submeter à Assembleia Municipal de Oeiras, a proposta de deliberação e documentos anexos à mesma, para apreciação, no âmbito das respetivas competências em matéria de acompanhamento, controlo e fiscalização da atividade das empresas municipais. -----

-----Nos termos da alínea e), do número um, do artigo quadragésimo segundo, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais. -----

-----Alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais. -----

34 - PROPOSTA N.º 1105/23 - DGP - REGULAMENTO INTERNO RELATIVO À APLICAÇÃO DA PRÉ-REFORMA:-----

-----I - O Senhor Vereador Armando Soares usou da palavra para dizer o seguinte: -----

-----“O Regulamento que nós preparamos para aprovar, nesta matéria, diz a história a ser feita no Município de Oeiras. -----

-----A verdade é que todos temos consciência, que os quadros do Município também têm vindo a envelhecer ao longo dos tempos e é perfeitamente justo que, com calma, o Município vá averiguando casos, que é aquilo que manifestamos nesta proposta de regulamento, no mínimo vinte anos de presença no Município de Oeiras, no mínimo também a idade de sessenta e cinco anos, que é a que foi prevista na lei para pedir incapacidade, igual ou superior a sessenta por cento comprovada por atestado médico de incapacidade multiusos, porque temos que beneficiar em primeiro lugar, aqueles que já estão com a situação clínica com grande reserva.-----

-----Entendemos que é da mais elementar justiça, podendo os cofres do Município, neste momento, para aquilo que temos catalogado como os casos existentes, é possível começar aos poucos a atribuir a pré-reforma, convém referir, porque eles não devem estar bem esclarecidos, a pré reforma é paga pelos cofres do Município, não é paga pelos cofres do Estado Central, portanto, nesta matéria, acredito que também estamos a fazer história, são poucos os Municípios



Câmara Municipal
de Oeiras

que têm este regulamento. -----

----- Nós estudamos o de Penacova, Vila Real, Vila Verde, Miranda do Corvo, o Município do Funchal e gostava também a esse propósito de cumprimentar e de agradecer o trabalho da doutora Joana Barata jurista recente na DGP, naturalmente coadjuvada pela sua chefe doutora Margarida Ribes que fizeram um grande trabalho e, portanto, é tudo quanto me apraz dizer nesta fase, é da mais elementar justiça e ainda bem que podemos fazer.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Armando Soares**, aprovar o Regulamento Interno relativo à aplicação da Pré-Reforma, que estabelece os critérios por que se pautará a aplicação deste instrumento no Município de Oeiras, e que seja dado conhecimento a todos os trabalhadores. -----

----- Nos termos da Lei número trinta e cinco, de dois mil e catorze, de vinte de junho. ----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta e nove, de setenta e dois, de nove de dezembro. -----

----- Decreto-Regulamentar número dois, de dois mil e dezanove, de cinco de fevereiro. --

35 - PROPOSTA Nº. 1106/23 - DMOGAH - MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO PARA A GESTÃO PARTILHADA DE ÁREAS SOB JURISDIÇÃO DA APL - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE LISBOA, S.A., NO MUNICÍPIO DE OEIRAS, NO ÂMBITO DA REQUALIFICAÇÃO DO ESTACIONAMENTO E ZONA ENVOLVENTE DO PASSEIO MARÍTIMO DE ALGÉS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando

Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a minuta do Contrato Interadministrativo para a Gestão partilhada de áreas sob jurisdição da APL - Administração do Porto de Lisboa, Sociedade Anónima, no Município de Oeiras, no âmbito da Requalificação do estacionamento e zona envolvente do Passeio Marítimo de Algés.-----

-----Nos termos da alínea a), do número dois, do artigo sexagésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de setembro, com redação alterada pela Lei número cinco-A, de onze de janeiro. -----

-----Artigo vigésimo sétimo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto.-- -----

-----Decreto-Lei número quarenta e quatro, de dois mil e cinco, de vinte e três de fevereiro. -- -----

-----Decreto-Lei número trezentos e trinta e seis, de noventa e oito, de três de novembro, e número um, do artigo décimo terceiro, da Lei número cinquenta e oito, de dois mil e cinco, de vinte e nove de dezembro.-----

-----Artigo vigésimo sétimo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto, e do artigo quinto, número um, alínea d) e número três, alínea c), do Decreto-Lei número quarenta e quatro, de dois mil e cinco, de três de fevereiro. -----

36- PROPOSTA Nº. 1107/23 - UPGO - Pº. 05188/UPGO/20 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DIREÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA OBRA DO FÓRUM MUNICIPAL “SERVIÇOS COMPLEMENTARES E CORRESPONDENTE PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL:-----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da ordem de trabalhos. -----

37 - PROPOSTA Nº. 1108/23 - DCS - FUNDO DE EMERGÊNCIA SOCIAL - REFORÇO DE



Câmara Municipal
de Oeiras

VERBA A ENTIDADES PARCEIRAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira, no montante global de cento e setenta mil euros, às seguintes entidades, no âmbito do Fundo de Emergência Social: -----

----- Centro Social Paroquial Cristo Rei de Algés - dezanove mil euros; -----

----- Centro Social e Paroquial de Barcarena - quinze mil euros;-----

----- APOIO - Centro de Solidariedade Social - cinco mil euros; -----

----- Centro Social Paroquial São Romão de Carnaxide - cinco mil euros; -----

----- Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Cabo - doze mil euros;-----

----- Centro Social e Paroquial São Julião da Barra - quarenta e dois mil euros;-----

----- Núcleo de Instrução e Beneficência - quarenta e dois mil euros; -----

----- Centro Comunitário Paroquial Nossa Senhora das Dores - cinco mil euros; -----

----- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo - vinte mil euros;-----

----- Centro Social Paroquial São Miguel de Queijas - cinco mil euros; -----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.---

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos. ----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do

Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

38 - PROPOSTA Nº. 1109/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO POMBAL XXI, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO BAIRRO FELIZ, EM 2024:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira no valor de trinta e cinco mil seiscientos e sessenta euros, à Pombal Vinte e Um - Associação dos Moradores dos Bairros do Pombal e Bento de Jesus Caraça, para implementação do projeto Bairro Feliz. -----

-----A nomeação de Cristina Ribeiro, Técnica Superior da DCS, para gestora do contrato.

-----A minuta de contrato de comparticipação financeira.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. --

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -- -----

-----Artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo



Câmara Municipal
de Oeiras

Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo, e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigo quinto, número quatro, alínea c), do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.- -----

39 - PROPOSTA Nº. 1110/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO ROMÃO DE CARNAXIDE, APOIO PARA A AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE LAVAR ROUPA E MÁQUINA DE SECAR ROUPA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição da comparticipação financeira, ao Centro Social e Paroquial de São Romão de Carnaxide, no montante de nove mil setecentos e quarenta e um euros e quarenta cêntimos, correspondente a cinquenta por cento do valor global de aquisição de máquina de lavar roupa de catorze quilogramas e de máquina de secar roupa de catorze quilogramas. -----

----- A minuta do termo de aceitação. -----

----- Nos termos da alínea h), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo

Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

40 - PROPOSTA N.º 1111/23 - DCS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO JULIÃO DA BARRA, PARA CELEBRAÇÃO DE CEIA DE NATAL 2023: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira ao Centro Social e Paroquial de São Julião da Barra, no valor de seiscentos e cinquenta euros, para celebração de Ceia de Natal dois mil e vinte e três.-----

-----A minuta do termo de aceitação. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte



Câmara Municipal
de Oeiras

e um de junho. -----

----- Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto e quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigo quinto, número quatro, alínea c), do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.- -----

41 - PROPOSTA Nº. 1112/23 - DCA - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE PROGRAMAÇÃO DO TEATRO DRAMA X, ASSOCIAÇÃO - PROGRAMAÇÃO TEATRAL NO AUDITÓRIO MUNICIPAL EUNICE MUÑOZ:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar para o ano de dois mil e vinte e três, a comparticipação financeira no valor de cento e trinta e cinco mil euros, à Teatro Drama X - Centro Dramático de Estudos e Produção de Artes de Oeiras, Associação, faseada da seguinte forma: -----

----- Primeira fase - setenta e cinco mil euros, no momento da assinatura do protocolo, correspondente ao apoio de funcionamento de sala e da operação dos equipamentos técnicos nela instalados, nas atividades de iniciativa e/ou apoiadas pelo Município de Oeiras e à produção da peça “Boleros, Mentiras e Vídeos Caseiros”;-----

-----Segunda fase - cinquenta mil euros, até trinta de dezembro de dois mil e vinte e três, correspondente ao apoio da produção da peça “Amigos com Benefícios”; -----

-----Terceira fase - dez mil euros, após receção do relatório de atividades desenvolvidas no âmbito do Protocolo e de Relatório Preliminar de Contas dois mil e vinte e dois, até trinta de abril de dois mil e vinte e quatro;-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo que remetem para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Artigos segundo, números um e dois, terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário.- -----

-----Artigo primeiro, alínea a), do número um, do artigo terceiro e artigos quinto e oitavo, da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, alterada pela Lei número cinquenta e oito, de dois mil e vinte, de trinta e um de agosto. -----

42 - PROPOSTA N.º 1113/23 - UGPE - CONTRATO N.º 1081/2021, DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A FACULDADE DE MOTRICIDADE



Câmara Municipal
de Oeiras

HUMANA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA - PROTOCOLO ADICIONAL AO PROTOCOLO Nº. 36/2020 (PROTOCOLO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CAMPUS DAS TECNOLOGIAS DA MOTRICIDADE HUMANA E DO DESPORTO) - MODIFICAÇÃO OBJETIVA PARA REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a reprogramação financeira do Contrato número mil e oitenta e um, de dois mil e vinte e um, aditado, de comparticipação financeira entre o Município de Oeiras e a Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa - Protocolo Adicional ao Protocolo número trinta e seis, de dois mil e vinte (Protocolo para o desenvolvimento do Campus das Tecnologias da Motricidade Humana e do Desporto), transitando o montante de quatro milhões e duzentos mil euros, do ano de dois mil e vinte e três para os anos de dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis, e consequente modificação objetiva do contrato. -----

----- A minuta do segundo aditamento ao contrato de comparticipação financeira número mil e oitenta e um, de dois mil e vinte e um.-----

----- Nos termos das alíneas d), e), f), m) e n), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do Regime Jurídico das Autarquias Locais. ----

----- Alínea a), do número um, do artigo tricentésimo décimo primeiro e alíneas a) e c), do artigo tricentésimo décimo segundo, do Código dos Contratos Públicos. -----

43 - PROPOSTA Nº. 1114/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NA RUA ANTÓNIO GOMES LEAL, Nº. 9, R/C ESQ., BAIRRO DE SÃO MARÇAL: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente,

do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a elaboração do contrato de arrendamento apoiado, a celebrar relativo ao fogo sito na Rua António Gomes Leal, número nove, rés-do-chão esquerdo, no Bairro de São Marçal. -----

-----A fixação da renda em regime de arrendamento apoiado no valor de cento e cinquenta e um euros e trinta e dois cêntimos. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

44 - PROPOSTA Nº. 1115/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA INFANTE SANTO, Nº. 32, R/C FTE., NO BAIRRO CASAL DA MEDROSA:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar atribuição do fogo T Um, sito na Rua Infante Santo, número trinta e dois, rés-do-chão frente, no Bairro Casal da Medrosa. -----

-----A fixação da renda, em regime de arrendamento apoiado, no valor de cento e quarenta e oito euros e oitenta e quatro cêntimos. -----

-----A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e



Câmara Municipal
de Oeiras

cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

45 - PROPOSTA Nº. 1116/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA AV. DIOGO LOPES SEQUEIRA, Nº. 82, 1º. DTº., NO BAIRRO DOS NAVEGADORES:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a atribuição do fogo T Dois, sito na Avenida Diogo Lopes Sequeira, número oitenta e dois, primeiro direito, no Bairro dos Navegadores, condicionada ao reajustamento para tipologia adequada (T Um) quando se verifique essa disponibilidade. -----

----- A elaboração de contrato de arrendamento apoiado. -----

----- A fixação da renda mensal no valor de nove euros e sessenta e um cêntimos, calculada de acordo com os rendimentos atualizados do agregado familiar. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro -----

----- Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto.-----

46 - PROPOSTA Nº. 1117/23 - DGSH - ATRIBUIÇÃO DO FOGO SITO NA RUA ALBERTO OSÓRIO DE CASTRO, Nº. 5, 1º. B, NO BAIRRO DE SÃO MARÇAL:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla

Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a elaboração do contrato de arrendamento apoiado, relativo ao fogo T Três, sito na Rua Alberto Osório de Castro, número cinco, primeiro B, no Bairro de São Marçal, condicionado à transferência para fogo de tipologia adequada T Um. -----

-----A fixação da renda mensal no valor de cento e seis euros e setenta e sete cêntimos, calculada com base nos rendimentos atualizados deste agregado.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e um, de dois mil e catorze, de dezanove de dezembro, na redação da Lei número trinta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de agosto. -----

47 - PROPOSTA Nº. 1118/23 - DGSH - VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL T4, SITA NA RUA DA MADEIRA, Nº. 1, R/C ESQº., NO BAIRRO DA MEDROSA:-----

-----I - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a compra e venda da habitação municipal T Quatro, situada na Rua da Madeira, número um, rés-do-chão esquerdo, no Bairro da Medrosa, em Oeiras, ao atual arrendatário, pelo preço de setenta e seis mil oitocentos e sete euros e oitenta e oito cêntimos. ----

-----Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Artigos segundo e quinto, do Decreto-Lei número cento e nove, de noventa e sete, de oito de maio.-----



**Câmara Municipal
de Oeiras**

----- II - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Pretendo fazer declaração de voto relativamente a este voto contra. -----

----- Nós já aqui falámos deste assunto, sendo Oeiras um dos Municípios com preços das rendas mais elevados do País, estando as pessoas a enfrentar uma grave crise económica e custos elevadíssimos com arrendamento, ou no caso de quem adquiriu casa com os empréstimos à banca, sabemos a importância de garantir o direito à habitação e o Senhor Presidente e o restante Executivo sabem tão bem como eu, aliás, referem muitas vezes a questão da habitação e a importância que o Município tem dado ao longo destas décadas. -----

----- Oeiras está a construir habitação municipal. Isso é positivo. Já o disse também, terá sempre o nosso apoio, desde que o faça em respeito pelos instrumentos de gestão de ordenamento do território em terrenos urbanos com acesso a transporte público e a serviços essenciais. -----

----- Temos sido alertados para situações de pessoas inscritas na habitação pública há vários anos que ainda não tiveram acesso, certamente, porque têm outras pessoas à frente com motivos prioritários. -----

----- Mas para nós não faz qualquer sentido estarmos a alienar habitação municipal para o mercado privado. Temos sim de garantir uma cada vez maior percentagem de habitação pública.

----- Em Oeiras sabemos que é a mais elevada do País, mas temos que continuar e reforçar essa percentagem de habitação pública, o que se faz não apenas construindo nova habitação, mas também reconvertendo imóveis do Estado para habitação pública e reabilitando e conservando esse património, conservar na posse do Município estas casas dos Bairros Municipais, portanto, não podemos aprovar a venda de casas de habitação municipal e, por isso mesmo o nosso voto contra, nesta e na proposta seguinte.” -----

----- O **Senhor Presidente** esclareceu: -----

----- “Eu respondo como sempre. -----

-----Trata-se de casas em prédios mistos, exclusivamente, em que, para a Câmara Municipal é muito mais dispendioso ter estas casas em prédios mistos e, portanto, são alienadas exclusivamente nesses prédios e, portanto, não é vendido uma única casa de prédios que sejam integralmente da Câmara Municipal, porque a dada altura, o ónus de recuperação do prédio é da Câmara Municipal. -----

-----Eu quero dizer que nós vamos voltar à fase de venda. Vamos lá ver. Nós, neste momento, estamos a construir para arrendamento apoiado, arrendamento acessível, mas é proposta da Câmara Municipal para famílias que tenham condições de adquirir a custos controlados, basta ter um rendimento que permita pagar uma renda, por exemplo, setecentos euros, se a Câmara Municipal conseguir colocar no mercado casas que correspondam a esse setor familiar que pode comprar, a Câmara Municipal irá construir casas desse tipo para vender às famílias que possam comprar. -----

-----A classe média é uma demonstração também que é possível construir mais barato em terrenos, com certeza municipais, do que aquilo que são preços de venda no mercado dos terrenos urbanos, solos urbanos, altamente valorizados com mais de mil euros, o metro quadrado, é possível disponibilizar terrenos mais baratos nessas condições.-----

-----Faz parte da nossa política colocar à venda também alguns apartamentos destinados a famílias da classe média, mas neste caso concreto a venda é feita, porque são prédios mistos e à Câmara Municipal não nos interessa ter uma solução conflituosa dentro dos prédios, mas temos toda a autoridade, porque já se apercebeu, estamos a fazer setecentas e tal casas, além das centenas que fazemos ao nível da habitação jovem.”-----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** questionou:-----

-----“Agora são prédios mistos, porquê? -----

-----Eram prédios mistos logo no início?” -----

-----O **Senhor Presidente** respondeu:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Não Senhora Vereadora, são prédios mistos porque num determinado momento, a Câmara Municipal, justamente para angariar recursos para fazer novas casas, porque nós passámos o ciclo de barracas, realojaram-se as famílias e nós temos que atuar de acordo com a época e há vinte ou trinta anos, se havia uma família que estava a pagar uma renda apoiada de trezentos euros, mas chegavam ao banco e o banco lhe emprestavam dinheiro necessário para comprar casa à Câmara com uma amortização correspondente aos trezentos euros, obviamente que era um fator de progresso social a própria família estar a comprar a sua casa e ao fim de vinte e cinco anos era dona de casa, porque a viver numa casa da Câmara nunca mais era proprietária e com o dinheiro da venda da casa, a Câmara Municipal fazia outras casas e, portanto, era esta a política. --- -----

----- Ora bem, hoje em dia, com a situação alterada como aconteceu, não faz sentido a Câmara Municipal vender estas casas, mas na altura fazia.” -----

48 - PROPOSTA Nº. 1119/23 - DGSH - VENDA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL T2, SITA NA RUA DA LIBERDADE, Nº. 22, 3º. ESQº., NO BAIRRO ENCOSTA DA PORTELA: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Carla Rocha**, aprovar a compra e venda da habitação municipal T Dois, sita na Rua da Liberdade, número vinte e dois, terceiro esquerdo, no Bairro Encosta da Portela, em Carnaxide, ao atual arrendatário, pelo preço de setenta e um mil dezasseis euros e quinze cêntimos. - -----

----- Nos termos do artigo trigésimo terceiro, número um, alínea g), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número oitenta e cinco-A, de dois mil e vinte e dois, de vinte e dois de dezembro. -----

-----Artigos segundo e quinto, do Decreto-Lei número cento e nove, de noventa e sete, de oito de maio.-----

-----Nesta momento saiu da sala a **Senhora Vereadora Susana Duarte**.-----

49 - PROPOSTA N.º 1120/23 - DP - CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE - NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE OEIRAS:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar e submeter à autorização da Assembleia Municipal a constituição de um direito de superfície sobre o prédio urbano, com aproximadamente seis mil trezentos e catorze vírgula oitenta e cinco metros quadrados, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número seis mil cento e vinte e oito, da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra e inscrito na matriz da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sob o artigo sete mil quatrocentos e oitenta e cinco, correspondendo ao Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, a favor da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Oeiras, tendo em vista a instalação naquele prédio do Novo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Oeiras.-----

-----Os termos da constituição de direito de superfície a celebrar.-----

-----Submeter a minuta do contrato de constituição do direito de superfície ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização prévia.-----

-----Nos termos da alínea c), do número um, do artigo quadragésimo sexto, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto.-----

-----Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto.-----

-----Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Lei número trinta e um, de dois mil e catorze, de trinta de maio.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Alínea b), do número dois, do artigo sexto, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Alínea i), do número um, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

50 - PROPOSTA Nº. 1121/23 - DP - CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE - ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE OEIRAS: -----

----- I -- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte: -----

----- “Eu não consegui abrir o relatório de avaliação, aliás, dei nota aos Serviços, penso que o documento está com problemas no Salão Nobre e reportei-o no dia vinte e seis, ontem, eu sei que estavam de folga, porque foi dado o dia, mas eu tive que trabalhar ontem para conseguir acabar de ver estas propostas e não consegui aceder, porque dá um erro no Salão Nobre, mas gostaria de saber qual o futuro deste edifício, se a Câmara já tem definido, que organismos irá instalar naquele local.-----

----- Esclarecendo o **Senhor Vereador Nuno Neto**:-----

----- “Eu posso comprometer-me a enviar-lhe de seguida o relatório de avaliação. -----

----- A avaliação deste edifício, se não me engano, são dois lotes e andam nos setecentos e setenta mil euros.” -----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “O destino daquele edifício será para colher as instalações da União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, numa parte ao nível do rés-do-chão haverá uma área destinada a comércio, eventualmente restauração, contribuindo para animação daquela zona e haverá uma parte que ficará para a Câmara Municipal, que é a que corresponde ao auditório dos Bombeiros que poderá servir para coletividades locais que carecem de espaços para utilização, será mais um espaço cultural, aliás, numa primeira fase irá acolher o Círculo de Arquitetura que está a funcionar na Cruz Quebrada/Dafundo, a sala é ótima, mas o acesso é complicado porque tem só

uma escada, irá sair de lá e irá passar para esta zona, sendo que é compatível com utilizações de natureza cultural, visto que o auditório irá ser restaurado mais ou menos com a traça que tem atualmente.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Nuno Neto**, aprovar a constituição, a favor do Município de Oeiras, de um direito de superfície sobre dois prédios urbanos da titularidade da Associação Humanitária dos Bombeiros de Oeiras, sitos no Centro Histórico de Oeiras, descritos, respetivamente, na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número cinco mil trezentos e sessenta e oito, da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra e inscrito na matriz da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sob o artigo quinhentos e cinquenta e quatro, com aproximadamente duzentos e vinte e três metros quadrados, e na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número seis mil cento e quarenta e dois, da Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra e inscrito na matriz da União das Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, sob o artigo sete mil quatrocentos e quarenta e dois, com aproximadamente trezentos e sete metros quadrados, tendo em vista a instalação nos mesmos, de serviços ou atividades que a edilidade entenda como sendo de interesse público municipal.-----

-----Os termos da constituição de direito de superfície a celebrar. -----

-----Nos termos da alínea g), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Após a votação entrou na sala a **Senhora Vereadora Susana Duarte**. -----

51 - PROPOSTA N.º. 1122/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS CANDIDATURAS DO PROJETO AQUI HÁ HORTA, PARA O ANO LETIVO 2023/2024, DESTINADO À



Câmara Municipal
de Oeiras

DINAMIZAÇÃO DE HORTAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição do subsídio no valor de cinco mil euros, às escolas, que integram os Agrupamentos de Escolas de Linda-a-Velha e Queijas, Carnaxide-Portela, ENA/Quinta do Marquês e ao Centro Social Paroquial de Oeiras, no presente ano letivo dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro, para a implementação e manutenção do projeto “Aqui Há Horta”, a executar durante o período de três anos, sendo que a coordenação/corpo docente deverá assegurar a concretização dos trabalhos, durante todo o ano civil, contabilizando-se a verba no valor de trinta mil euros, com a seguinte distribuição: -----

----- Agrupamento de Escolas - Escola - Verba a atribuir: -----

----- Quinta do Marquês (ENA) - Escola Secundária Quinta do Marquês (recandidatura) - cinco mil euros;-----

----- Linda-a-Velha e Queijas - Escola Básica Um Santo António de Tercena (recandidatura) - cinco mil euros;-----

----- Linda-a-Velha e Queijas - Escola Secundária Professor José Augusto Lucas - cinco mil euros;- -----

----- Carnaxide - Portela - Escola Básica Sophia Mello Breyner (recandidatura) - cinco mil euros;-----

----- Carnaxide - Portela - Escola Básica Amélia Vieira Luís - cinco mil euros;-----

----- Centro Social Paroquial de Oeiras - cinco mil euros.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e e) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze

de setembro, na redação da Lei número sessenta e seis, de dois mil e vinte, de quatro de novembro.- -----

-----Artigos quinto e nono, Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e, artigo sétimo, da Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro, que remete para os artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro, na redação dada pela Resolução da Assembleia da República número dezasseis, de dois mil e vinte, de dezanove de março. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário.- -----

52 - PROPOSTA Nº. 1123/23 - DDPE - LISTA DEFINITIVA DE BOLSAS DE ESTUDO PARA DOCENTES - ANO LETIVO 2023/2024: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou o seguinte: -----

-----“A proposta suscitou-nos aqui uma questão, por que é que há uma tão baixa taxa de atribuição, haverá falta de informação? -----

-----Das dezasseis candidaturas quinze não apresentaram os documentos que são necessários, também não percebemos por que é que não apresentaram, eventualmente, é a tal falta de informação?-----

-----Depois, em audiência de interessados apenas um candidato solicitou a reanálise do processo e no final apenas dois recebem a bolsa e nada sabemos sobre os outros, gostava de ver estas questões esclarecidas.” -----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** explicou:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “É mais um exemplo de uma política extraordinária do Município de Oeiras, há uma aposta muito forte nos professores que trabalham na nossa rede de escolas, neste caso, uma aposta na sua formação avançada. -----

----- A Câmara Municipal desenhou este projeto atenta à boa investigação científica que comprova haver uma correlação entre a frequência de formação avançada e o desenvolvimento profissional dos docentes com potencial impacto positivo na qualidade das aprendizagens dos seus alunos e, foi por isso, que desenhámos este projeto. -----

----- Naturalmente, que nos vamos continuar a empenhar na sua divulgação, eu não acredito que seja falta de informação, porque a abertura das candidaturas é divulgada junto das direções de todos os agrupamentos de escolas, junto das coordenações de escola. -----

----- Eu faço sair semanalmente um boletim informativo noticioso sobre a educação que chega perto de dois mil professores, muitos estão no nosso Concelho, alguns já cá não estão, estavam na altura quando ele saiu, é noticiado nas redes sociais do Município, portanto, fazemos circular muita informação na rede junto dos professores, junto das direções dos agrupamentos, junto das coordenações e através dos instrumentos de comunicação que o próprio Município tem.

----- Da mesma maneira como divulgamos as bolsas de estudo para os alunos do ensino superior, também a nós nos surpreende bastante a tão baixa adesão e conclusão do processo de candidaturas, também não é falta de contacto dos Serviços, porque assim como acontece nas bolsas de estudo para o ensino superior quando um candidato não completa a sua candidatura ou não inscreve todos os documentos necessários os Serviços contactam telefonicamente a perguntar o que é que se passa, quando é que vai concluir a candidatura, há um esforço grande dos Serviços e da Câmara Municipal, não apenas na comunicação, mas no contacto aos candidatos para concluírem as suas candidaturas e, portanto, também nós ficamos muito surpreendidos com a baixa adesão do programa. -----

----- Sem qualquer dado disponível, é apenas opinião, eu julgo que poderá estar ligado a

este clima que nós vivemos nas escolas, uma grande desmoralização da classe docente, a falta de perspectiva da carreira, a ideia: “Para que é que vou investir na minha formação avançada se não vou progredir na carreira ?”, eu julgo que pode estar ligado a esta fase que nós estamos a viver de grande desmoralização da classe docente e de um certo baixar de braços que se sente quando se visitam as escolas. -----

-----O programa vai continuar e vamos continuar a empenhar-nos na sua divulgação para podermos ter mais candidaturas e mais pessoas envolvidas, porque nós até agora e este já não é o primeiro ano ainda nunca conseguimos esgotar as cinco bolsas de mestrado e as três bolsas de doutoramento anuais.” -----

-----De novo no uso da palavra a **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse: -----

-----“Eu sugeria, se calhar até já o fizeram, seria contactar estas catorze pessoas, na medida em que as outras duas receberam proactivamente questionando, no fundo, o que é que as levou a desistir, não sei se fizeram isso, pelo menos para ter noção do que é que está a falhar, pode ser isso que estava a dizer dessa desmoralização, os professores estarem bastante cansados e assoberbados com outras questões, mas seria interessante ter essa informação para melhorar aqui alguma coisa.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a lista definitiva, que contempla a atribuição de duas Bolsas de Estudo para Docentes, na tipologia de Mestrado; -----

-----O pagamento de duas bolsas de Mestrado, com a duração de dois anos letivos, que representa um financiamento de seis mil euros, (três mil euros cada uma, pagos em quatro tranches), conforme o seguinte -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Dois mil e vinte e três - dezembro - mil e quinhentos euros;-----

----- Dois mil e vinte e quatro - fevereiro - mil e quinhentos euros; -----

----- Dois mil e vinte e quatro - setembro - mil e quinhentos euros; -----

----- Dois mil e vinte e cinco - fevereiro - mil e quinhentos euros;-----

----- A redução do cabimento inicial, uma vez que o número de candidatos considerados provisoriamente na proposta de deliberação número setecentos e seis, de dois mil e vinte e três, foi superior ao número de candidatos elegíveis para atribuição de Bolsas de Estudo para Docentes. - -----

----- A designação do doutor Luís António, Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa, como gestor do contrato, por forma a acompanhar permanentemente a execução destes apoios. -----

----- Nos termos dos artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março, e artigos sétimo e seguintes, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.-----

----- Alínea d), do número um, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

----- Artigos quinto, número quatro, alínea c) e ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos. -----

53 - PROPOSTA N.º 1124/23 - GCI - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E À UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUÍMICA E BIOLÓGICA ANTÓNIO XAVIER (ITQB NOVA) - 2.º SEMESTRE 2023 - EOCT 2020-2025:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente,

do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a comparticipação financeira no montante de trezentos e vinte e nove mil quatrocentos e oitenta euros e vinte sete cêntimos, à Fundação Calouste Gulbenkian, correspondente ao segundo semestre de dois mil e vinte e três, no qual está incluída a segunda tranche do Prémio Oeiras “ERC - European Research Council”, no valor de cento e vinte mil euros, correspondente ao segundo semestre de dois mil e vinte e três. -----

-----A comparticipação financeira no valor de cento e oitenta e quatro mil trezentos e vinte e nove euros e quarenta e três cêntimos, à Universidade Nova de Lisboa - Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier correspondente ao segundo semestre de dois mil e vinte e três, no qual está incluída a segunda tranche dos prémios “PoC- Prova de Conceito”, no valor de quarenta mil euros, correspondente ao segundo semestre de dois mil e vinte e três. ---

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d), e) e m) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o), u) e ff), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de um de junho. -- -----

-----Artigos ducentésimo e ducentésimo segundo, do Código do procedimento Administrativo que remetem para a alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo septuagésimo oitavo e seguintes, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-----

----- Artigos segundo, números um, dois e três, alínea c), terceiro, número um, quarto, quinto, números um e dois e nono, número um, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

54 - PROPOSTA Nº. 1125/23 - DGREAE - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE OEIRAS:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira ao Centro Social e Paroquial de Oeiras, no valor de oitenta mil euros, destinada a apoiar a atividade desenvolvida pela instituição, nas valências de Creche e Pré-escolar, e apoiar a construção de uma nova identidade educativa da mesma, através do desenvolvimento e implementação do Projeto Educativo apresentado ao Município.-----

----- A minuta de contrato de comparticipação financeira.-----

----- Designar como gestora do contrato, a doutora Ana Rita Esteves Amaro, do Departamento de Educação, de modo a acompanhar permanentemente a sua execução.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e h) e trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto e artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos e dos artigos ducentésimo a ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e dos artigos centésimo nono e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Artigo trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentado pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-----

-----Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e três de agosto.-----

55 - PROPOSTA Nº. 1126/23 - DD - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SOCIEDADE PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SPEF, PARA DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COADJUVACÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO 1º. CICLO - 2024:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo**, referiu o seguinte:-----

-----“Nós nada temos a opor e votamos favoravelmente, mas queria sugerir, porque não diz na proposta a quem se atribuiu o dinheiro e apresenta uma tabela com as escolas. Quanto a nós deve ser indicado a quem é dado dinheiro no ponto um da proposta que está a votação, a atribuição de comparticipação financeira descrita no quadro seguinte o montante de duzentos e vinte e sete mil euros e à SPEF - Sociedade Portuguesa de Educação Física, portanto, deve ser clarificado no ponto um, a atribuição da verba para participar financeiramente a SPEF.”-----

-----O **Senhor Vereador Pedro Patacho** referiu:-----

-----“Obrigado Senhora Vereadora por essa technicalidade e pelo seu comentário.-----

-----Mas eu gostava de referir nesta reunião outra coisa.-----

-----Esta é uma proposta que eu gostaria de não trazer à Câmara Municipal ou de não ter



Câmara Municipal
de Oeiras

trazido à Câmara Municipal, porque eu gostava de viver num País onde o primeiro ciclo do ensino básico, início da escolaridade obrigatória é entendido pelas políticas educativas nacionais, como princípio da promoção da atividade física e do desporto para todas as crianças do nosso País, o que não é verdade, portanto, aquilo que nós assistimos é a existência no currículo nacional para o ensino básico, para o primeiro ciclo, de uma área curricular de expressão físico-motora com um conjunto de conteúdos que devem ser trabalhados com os alunos dos seis aos dez anos de idade para o seu desenvolvimento motor. -----

----- Mas o que acontece, é que esse currículo não é trabalhado, porque se trata de um regime de monodocência a esmagadora maioria das professoras e os professores não estão para aí virados ou porque não se sentem confortáveis para trabalhar essa área, porque não se sentem suficientemente preparados na maior parte dos casos e o que acontece é que a expressão físico-motora não é trabalhada no primeiro ciclo e depois queixamo-nos de que temos sessenta e um por cento de crianças que não sabem, por exemplo, pedalar ou que temos crianças com níveis elevadíssimos de obesidade infantil, ou que temos crianças que revelam não ter desenvolvidas habilidades importantes como trepar, como saltar, etc., e isso decorre, obviamente, da não existência dessa preocupação a nível nacional. -----

----- O Município de Oeiras, já há bastantes anos, já no mandato anterior, lançou este programa de colocação de professores especialistas em educação física nas escolas do primeiro ciclo para trabalhar esta área curricular e o que acontece agora é que a Sociedade Profissional na Área de Educação Física em Portugal reconhece o pioneirismo deste projeto da Câmara Municipal de Oeiras, associa-se a nós, passamos a desenvolvê-lo em parceria com a Sociedade de Professores de Educação Física, sendo o grande objetivo desta parceria promover a nível nacional a necessidade de uma política de educação física nas escolas do primeiro ciclo que facilmente, o Ministério da Educação poderia fazer, atribuindo créditos horários aos agrupamentos de escolas para poder ter os professores de educação física no primeiro ciclo. -----

-----Mais uma vez aqui, Oeiras se tem substituído àquilo que é o Ministério de Educação na garantia de uma educação de qualidade para os seus munícipes, continuaremos a substituímos até que o Ministério faça aquilo que tem que fazer a nível nacional e em parceria com a SPEF a partir de agora, seremos também uma frente de promoção a nível nacional da importância desta política.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira à Sociedade Portuguesa de Educação Física, no âmbito de uma parceria de colaboração, com vista ao desenvolvimento do Programa Municipal de Coadjuvação da Educação Física no Primeiro Ciclo, em dois mil e vinte e quatro, num montante de duzentos e vinte e sete mil oitocentos e vinte euros e sessenta cêntimos. -----

-----A minuta de contrato-programa, a celebrar com a Sociedade Portuguesa de Educação Física, como instrumento de concretização do apoio financeiro ora proposto. -----

-----A designação da Técnica Superior da Divisão de Desporto, Nádía Rosa como Gestora do Contrato, para efeitos de acompanhamento da execução do contrato. -----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e f), e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de dois mil e nove, de um de outubro.-

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de



Câmara Municipal
de Oeiras

Processo Tributário e centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Artigos terceiro, número um, alínea a), trigésimo sexto e trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.- -----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto e ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto. -----

56 - PROPOSTA Nº. 1127/23 - DDPE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO ANTÓNIO RAMALHO BOXING SPIRIT, PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO MULTIMÉDIA:-----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** observou o seguinte:-----

----- “A falta do documento da Segurança Social é importante e creio que nós todos compreendemos isso e eu estou sempre a falar da questão da falta disto e da falta daquilo. Mas realmente nós estamos aqui a votar a atribuição de apoio financeiro e eu voto favoravelmente, parece-me importante apoiar financeiramente também esta Associação para o desenvolvimento deste projeto.-----

----- Mas, não sei se a Associação tem dívidas ao fisco, não temos um dos documentos. Portanto, nós, no caso da dívida à Segurança Social, parece-me importante alertar para isto, parece realmente a tal tecnicidade, mas nós somos responsáveis civil e criminalmente, por aquilo que aprovamos ou deixamos de aprovar aqui, portanto deixo mais uma vez um alerta, que realmente faltam.-----

----- Nós e eu sempre que detetamos alguma falha enviamos para os Serviços, porque nos parece que é importante estarem os documentos.”-----

-----O **Senhor Presidente** esclareceu:-----

-----“Senhora Vereadora nessa matéria, o normal é realmente vir com a certidão, mas depois o período que demora entre a Câmara e a Assembleia Municipal já caducou. Com frequência chega aqui à própria Câmara a certidão que já está caducada, se não está caducada na Câmara está caducada na Assembleia Municipal. -----

-----Mas voltamos sempre ao mesmo, na Tesouraria só há pagamento se as coisas estiverem em dia, se não estiverem, não há pagamento, é tão simples como isso. -----

-----Pode haver um caso ou outro, em que vem aqui está tudo bem no momento em que estamos a votar, pode haver outras situações que, eventualmente, não sei neste caso se a certidão está aí ou não está, como calculam eu não vou perder tempo com esses pormenores de natureza técnica que são revistos, digamos, de cada vez que há uma pronúncia sobre o processo.-----

-----Mas neste tipo de casos normalmente não é imperativo, não há pagamento sem estar a certidão passada.”-----

-----A **Vereadora Carla Castelo**, retorquiu:-----

-----“Senhor Presidente eu compreendo isso, de não haver pagamento, mas aqui nós todo, estamos a votar algo, mesmo que depois não haja pagamento, porque se vê, mas nós votamos a favor de uma coisa que, imagine, havia dívidas e não devíamos ter votado, entende, é só essa a questão.” -- -----

-----O **Senhor Presidente** aludiu:-----

-----“Senhora Vereadora, não, não é assim! -----

-----Eu, estou a votar consciente, estou a votar que este subsídio é fundamental para a instituição, na convicção de que não é ilegal e de que, quando for pago, está tudo legalizado. -----

-----Portanto, a minha convicção, eu não tenho aqui responsabilidade, nem a Senhora Vereadora tem. A responsabilidade é de quem paga e eu parto do princípio que os Serviços Financeiros da Câmara Municipal não pagam um euro, sem as coisas estarem devidamente



Câmara Municipal
de Oeiras

regularizadas. -----

----- É tão simples como isso, e é por isso que eu voto, claro a Senhora Vereadora pode ter outra opinião.”-----

----- O **Senhor Vereador Armando Soares** acrescentou: -----

----- “Isto acontece com muita frequência nas Associações de Bombeiros, coletividades, associações desportivas.-----

----- Muitas das vezes, no momento de instrução dos processos são entregues as certidões, mas quando se tem que fazer a instrução do procedimento em que todos os dirigentes intervêm, e há um que está de férias e um que não está cá, é preciso registo criminal, portanto, há um manancial de informação que é preciso recolher para poder instruir um processo destes, faz sempre com que haja um documento qualquer que esteja já caducado e é preciso voltar novamente a pedir, isso acontece com muita frequência, mas os Serviços da Câmara sabem o que têm que fazer, só pagam escrupulosamente se, naquele preciso momento, estiver tudo em ordem, senão, não pagam, é isto.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição de apoio financeiro no valor de vinte mil euros, à Associação António Ramalho, Boxing Spirit, para apoio ao desenvolvimento do Projeto Multimédia. -----

----- Nos termos da alínea d), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alínea u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, na redação dada pela Lei número cinquenta, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de

fevereiro na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março e, artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei número trinta e três, de dois mil e dezoito, de quinze de maio.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de vinte e um de agosto.-- -----

57 - PROPOSTA Nº. 1128/23 - DCA - ATRIBUIÇÃO COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO RANCHO FOLCLÓRICO OS MINHOTOS DA RIBEIRA DA LAGE E FOLKZITAS ASSOCIAÇÃO DE DANÇA POPULAR: -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de comparticipação financeira ao Rancho Folclórico Os Minhotos da Ribeira da Lage, no valor de mil euros;-- -----

-----A atribuição de comparticipação financeira à Associação de Dança Popular - Folkzitas, no valor de três mil e seiscentos euros. -----

-----A minuta de termo de aceitação -----

-----Nos termos da alínea e), do número dois, do artigo vigésimo terceiro e alíneas o) e u), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de



Câmara Municipal
de Oeiras

doze de setembro. -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, e os artigos sétimo e oitavo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo quinto, número quatro, alínea c), do Código dos Contratos Públicos.-----

----- Artigos centésimo nonagésimo oitavo e ducentésimo décimo terceiro, alínea e), do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário. -----

----- Artigo trigésimo sétimo, número um, alínea f), da Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de onze de agosto. -----

58 - PROPOSTA Nº. 1129/23 - DPOC - TARIFÁRIO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA 2024:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, a que se refere a informação (número INT-CMO/dois mil e vinte e três/vinte mil setecentos e cinco), a qual se consubstancia na atualização das Tarifas vigentes em dois mil e vinte e quatro, constante na faturação dos serviços de águas (Tarifa Fixa/de Disponibilidade e Tarifa Variável) da responsabilidade dos SIMAS, por ele prestados e faturados conforme Matriz um. -----

----- A TGR no valor de zero vírgula zero novecentos e sessenta e seis euros o metro cúbico, de acordo com a Matriz um. -----

----- As Tarifas aplicadas e cobradas pelo Município, no âmbito dos Serviços Auxiliares,

constante na Matriz dois. -----

-----A publicitação, através de Edital, da estrutura do Tarifário do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos do Município, para o ano de dois mil e vinte e quatro, respectivas Tarifas Fixa/de Disponibilidade e Variável, do Tarifário Social, da TGR e do Tarifário aplicável aos Serviços Auxiliares, conforme Matrizes um e dois. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número cento e noventa e quatro, de dois mil e nove, de vinte de agosto, número um, do artigo décimo primeiro-A. -----

-----Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, número um, número dois, e número sete, do artigo vigésimo primeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea e), do número um, do artigo trigésimo terceiro.-----

-----Lei número dez, de dois mil e catorze, de seis de março, alíneas b) e c), do número três, do artigo quinto, alterado pela Lei número setenta e cinco-B, de dois mil e vinte, de trinta e um de dezembro. -----

-----Lei número oitenta e dois-D, de dois mil e catorze, de trinta e um de dezembro, artigo décimo sexto, (Alteração ao Decreto-Lei número cento e setenta e oito, de dois mil e seis, de cinco de setembro), alterado pelo Decreto-Lei número noventa e dois, de dois mil e vinte, de vinte e três de outubro com a Retificação número catorze, de dois mil e vinte e um, de seis de maio. -----

59 - PROPOSTA Nº. 1130/23 - DPOC - RELATÓRIO DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS DURANTE O ANO DE 2023:-----

-----Por proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente** a Câmara tomou conhecimento do Relatório de Benefícios Fiscais Concedidos durante o ano de dois mil e vinte e três.-----

-----Submeter a conhecimento da Assembleia Municipal.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número duzentos e quinze, de oitenta e nove. -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Artigo décimo quinto, alínea d) e artigo décimo sexto, número dois, da Lei número setenta e três, de dois mil e treze. -----

----- Artigo décimo sexto, número dois, do Decreto-Lei número cinquenta e um, de dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. -----

60 - PROPOSTA Nº. 1131/23 - UPGO - Pº. 2023/79-DCAD - PEQUENAS INTERVENÇÕES EM PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS E PEDONAIS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO CONCELHO DE OEIRAS - DECISÃO DE CONTRATAR E ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO - APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO JÚRI:-----

----- I - O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

----- “O processo embora esteja dentro das competências da Câmara eu entendi trazê-lo a reunião de Câmara, trata-se das tais empreitadas de natureza genérica, são pedonais. -----

----- Como muitas vezes são empreitadas que não vêm à Câmara Municipal e podem passar despercebidas, entendi pela sua dimensão que devia vir à Câmara Municipal.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a decisão de contratar e a abertura do procedimento concursal necessário para a adjudicação da empreitada de obras públicas denominada “Pequenas Intervenções em Pavimentos Rodoviários e Pedonais nos Espaços Públicos no Concelho de Oeiras” - Processo dois mil e vinte e três/setenta e nove-DCAD”, mediante a adoção de um procedimento por concurso público, sem publicidade no Jornal Oficial da União Europeia. -----

----- O preço base do concurso em quinhentos e noventa e nove mil oitocentos e quarenta e um euros, acrescido de IVA à taxa legal de seis por cento, com prazo de execução da

empreitada de mil dias.-----

-----As peças do procedimento.-----

-----Nos termos do artigo trigésimo sexto, número um, do Código dos Contratos Públicos, conjugado com a alínea f), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e os artigos trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos Contratos Públicos.-----

61 - PROPOSTA Nº. 1132/23 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS” - REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS Nº. 17: -----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, foi retirada da ordem de trabalhos. -----

62 - PROPOSTA Nº. 1133/23 - UPAG - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESASSOREAMENTO DAS LINHAS DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE OEIRAS, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTINUO - DECISÃO DE CONTRATAR: -----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** disse o seguinte: -----

-----“De acordo com o número cinco, da Lei da Água, as medidas de conservação e reabilitação da rede hidrográfica fora dos aglomerados urbanos pertencem aos proprietários, já sabemos que dentro dos aglomerados são do Município.-----

-----Gostaria de saber qual o enquadramento dos particulares nesta responsabilidade no território do Município de Oeiras já que, aparentemente este trabalho, está a ser pensado para toda a rede hidrográfica.”-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Dizendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Este é dos tais casos que temos mesmo de nos substituir aos proprietários, porque se eles não têm qualquer resultado daquelas terras que ali têm, obviamente, que a Câmara não tem autoridade para dizer que têm que pagar, é a Câmara que paga, ou seja, se queremos as ribeiras limpas é a Câmara Municipal que tem de pagar, caso contrário, não há limpeza das ribeiras, aliás, é o que acontece em todo o País.-----

----- Se for uma ribeira que passe numa veiga onde se semeia trigo, batatas ou girassol aí é diferente, mas em ribeiras como as do nosso Concelho que são ribeiras que estão entaladas onde não há praticamente nada, não há outra hipótese.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a adoção de um procedimento por concurso público, com publicidade internacional para a aquisição da prestação de serviços de limpeza e desassoreamento das linhas de água do Município de Oeiras na modalidade de fornecimento contínuo. -----

----- O preço base de um milhão duzentos e dezanove mil quinhentos e doze euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- As peças do procedimento. -----

----- A composição do júri do procedimento e a respetiva delegação de competências. -----

----- Nos termos dos artigos trigésimo sexto, número um, trigésimo oitavo, quadragésimo, número um, alínea c) e número dois, sexagésimo sétimo, número um, e sexagésimo nono, número dois, do Código dos Contratos Públicos e artigo décimo oitavo, número um, alínea b), do Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho, aplicável por força do artigo décimo quarto, número um, alínea f), “in fine” do preâmbulo do Código dos

Contratos Públicos, conjugado com o artigo trigésimo terceiro, número um, alínea f), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos quadragésimo quinto, quadragésimo sexto e quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis números quarenta e oito, de dois mil e seis, de vinte e nove de agosto, trinta e cinco, de dois mil e sete, de treze de agosto, três-B, de dois mil e dez, de vinte e oito de abril, sessenta e um, de dois mil e onze, de sete de dezembro, dois, de dois mil e doze, de seis de janeiro, vinte, de dois mil e quinze, de nove de março, quarenta e dois, de dois mil e dezasseis, de vinte e oito de dezembro, dois, de dois mil e vinte, de trinta e um de março, vinte e sete-A, de dois mil e vinte, de vinte e quatro de julho e doze, de dois mil e vinte e dois, de vinte e sete de junho. -----

63 - PROPOSTA Nº. 1134/23 - DPGRE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA “O PINGOLÉ”, EQUIPAMENTO SOB GESTÃO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE OEIRAS: -----

-----I - A Senhora Vereadora Carla Castelo referiu o seguinte:-----

-----“Eu quero saudar o alargamento da oferta de vagas. -----

-----Este aumento denota que elas são necessárias e todos nós conhecemos casos de pessoas com filhos pequenos que estão em listas de espera, daí a minha nota no início. -----

-----A rede pública é uma rede solidária, rede que o Município apoia como seja a Santa Casa da Misericórdia, outras instituições e Instituições Particulares de Solidariedade Social, sendo certo que é um caminho, nós não dizemos que o caminho não está a ser feito, dizemos sim que é importante fazê-lo e reforçar este investimento, pelo que saudamos o aumento do número de vagas nesta instituição.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho,



Câmara Municipal
de Oeiras

Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar atribuição de uma comparticipação financeira, no valor de vinte mil euros, ao Jardim de Infância “O Pingolé”, equipamento sob gestão da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras. -----

----- A designação da diretora do Departamento de Educação, Maria Paula Rodrigues, como gestora do contrato.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d) e h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Artigos quinto e nono, Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e dos artigos centésimo nono e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

----- Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e três de agosto. -----

----- Registo Central do Beneficiário Efetivo. -----

64 - PROPOSTA Nº. 1135/23 - DE - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “LEÕES NA TUA ESCOLA”, EM ALGUMAS ESCOLAS BÁSICAS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE SÃO BRUNO, AQUILINO RIBEIRO, PAÇO DE ARCOS E CARNAXIDE- PORTELA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando

Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vereador Pedro Patacho**, aprovar a atribuição do montante de cinquenta e cinco mil euros, destinado a compartilhar o desenvolvimento do Projeto “Leões na Tua Escola”, com a seguinte distribuição:-----

-----Agrupamento de Escola de São Bruno - dezasseis mil quatrocentos e dezasseis euros;

-----Agrupamento de Escola Aquilino Ribeiro - onze mil e oitenta e quatro euros; -----

-----Agrupamento de Escola de Paço de Arcos - dezasseis mil quatrocentos e dezasseis euros; -----

-----Agrupamento de Escola Carnaxide-Portela - onze mil e oitenta e quatro euros.-----

-----Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alínea d), artigo trigésimo terceiro, número um, alínea u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. -- -----

-----Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. -----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto, regulamentada pela Portaria número duzentos e trinta e três, de dois mil e dezoito, de trinta e um de agosto.-- -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

65 - PROPOSTA Nº. 1136/23 - DGD - PROTOCOLO DE DEPÓSITO DO ESPÓLIO ARQUIVÍSTICO DE IGREJAS CAEIRO:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou o seguinte: -----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “Eu gostaria de saber concretamente o que é que é considerado aqui espólio, a biblioteca, a fonoteca, outros elementos do recheio da casa, gostaria de saber se o inventário está completo, porque aquilo que sabemos é que foi vontade expressa em testamento a criação de um museu naquela casa, aliás, também gostaríamos de saber se poderemos ter acesso a esse testamento, se o documento é público ou não, mas havendo essa vontade expressa de se criar um museu naquela casa, gostaria de perceber que sentido é que faz que esse espólio acabe por ser guardado noutro local e, concretamente, perceber do que é que estamos a falar.” -----

----- O **doutor Mário Sá** esclareceu. -----

----- “O espólio de Igrejas Caeiro está dividido em várias tranches, a parte fonográfica, a parte bibliográfica foi tratada pela parte das bibliotecas e o que nós estamos aqui a falar é do espólio arquivístico da figura de Igrejas Caeiro, estamos a falar do espólio que tem que ver com a sua documentação pessoal, eventualmente, as cartas da sua esposa, ou seja, estamos a falar do arquivo pessoal de Igrejas Caeiro, toda a outra parte está com a parte das bibliotecas.-----

----- A Cultura trabalhou a parte bibliográfica e fonográfica, sei que fizeram vários protocolos com entidades de referência, mas estou a falar de uma matéria que já não está sobre a minha alçada, o que eu tenho é a parte arquivística. -----

----- O espólio está a ser proposto entrar na Câmara Municipal, porque parte-se do princípio que a Fundação, a casa, não tem capacidade e tratamento efetivo daquela documentação, foi o mesmo pensamento que teve com a parte fonográfica e bibliográfica que a Câmara fez e que na minha ótica fez bem, estamos aqui a trabalhar agora da parte arquivística.” -

----- O **Senhor Presidente** referiu:-----

----- “A Câmara está a apoiar a Fundação Marquês de Pombal no tratamento deste arquivo, é do que se trata, quanto ao resto, como seja museus não diz respeito à Câmara Municipal, diz respeito à Fundação Marquês de Pombal, claro que, qualquer documento que a Senhora Vereadora precise, o testamento é público, pode ter acesso, mas não é a Câmara

Municipal, é a Fundação Marquês de Pombal.”-----

-----Dizendo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“Eu quero perceber, relativamente a este espólio arquivístico, da correspondência pessoal de Igrejas Caeiro se vai ser tratado pela Câmara, mas presumo eu, poderá ser colocado em exposições ou em ações abertas ao público na Casa Igrejas Caeiro?”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Está tudo desordenado, é uma questão de organização e tem que ser organizado por especialistas de maneira a que possa ser acessível às pessoas, as cartas ou outro documento qualquer, o Arquivo é justamente para isso.”-----

-----Mencionando o **doutor Mário Sá**:-----

-----“São setenta e nove caixas e a documentação está completamente desordenada.”-----

-----Atalhando o **Senhor Presidente**:-----

-----“Os documentos têm que se classificados e através dessa classificação serem acessíveis às pessoas.”-----

-----Esclarecendo o **doutor Mário Sá**:-----

-----“O objetivo é valorizar o espólio à posteriori.”-----

-----Acrescentando o **Senhor Presidente**:-----

-----“Estar acessível a toda a gente.”-----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** frisou:-----

-----“Queria apenas dar nota da importância de tratarmos este espólio e de mantermos viva a memória do Igrejas Caeiro, o Partido Socialista vota a favor.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o Protocolo de



**Câmara Municipal
de Oeiras**

Depósito do Espólio Arquivístico de Igrejas Caeiro”.-----

----- Nos termos do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais de Oeiras.-----

66 - PROPOSTA Nº. 1137/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA AO ABRIGO DO ACORDO-QUADRO AQ-VS-2022 ESPAP CELEBRADO COM A ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I. P. (ESPAP), PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PARA AS INSTALAÇÕES DOS SIMAS DE OEIRAS E AMADORA - ANOS 2024 A 2027 - PD Nº. 263/SIMAS/2023: -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

----- “Faltavam, não sei se, entretanto, já foram colocados, o convite e o caderno de encargos para este contrato. Para nós é importante que eles estejam, caso ainda não esteja o nosso voto é favorável, mas condicionado à colocação dessa informação.” -----

----- O **Senhor Presidente** interrogou: -----

----- “Doutor Luís Lopes está a entender a pergunta da Senhora Vereadora?-----

----- O caderno de encargos faz parte, tem que fazer, sem caderno de encargos não há proposta.”- -----

----- O **doutor Luís Lopes** respondeu: -----

----- “Obviamente que terá caderno de encargos.”-----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** mencionou: -----

----- “Pois exato, mas não está junto.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** frisou:-----

----- “A questão é que não está junto.” -----

----- O **doutor Luís Lopes** respondeu: -----

----- “Ah! Não estava aqui! Pois, não sei, tenho que perguntar.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** acrescentou:-----

-----“No Conselho de Administração dos SIMAS, foi aprovada com convite e caderno de encargos, a questão é que não foi remetida.-----

-----A questão que se coloca é, já foi, entretanto, junta?-----

-----Sim ou não.”-----

-----O **Senhor Presidente** concluiu: -----

-----“Tem até ao fim desta reunião para tratar disso.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração na reunião de catorze de dezembro de dois mil e vinte e três, na qual aprovou abertura de procedimento por consulta prévia ao abrigo do acordo-quadro AQ-VS-dois mil e vinte e dois ESPAP celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), para a prestação de serviços de segurança e vigilância para as instalações dos SIMAS de Oeiras e Amadora - anos dois mil e vinte e quatro a dois mil e vinte e sete, pelo preço base de um milhão cento e dezasseis mil euros, para a globalidade do contrato, sem prejuízo de eventuais alterações legais, aos quais acresce o IVA à taxa legal em vigor, devendo, face ao carácter plurianual da prestação de serviços, ser afeto, para efeitos cabimentais, o valor de duzentos e quarenta e oito mil euros, ao ano de dois mil e vinte e quatro, o valor de trezentos e setenta e dois mil euros a cada um dos anos de dois mil e vinte e cinco e dois mil e vinte e seis e o valor de cento e vinte e quatro mil euros, ao ano de dois mil e vinte e sete. -----

-----A celebração de contrato escrito.-----

-----As peças do procedimento.-----

-----O júri do procedimento, a quem deverão ser atribuídas e delegadas competências



Câmara Municipal
de Oeiras

para todos os atos processuais inerentes ao mesmo, no âmbito da abertura, relatórios preliminar e final a que haja lugar, sendo que o primeiro dos vogais efetivos substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos. -----

----- A nomeação da Senhora técnica superior, Maria Margarida Guerra e Almeida, como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em todos os seus aspetos e respetivas delegações de competências. -----

----- Delegar no Senhor Presidente do Conselho de Administração o ato de liberação de cauções a que possa haver lugar, materializado nos ofícios de notificação do cocontratante e da entidade bancária, na sequência do definido no relatório de execução do contrato, elaborado pelo gestor do contrato. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

----- Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

67 - PROPOSTA Nº. 1138/23 - SIMAS - CPI 56/2022/178 - PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL, COM DIVISÃO EM LOTES, DESTINADO AO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE DIVERSO MATERIAL DE ARMAZÉM - AUTORIZAÇÃO PARA O REESCALONAMENTO E RECABIMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DE ADENDAS DOS CONTRATOS - PD Nº. 275/SIMAS/2023: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação

aprovada pelo Conselho de Administração dos SIMAS de Oeiras e Amadora, na reunião de catorze de dezembro de dois mil e vinte e três, na qual aprovou o reescalonamento e recabimentação do procedimento e aprovação de adendas dos contratos, de acordo com o seguinte cronograma financeiro:-----

-----Ano de dois mil e vinte e três - quatrocentos e trinta e dois mil novecentos e cinco euros, acrescido de IVA;-----

-----Ano de dois mil e vinte e quatro - quinhentos e vinte e oito mil e novecentos euros, acrescido de IVA;-----

-----Ano de dois mil e vinte e cinco - duzentos e noventa mil duzentos e cinco euros, acrescido de IVA;-----

-----Ano de dois mil e vinte e seis - oitenta e cinco mil euros, acrescido de IVA. -----

-----Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho. -----

-----Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

68 - PROPOSTA Nº. 1139/23 - SIMAS - ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, COM CONSULTA A 1 ENTIDADE, EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, PARA A EMPREITADA DESTINADA À “REPARAÇÃO DE COLAPSO PARCIAL NO TROÇO CANALIZADO DA RIBEIRA DE ALGÉS, NO LARGO COMANDANTE AUGUSTO MADUREIRA EM ALGÉS” - PD Nº. 276/SIMAS/2023: -----

-----I - O Senhor Presidente referiu:-----

-----“Talvez agora fiquem a saber que são os SIMAS o responsável quando se substitui ao Estado nas competências das águas, são os SIMAS, não é a Câmara.”-----

-----A Senhora Vereadora Carla Castelo disse:-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- “A Ribeira de Algés ou a obra na Ribeira de Algés protege, exclusivamente, a população de Algés e os visitantes, portanto, as pessoas que vivem em caves na baixa de Algés, estão expostas a elevado risco de cheias rápidas.-----

----- Tomar medidas a montante é também travar a construção e a impermeabilização excessiva dos solos na bacia de Algés também no território de Oeiras.-----

----- O interesse público municipal é o de proteger os seus munícipes e são munícipes que estão realmente em elevado risco como habitantes e comerciantes da baixa de Algés.-----

----- Há pouco o Senhor Presidente e antes também a Senhora Vereadora Joana Baptista admitiu a ausência de obras de manutenção durante décadas, obras de manutenção do caneiro da Ribeira de Algés e essas obras são da responsabilidade do Município.”-----

----- Dizendo o **Senhor Presidente:**-----

----- “Não são da responsabilidade do Município.”-----

----- Atalhando a **Senhora Vereadora Carla Castelo:**-----

----- “A lei é clara nisso.”-----

----- Volvendo o **Senhor Presidente:**-----

----- “Senhora Vereadora não nos provoque, eu tenho tido muita paciência consigo.”-----

----- Mencionando a **Senhora Vereadora Carla Castelo:**-----

----- “Não tem que ter paciência, tem que me respeitar como Vereadora, isto não é uma questão de paciência.”-----

----- Volvendo o **Senhor Presidente:**-----

----- “Tenho que respeitar, mas dou-lhe o tempo regulamentar e quero-lhe dizer que nesta matéria não insista.”-----

----- Perguntou a **Senhora Vereadora Carla Castelo:**-----

----- “Qual o tempo regulamentar?”-----

----- Atalhando o **Senhor Presidente:**-----

-----“Não insista, não insista, termine a sua intervenção.”-----

-----Referindo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“A minha intervenção é no sentido que a Lei da Água é clara, dentro dos aglomerados urbanos e estamos a falar de Algés, que é um aglomerado urbano, a responsabilidade é do Município sob orientação da ARH - Administração da Região Hidrográfica, para nós é claro. -----

-----Após o evento continuaram a dizer que a responsabilidade naqueles desastres e no colapso seria da APA - Associação Portuguesa do Ambiente, seria do Ministério do Ambiente, mas isso não corresponde à verdade, a responsabilidade é do Município e isto é defender os munícipes, não é dizer, bom, o Ministério do Ambiente e a APA é que são responsáveis, eles que façam e isto sem descartar que pode haver e existindo uma ribeira, essa questão de ribeira intermunicipal é uma designação nova, mas é claro que as ribeiras passam por vários territórios e isso toda a gente sabe e não descartando que haverá todo o interesse que os vários Municípios por onde a ribeira corre cooperem na resolução deste problema, isto não inviabiliza, nem diminui a responsabilidade do Município nesta obra.”-----

-----O **Senhor Presidente** mencionou:-----

-----“Eu devo dizer que tenho que rejeitar liminarmente toda esta intervenção da Senhora Vereadora, porque é de uma irresponsabilidade total e de uma demagogia e populismo atroz.-----

-----Na verdade, a Câmara Municipal não precisa de lições da Senhora Vereadora para defender o interesse público e a defesa dos cidadãos de Algés ou de todo o Concelho, aliás, tanto que defende que quem está a fazer a obra do colapso da ribeira é a Câmara Municipal que mandou fazer comportas para a Avenida Major Afonso Palla e para todas aquelas zonas. -----

-----A Câmara Municipal atuou e indemnizou comerciantes, porque considera que era fundamental salvaguardar os interesses das pessoas, aconteceu uma perda de uma vida humana, obviamente que aí não há forma de compensar.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- Agora, é indiscutível que se alguma defesa dos interesses dos cidadãos está a acontecer ela é feita pela Câmara Municipal e, neste caso, na emergência do colapso da ribeira lá está a Câmara Municipal a intervir. -----

----- Onde começa a demagogia e o populismo é nessa questão do ataque ao Município, que cada Município que se governa, o populismo é isto, para umas situações falam em integração, falam em transversalidade, falam em medidas de planeamento, falam no Parque dos Cisnes, não falam na Marconi, não falam no Zambujal, é só o Parque dos Cisnes e, neste caso, já não interessa haver um tratamento da bacia hidrográfica, quando o próprio Governo e a APA reconhecem que quando a ribeira é intermunicipal a intervenção no espaço urbano não pode deixar de ser do Governo e o Governo assume essa responsabilidade. -----

----- Uma coisa é uma ribeira canalizada em espaço urbano que nasce no próprio Concelho, outra coisa é uma ribeira que tem uma bacia hidrográfica de três Municípios, é o Governo, não somos nós, é o próprio Governo e as instituições públicas que reconhecem isso. ---

----- A Câmara Municipal está a fazer todos os possíveis e, neste momento, quem está a investir é a Câmara e já tive aqui a oportunidade de perguntar como é que a Câmara poderia intervir no território da Amadora ou no território de Lisboa. -----

----- A Câmara Municipal de Oeiras e os cidadãos sabem isso, não é preciso a Senhora Vereadora vir para aqui dizer que os moradores estão preocupados, está a fazer eco de três ou quatro pessoas que apaniguando os políticos, eu estou lá todos os dias, todos os dias falo com as pessoas. --- -----

----- Nós estamos em cima do acontecimento, não é preciso ser demagogo, nem populista para vir dizer que a Câmara Municipal é que é a responsável por aquela obra. -----

----- O Governo e a APA são os primeiros a reconhecer que têm responsabilidade por se tratar de uma bacia intermunicipal. -----

----- A Câmara não pode fazer obras em Oeiras e depois não se fazer em Lisboa, temos

cheia na mesma.-----

-----É a Câmara de Oeiras que vai fazer as obras em Lisboa? -----

-----É a Câmara de Oeiras que vai fazer as obras em Sintra ou na Amadora ou em Lisboa?

-----Senhora Vereadora, sejamos um bocadinho mais sérios politicamente, sejamos mais responsáveis, não agora a chutar tudo para cima do Município, há responsabilidades partilhadas e é isso que nós procuramos fazer. -----

-----Precisamente no momento em que estamos a discutir com o Governo, em que o Governo assume a sua responsabilidade, ainda na semana passada tivemos uma reunião com o Secretário de Estado do Ambiente e com a APA onde o assunto foi colocado e está previsto fazer um memorando, vem a Senhora Vereadora dizer que isto é da responsabilidade da Câmara, é querer pôr uma pala nos olhos de toda a gente.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração dos SIMAS de Oeiras e Amadora, na reunião de catorze de dezembro de dois mil e vinte e três, na qual autorizou a abertura de procedimento por ajuste direto, com consulta a uma entidade, em função de critérios materiais, para a empreitada destinada à “Reparação de colapso parcial no troço canalizado da Ribeira de Algés, no Largo Comandante Augusto Madureira, em Algés”, estimando-se para o efeito uma despesa no valor de duzentos e vinte e três mil trezentos e oito euros e cinquenta cêntimos, incluindo vinte e nove mil quinhentos e cinquenta euros, relativo aos trabalhos de limpeza e remoção de entulhos e cento e noventa e três mil setecentos e cinquenta e oito euros e cinquenta cêntimos, relativo a execução da obra de reparação do caneiro, acrescidos de IVA, montante este proposto para preço base do procedimento a executar num prazo máximo de quarenta e cinco



Câmara Municipal
de Oeiras

dias, prevendo-se que a mesma decorra no mês de fevereiro e março de dois mil e vinte e quatro.

----- As peças concursais.-----

----- A celebração de contrato escrito.-----

----- A nomeação do Senhor engenheiro Gonçalo Machado como coordenador de segurança em fase de projeto.-----

----- A designação da Senhora engenheira Fabíola Ribeiro, como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, em todos os seus aspetos, e ainda delegar no mesmo a adoção de todas as medidas conducentes à boa execução do contrato, nomeadamente, as necessárias à correção de desvios, defeitos ou outras anomalias, detetadas na sua execução, tendo como substituto, nas suas faltas e impedimentos, o seu superior hierárquico.

----- Nos termos do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

----- Decreto-Lei número cento e noventa e sete, de noventa e nove, de oito de junho.-----

----- Decreto-Lei número quatro, de dois mil e quinze, de sete de janeiro.-----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Decreto-Lei número duzentos e setenta e três, de dois mil e três, de vinte e nove de outubro.-----

----- Lei número quarenta, de dois mil e quinze, de um de junho.-----

----- Lei número quarenta e um, de dois mil e quinze, de três de junho.-----

69 - PROPOSTA Nº. 1140/23 - SIMAS - CPI 20215/2020 - RATIFICAÇÃO-SANAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À EXPEDIÇÃO DE OBJETOS POSTAIS ORIGINÁRIOS NO “PRINTING & FINISHING” - PR Nº. 2/SIMAS/2023:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando

Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o teor da deliberação aprovada pelo Conselho de Administração dos SIMAS de Oeiras e Amadora, na reunião de catorze de dezembro de dois mil e vinte e três, na qual deliberou aprovar a nova minuta de contrato para aquisição de serviços destinados à expedição de objetos postais originários no “Printing & Finishing”, à empresa “Premium Green Mail, Limitada”. -----

-----A nova minuta de contrato, suprimindo-se os vícios da minuta anteriormente aprovada mediante ato de ratificação-sanação.-----

-----Nos termos das alíneas a) a i), do número um, do artigo nonagésimo sexto, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Número um, do artigo centésimo quinquagésimo terceiro e números um e cinco, do artigo centésimo sexagésimo quarto, do Código do Procedimento Administrativo.-----

70 - PROPOSTA Nº. 1141/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 34ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA:-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, ratificar o seu despacho de sete de dezembro de dois mil e vinte e três da informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/vinte e cinco mil cento e oitenta e nove, referente à trigésima quarta Alteração Orçamental Permutativa de dois mil e vinte e três, no valor movimentado de duzentos e dez mil euros, na despesa. -----

-----Nos termos do ponto oito ponto três ponto um ponto cinco, das considerações técnicas anexas ao Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A, de noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro.-----



Câmara Municipal
de Oeiras

----- A alínea d), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

71 - PROPOSTA Nº. 1142/23 - GMA - PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024-2025 DA PARQUES TEJO, E.M., COM O PARECER DO FISCAL ÚNICO:

----- I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** solicitou o seguinte:-----

----- “A proposta pode passar para a próxima reunião?-----

----- Porque não tive tempo de ver tudo com calma e para não fazer considerações vagas gostaria de ter mais tempo para a analisar.”-----

----- II - Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

72 - PROPOSTA Nº. 1143/23 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 480/2020 - RENOVAÇÃO Nº. 244/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS - 5º. BIMESTRE DE 2023:-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pagamento do valor de oitenta e oito mil cento e setenta e seis euros e noventa e oito cêntimos, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oeiras e São Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias correspondente à remuneração das ações que esta Junta desenvolveu na sua área de jurisdição.-----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro; ------

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de

fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

73 - PROPOSTA Nº. 1144/23 - GAF - JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - AUTO DE TRANSFERÊNCIA Nº. 390/2021 - RENOVAÇÃO Nº. 147/2022 - TRANSFERÊNCIA INTER-RUBRICAS - RETIFICAÇÃO DA PD Nº. 933/2023:-----

-----I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu o seguinte:-----

-----“Nós não percebemos de onde vêm os três mil euros a mais que aparecem em dois mil e vinte e cinco, data em que haverá renovação do auto de transferência, porque se inicia um novo mandato, gostaríamos de perceber de onde é que vêm esses três mil euros.”-----

-----Volvendo o **Senhor Presidente**:-----

-----“Não estou a perceber a questão, a Senhora Vereadora não se importa de repetir?”---

-----Repetindo a **Senhora Vereadora Carla Castelo**:-----

-----“Surgem três mil euros em dois mil e vinte e cinco, que é a data da renovação do auto de transferência, nós não percebemos de onde é que vêm esses três mil euros, parece-nos que será um erro no valor da despesa corrente de dois mil e vinte e cinco.”-----

-----A **doutora Rita Cordeiro** esclareceu.-----

-----“De acordo com a Divisão de Gestão Financeira há, de facto, três mil euros que acumulam no ano de dois mil e vinte e cinco, é uma questão que tem que ver com a forma como é feita a distribuição e as transferências da Direção-Geral, de facto, há mais três mil euros no ano de dois mil e vinte e cinco.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e



Câmara Municipal
de Oeiras

abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar e posterior submissão a aprovação da Assembleia Municipal, da retificação da proposta número novecentos e trinta e três, de dois mil e vinte e três e a alteração inter-rubricas de modo a incidir, conforme solicitado pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, no Auto de Transferência número trezentos e noventa, de dois mil e vinte e um e sua renovação número cento e quarenta e sete, de dois mil e vinte e dois, celebrado entre o Município de Oeiras e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, aplicável desde um de janeiro de dois mil e vinte e quatro, até ao termo do contrato, da seguinte forma:-----

----- Dois mil e vinte e quatro:-----

----- Despesa corrente - trezentos e oitenta e oito mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos;-----

----- Despesa de capital - cento e vinte mil euros;-----

----- Total: quinhentos e oito mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos;-

----- Dois mil e vinte e cinco:-----

----- Despesa corrente - trezentos e noventa e um mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos;-----

----- Despesa de capital - cento e vinte mil euros;-----

----- Total - quinhentos e onze mil novecentos e sessenta euros e cinquenta e um cêntimos. ------

----- Nos termos, do artigo centésimo septuagésimo quarto, do Código do Procedimento Administrativo.-----

74 - PROPOSTA N.º. 1145/23 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º. 481/2020 - RENOVAÇÃO N.º. 158/2022, JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO - 5.º. BIMESTRE DE 2023:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de treze mil quinhentos e trinta e um euros e setenta cêntimos, para a Junta de Freguesia de Porto Salvo, para a remuneração das ações concretizadas durante o quinto bimestre de dois mil e vinte e três, no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências número quatrocentos e oitenta e um, de dois mil e vinte e sua renovação número cento e cinquenta e oito, de dois mil e vinte dois, assinados entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia. -----

-----Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

75 - PROPOSTA Nº. 1146/23 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 683/2020 - RENOVAÇÃO Nº. 146/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - 5º. BIMESTRE 2023:-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de sessenta mil duzentos e catorze euros e cinco cêntimos, para a Junta de Freguesia da União de



Câmara Municipal
de Oeiras

Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz-Quebrada/Dafundo, para a remuneração das ações concretizadas durante o quinto bimestre de dois mil e vinte e três, no âmbito do contrato Interadministrativo de Delegação de Competências número seiscentos e oitenta e três, de dois mil e vinte e sua renovação número cento e quarenta e seis, de dois mil e vinte e dois, assinados entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia.-----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. - -----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

76 - PROPOSTA N.º. 1147/23 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO N.º. 698/2020 - RENOVAÇÃO N.º. 142/2022, JUNTA DE FREGUESIA DE BARCARENA - 5.º. BIMESTRE DE 2023: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a transferência de cento e noventa e sete mil setecentos e dezoito euros e setenta e seis cêntimos, à Junta de Freguesia de Barcarena, correspondente à remuneração das ações que esta Junta desenvolveu na sua área de jurisdição, no decorrer do quinto bimestre de dois mil e vinte e três, no âmbito do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, assinado entre a Câmara Municipal de Oeiras e aquela Autarquia.-----

----- Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo trigésimo

primeiro e centésimo trigésimo quarto, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.

77 - PROPOSTA Nº. 1148/23 - GAF - TRANSFERÊNCIA DE VERBA RELATIVA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº. 485/2020 - RENOVAÇÃO Nº. 154/2022, JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARNAXIDE E QUEIJAS - 5º. BIMESTRE DE 2023: -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o pagamento do valor de quarenta mil setecentos e cinco euros e oito cêntimos, à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas correspondente à remuneração das ações que esta Junta desenvolveu na sua área de jurisdição, no decorrer do quinto bimestre de dois mil e vinte e três.-----

-----Nos termos dos artigos trigésimo terceiro, número um, alínea d), centésimo vigésimo e centésimo trigésimo primeiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -- -----

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro, na redação da Lei número vinte e dois, de dois mil e quinze, de dezassete de março regulamentada pelo Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho, na redação do Decreto-Lei número noventa e nove, de dois mil e quinze, de dois de junho.



**Câmara Municipal
de Oeiras**

78 - PROPOSTA Nº. 1149/23 - DPERU - AQUISIÇÃO DE TERRENO PELA CMO - QUINTA DO FILINTO, EM TERCENA - BARCARENA: -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar aquisição do prédio urbano, denominado “Parcela A”, sito em Courela Antunes, Rua Victor Machado Marques, lote A, em Tercena, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número cinco mil trezentos e setenta e sete, de cinco de junho de dois mil e vinte e três, da Freguesia de Barcarena e inscrito na matriz predial urbana com o artigo número seis mil e vinte seis, da Freguesia de Barcarena, pelo valor de cento e noventa mil euros. -----

----- A minuta da escritura de compra e venda. -----

----- Nos termos da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -

----- Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro. -----

----- Decreto-Lei número duzentos e oitenta, de dois mil e sete, de sete de agosto. -----

----- Artigo centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código do Procedimento e de Processo Tributário e artigo centésimo nonagésimo oitavo, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

79 - PROPOSTA Nº. 1150/23 - DOT - NOVA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DO DAFUNDO E DISCUSSÃO PÚBLICA DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) ENQUADRADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA (PERU): -----

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras é a favor da constituição das áreas de reabilitação urbana e tem vindo a bater-se pela sua ativação, aliás, alertou para a situação de caducidade de

várias como é possível verificar em atas.-----

-----Não nos parece adequado que mais uma vez um documento com influência territorial se esqueça de incluir nos planos de referência o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas, realizado pela Universidade de Lisboa que está disponível, aliás, em dados abertos depois de insistência nossa e que considera várias medidas que abrangem área em presença ao mesmo tempo que outros documentos na fase de estudo são considerados.-----

-----Dos vários estudos disponíveis o Dafundo precisava para a definição de orientações estratégicas seguras de se apoiar fortemente nas orientações dos estudos de adaptação às alterações climáticas disponíveis. -----

-----Gostaríamos de saber o porquê da retirada de áreas a poente junto ao Jamor, parte integrante do Dafundo, de forma a serem anexadas a uma ARU da Cruz Quebrada que tem como sabemos um programa desadequado e um futuro cada vez mais incerto e estamos a falar, claro, do Porto Cruz. -----

-----De uma forma geral até concordamos com os objetivos elencados, mas não podemos aprovar sem que a ARU retome a definição geográfica até ao Jamor.”-----

-----A **arquiteta Vera Freire** explicou:-----

-----“A ARU do Dafundo foi delimitada e a operação de reabilitação urbana veio ajustar essa delimitação, porque quando se olhou mais pormenorizadamente para o território e se fez a avaliação do tecido edificado que iria fazer parte da operação de reabilitação urbana, chegámos à conclusão que alguns blocos edificados tinham ficado de fora sem sentido e que agora estão dentro e nesse lado junto à Cruz Quebrada ela não faz parte da Operação de Reabilitação Urbana do Dafundo, porque está dentro da Área de Reabilitação Urbana da Cruz Quebrada, portanto, vai ser tratada na da Cruz Quebrada.”-----

-----O **arquiteto Baptista Fernandes** acrescentou:-----

-----“É uma lógica de detalhe, não tem nenhuma particular explicação, aliás, a própria lei



Câmara Municipal
de Oeiras

determina que as ARU podem ser redelimitadas, no âmbito da ORU e a justificação é apenas estudos de mais pormenor, de mais detalhe. -----

----- Havia propriedades que estavam mistas num lado e no outro e pode-se ver no anexo número um em que identifica claramente o que estava na ARU e o que foi incluído, não tem qualquer espécie de natureza estratégica, tem que ver mais com a análise de detalhe que fizemos, por vezes, tem que ver com propriedades e não com outras lógicas, não há nada de especial com isso.-----

----- Quando vier a ORU da Cruz Quebrada, ela provavelmente, também vai levar ajustamentos.” -----

----- De novo no uso da palavra esclareceu a **arquiteta Vera Freire**:-----

----- “O que se está a votar agora é a abertura do período de participação pública de vinte dias desta Operação de Reabilitação Urbana e depois todos os contributos que forem válidos e que possam ser integrados, irão ser integrados para vir a reunião a versão final da ORU do Dafundo.” -----

----- Atalhando o **arquiteto Baptista Fernandes**: -----

----- “E algum ajustamento que se houver necessidade.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o envio da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) sistemática do Dafundo através de instrumento próprio de programação - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Dafundo a ser submetido a um período de discussão pública de vinte dias, anteriormente à aprovação final da ORU pela Assembleia Municipal;-----

----- O envio dos documentos relativos à ORU e respetivo programa estratégico de

reabilitação urbana do Dafundo, por via de meios eletrónicos, ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), para parecer não vinculativo; -----

-----Em fase posterior à ponderação da discussão pública e consequente elaboração da versão final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) e Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do Dafundo, o envio à Assembleia Municipal, a aprovação da nova alteração à delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Dafundo com enquadramento e fundamento que consta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ORU do Dafundo;

-----O envio da nova delimitação da ARU para aprovação pela Assembleia Municipal deve ser feita em simultâneo com proposta de aprovação da versão final da ORU, após a discussão pública. A aprovação da nova delimitação da ARU terá de ser objeto de publicação em Diário da República, e ser divulgada na página eletrónica do Município.-----

-----Nos termos do número um, do artigo sétimo, artigos décimo terceiro e décimo sétimo, do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana.-----

-----Ponto dois, do artigo octogésimo nono, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. -----

80 - PROPOSTA Nº. 1151/23 - DDS - ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E A APSEC - ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E CULTURA, PARA IMPLEMENTAÇÃO DA 3ª. EDIÇÃO DO PROJETO “UP- PEQUENOS GIGANTES”, NO ÂMBITO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA DE OEIRAS: -----

-----Nesta votação não participou o **Senhor Presidente** devido a ausência momentânea. -

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atribuição de uma



Câmara Municipal
de Oeiras

comparticipação financeira à APSEC - Associação para a Promoção da Saúde, Educação e Cultura, para a continuação e realização da terceira edição do projeto “UP - Pequenos Gigantes”, no valor de cento e um mil quinhentos e vinte euros, correspondente a cerca de noventa e dois por cento do valor global do projeto, constituindo uma despesa plurianual que será liquidada da seguinte forma: -----

----- O valor de vinte mil trezentos e quatro euros, após assinatura do protocolo, em dois mil e vinte e quatro;-----

----- O valor de vinte e cinco mil trezentos e oitenta euros, após o terceiro mês de execução do projeto, mediante apresentação e validação do relatório trimestral; -----

----- O valor de vinte e cinco mil trezentos e oitenta euros, após o nono mês de execução do projeto, mediante apresentação e validação do relatório trimestral; -----

----- O valor de vinte mil e trezentos e quatro euros, após o décimo quinto mês de execução do projeto, mediante apresentação e validação do relatório trimestral; -----

----- O valor de dez mil cento e cinquenta e dois euros, após o vigésimo primeiro mês de execução do projeto, mediante apresentação e validação do relatório trimestral. -----

----- A minuta do protocolo de colaboração. -----

----- A designação de Ana Rita Lopes, técnica superior do DDS/CLS, como gestora do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste protocolo.-----

----- Nos termos dos artigos vigésimo terceiro, número dois, alíneas d), h) e trigésimo terceiro, número um, alíneas o) e u), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro. - -----

----- Artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

-----Alínea c), do número quatro, do artigo quinto, artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Código dos Contratos Públicos e, indiretamente, dos artigos ducentésimo a ducentésimo segundo, do Código do Procedimento Administrativo. -----

-----Artigos centésimo septuagésimo sétimo-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário e ducentésimo décimo terceiro, do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.-----

-----Números um e dois, do artigo segundo, número um, do artigo terceiro, artigo quarto, dos números um e dois, do artigo quinto e número um, do artigo nono, da Lei número sessenta e quatro, de dois mil e treze, de vinte e sete de agosto.-----

-----Lei número oitenta e nove, de dois mil e dezassete, de vinte e um de agosto.-----

81 - AGENDAMENTO DE PROPOSTAS: -----

-----O **Senhor Presidente** disse o seguinte: -----

-----“Agora tenho aqui propostas de deliberação para agendar e começamos com a proposta de deliberação número mil cento e cinquenta e dois.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** perguntou: -----

-----São propostas extra-agenda? -----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** acrescentou: -----

-----“São cerca de dez propostas de deliberação, algumas das quais já foram abordadas nesta própria reunião, existem duas do Fórum que foram retiradas, porque o Senhor Presidente já aprovou e vem a ratificação, o sentido e decisão é exatamente o mesmo.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** frisou: -----

-----“Eu só aceito votar a ratificação do protocolo do IHRU, todas as outras não estavam no edital, portanto, são extra-agenda.” -----

-----Referindo o **Senhor Presidente**: -----

-----“Então vamos agendar as propostas de deliberação desde a proposta de deliberação



**Câmara Municipal
de Oeiras**

número mil cento e cinquenta e dois até à proposta de deliberação número mil cento e sessenta e dois e depois se decide caso a caso o que se decide adiar ou aprovar.” -----

82 - PROPOSTA Nº. 1152/23 - DHM - OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE HABITAÇÕES AO ABRIGO DO AVISO Nº. 01/CO2-I01/2021, INVESTIMENTO RE-C02-I01, PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO, COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO, DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR):-----

----- Esta proposta por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

83 - PROPOSTA Nº. 1153/23 - UPGO - Pº. 05188/UPGO/20 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DIREÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA OBRA DO FÓRUM MUNICIPAL - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES E CORRESPONDENTE PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL:-----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o ato por si praticado, e proferido na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/vinte e cinco mil oitocentos e sessenta-DEM-UCR, de aprovação de serviços complementares, no valor de cento e oitenta e nove mil setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos, acrescido de IVA e a correspondente prorrogação do prazo contratual, da “Aquisição de serviços de direção de fiscalização e coordenação de segurança da obra do Fórum Municipal”. -----

----- Nos termos do artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos centésimo sexagésimo sétimo, número um, alínea c) e centésimo sexagésimo nono, do Código do Procedimento Administrativo. -----

84 - PROPOSTA Nº. 1154/23 - DMOGAH - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DA INFORMAÇÃO INT-CMO-2023/24130 - NOVOS PREÇOS DOS PRODUTOS VILLA OEIRAS:-----

-----Esta proposta por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

85 - PROPOSTA Nº. 1155/23 - UPGO - Pº. 2019/94-DEM - “CONSTRUÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL, EM OEIRAS” - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DA REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DE PREÇOS - AUTO Nº. 17: -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificação o ato por si praticado, e proferido na informação número INT-CMO/dois mil e vinte e três/vinte e cinco mil oitocentos e sessenta e dois-DEM-UCR, de aprovação da revisão extraordinária de preços - auto número dezassete, da empreitada de obras públicas designada “Construção do Fórum Municipal, em Oeiras”. -----

-----Nos termos do artigo trigésimo quinto, três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

-----Artigos centésimo sexagésimo sétimo, número um, alínea c) e centésimo sexagésimo nono, do Código do Procedimento Administrativo. -----

86 - PROPOSTA Nº. 1156/23 - DOT - MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OEIRAS E O INSTITUTO DE HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA I.P., PARA A REALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE HABITAÇÃO ACESSÍVEL ALGÉS/LINDA-



**Câmara Municipal
de Oeiras**

A-VELHA, NOS TERRENOS DA EX-ESTAÇÃO RADIONAVAL “COMANDANTE NUNES RIBEIRO” - RATIFICAÇÃO DO ATO DO SR. PRESIDENTE DE APROVAÇÃO DA MINUTA:

----- I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**, referiu o seguinte: -----

----- “De facto não falei desta questão nas informações, porque deixei para este momento, porque queria aqui sublinhar a importância deste protocolo e aquilo que tem sido o trabalho de estreita articulação e colaboração entre o Município de Oeiras e o Governo em benefício de Oeiras e dos Oeirenses.-----

----- A este protocolo e às novas políticas de habitação, da qual Oeiras tem estado na linha da frente, juntamente com o Governo, incentivo a que se possam desenvolver no território soluções para as pessoas.-----

----- Como já foi várias vezes aqui falado, junta-se, a Cartuxa, a Quinta de Cima, assim como hoje também vem aqui uma proposta em conjunto com a APL, portanto, muito tem sido o trabalho. -- -----

----- Ainda hoje de manhã, antes de virmos para esta reunião, estivemos a falar sobre a transferência de competências. -----

----- Portanto muito tem sido o trabalho feito entre este Governo em articulação com o Município de Oeiras e este protocolo que aqui temos hoje e aquilo que nós podemos assistir na Estação Rádio Naval, naquela exposição, em que todos ficámos completamente maravilhados por aquilo que foi a evolução que o Concelho teve num primeiro momento e aquilo que fica também como expectativa do que vai acontecer no futuro e aquilo que vai beneficiar as pessoas deste Município, não podia deixar de sublinhar o excelente trabalho e aquilo que ficará para o futuro para Oeiras e, como exemplo, também para o País e, obviamente, nesta proposta votaremos a favor.” -----

----- A **Senhora Vereadora Carla Castelo** observou o seguinte: -----

----- “Não posso deixar de expressar a nossa perplexidade, pelo facto de uma proposta

com esta importância estratégica e porque realmente consideramos importante, ter vindo a uma reunião de Câmara, na qual eu não estava, como extra-agenda, não tendo sido realmente agendada atempadamente como deveria ter sido. -----

-----Estamos a apreciar e a votar uma proposta depois da cerimónia de assinatura já ter acontecido, com a presença do Senhor Primeiro-Ministro e da Senhora Ministra da Habitação e registamos realmente que é pena o atraso com que começam a ser trazidos aos órgãos municipais competentes a formalização dos procedimentos que já vão avançados. -----

-----Gostaria de colocar apenas algumas questões: -----

-----O concurso público internacional lançado pelo IHRU, para a conceção e construção, de parte significativa do empreendimento, já terminou, sem que haja ainda aprovação ainda pelo Município, pela Associação e pela Assembleia Municipal da operação de loteamento, constante da documentação do concurso, um mapa síntese da versão final do projeto de loteamento, desenvolvido pela “Saraiva + Associados” e com as chancelas do IHRU e do Município.-----

-----É assim?-----

-----Gostaria de perceber se já terminou o concurso para o empreendimento, o concurso público internacional. -----

-----Terá essa informação? -----

-----Qual o tipo de promoção a que se destinam os lotes cedidos pelo IHRU ao domínio privado da Câmara e que se destinam à construção de edifícios que são setenta fogos, lote B um e trinta lotes individuais para moradias, lote F, isto na planta síntese do loteamento, gostaríamos de perceber a que se destinam esses lotes. -----

-----É público que a operação para arrendamento acessível do IHRU abrangia inicialmente os seiscentos e setenta fogos e agora estamos a falar de setecentos fogos, portanto, diz no protocolo que o objeto é um programa de habitação de renda acessível com aproximadamente setecentos e setenta fogos. Porém, na cláusula nona apenas os edifícios a



Câmara Municipal
de Oeiras

construir pelo IHRU, que são seiscentos e setenta ficam comprometidos com o arrendamento acessível. Aquilo que nós gostaríamos de saber é que modalidade de promoção se destinam os restantes cem fogos. -----

----- E ainda na cláusula sexta do protocolo, parece-nos a nós, que há uma contradição contra as áreas de cedência D e F entre o corpo da mesma, que remete para a planta síntese, onde está especificada a sua cedência à Câmara e a alínea b) da mesma que omite essa cedência.” -----

----- O **Senhor Presidente** esclareceu: -----

----- “Relativamente ao concurso público do IHRU, está a decorrer agora um novo concurso, porque o primeiro foi anulado. Houve ali um problema, uma formalidade qualquer, portanto, está neste momento a decorrer um novo concurso. -----

----- Relativamente ao agendamento desta proposta, eu lembro que ela foi adiada a pedido justamente da Senhora Vereadora, como é habitual, concordamos e foi adiada para a reunião seguinte. Acontece que depois a reunião seguinte, não se realizou na altura em que devia ser e a reunião foi adiada mais uma vez, porque pretendiam analisar melhor a proposta. -----

----- Portanto, esta é a terceira reunião a que este processo vem. -----

----- Da parte da Câmara Municipal, como é óbvio, tem havido toda a compreensão no sentido de adiar e permitir que todos os Vereadores possam realmente pronunciar-se e conhecer devidamente as propostas. -----

----- O facto de ter vindo em mão em determinado momento, porque, obviamente era uma proposta que tinha alguma urgência e pretendia-se a sua discussão, mas nos moldes habituais, como não estava agendada com o tempo adequado, foi adiada para a reunião seguinte. -----

----- Na reunião seguinte foram pedidos esclarecimentos, concordou-se em adiar. Está a ver Senhora Vereadora, faz parte da vida, não é? -----

----- No que diz respeito a que título de promoção se destinam os lotes, a ceder à Câmara, a Senhora Vereadora, não leu bem o protocolo, porque não há cedência, deve ter pensado,

possivelmente na primeira versão, ou em alguma informação aqui foi dada, porque na realidade o que estava previsto, inicialmente, era que a Câmara Municipal ia realizar as infraestruturas que se cifravam na altura, mais ou menos em catorze milhões de euros, era a Câmara que faria essas infraestruturas, e para compensar, havia uns tantos lotes que eram cedidos à Câmara Municipal, que a Câmara Municipal faria o que entendesse, poderia vender no mercado esses lotes para realizar o dinheiro necessário correspondente às infraestruturas.-----

-----Acontece que por razões que tem a ver com a forma como o terreno foi adquirido ao Ministério da Defesa, em direito de superfície, só pode ser cedido, digamos, em propriedade plena dos termos da lei, o terreno destinado ao parque urbano, aos arruamentos, etc., e quanto ao resto teriam que voltar a renegociar a situação e, portanto, em vez de ceder ao Município para pagamento das infraestruturas esses lotes, o IHRU através do PRR irá pagar à Câmara Municipal. A Câmara realiza na mesma essas obras, mas serão financiadas pelo PRR e esses lotes ficam na posse do IHRU, que lhes dará destino que entender, visto que é o proprietário. -----

-----Penso que não há mais nenhuma questão que tenha colocado.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, ratificar o ato por si praticado de “aprovar a minuta do Protocolo de Cooperação entre o Município de Oeiras e o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P., para a realização do Programa de Habitação Acessível Algés/Linda-a-Velha, nos terrenos da Ex-Estação Radionaval “Comandante Nunes Ribeiro”.--- -----

-----Nos termos do artigo centésimo sexagésimo quarto, do Código do Procedimento Administrativo e artigo trigésimo quinto, número três, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.-----



**Câmara Municipal
de Oeiras**

87 - PROPOSTA Nº. 1157/23 - GATPI - PRR Nº. 04/C03-I01/2022 - NOVA GERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS - RESCISÃO DE CONTRATO: -----

----- Esta proposta por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

88 - PROPOSTA Nº. 1158/23 - DDS - CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA - 3ª. EDIÇÃO DO PROJETO “OEIRAS TEM KICK” - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À KMT - ASSOCIAÇÃO MOREIRA TEAM: -----

----- Esta proposta por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

89 - PROPOSTA Nº. 1159/23 -DPOC - RATIFICAÇÃO DA 35ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA: -----

----- Esta proposta por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

90 - PROPOSTA Nº. 1160/23 - DPOC - RATIFICAÇÃO DA 36ª. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL PERMUTATIVA: -----

----- Esta proposta por decisão do **Senhor Presidente**, que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

91 - PROPOSTA Nº. 1061/23 - DP - DESANEXAÇÃO DE 3 PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO E DESAFETAÇÃO DE 1 PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO SITAS EM TALAÍDE E SUA ANEXAÇÃO: -----

----- Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião. -----

92 - PROPOSTA Nº. 1062/23 - DGRU - PLANO DE AÇÃO MUNICIPAL DO PLANO ESTRATÉGICO PARA OS RESÍDUOS URBANOS (PAPERSU) - REMESSA À APA PARA EMISSÃO DE PARECER: -----

-----Esta proposta, por decisão do **Senhor Presidente** que mereceu a concordância da Câmara, mantém-se agendada a fim de ser analisada e votada em próxima reunião.-----

93 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: -----

-----Às catorze horas e vinte e sete minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional.-----

O Presidente,

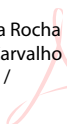
ISALTINO
AFONSO
MORAIS

 Assinado de forma digital
por ISALTINO AFONSO
MORAIS
Dados: 2024.01.30
12:40:37 Z

(Isaltino Moraes)

A Diretora de Departamento,

Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho
de Ascensão /
500745943

 Assinado de forma digital
por Vera Lúcia da Rocha
Ferreira de Carvalho de
Ascensão / 500745943
Dados: 2024.01.29
13:25:19 Z

(Vera Carvalho)